



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Educação

A Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular

Opiniões e Contributos de Professores de 1º Ciclo

Mestrado em Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor

Filipa Alexandra Bonito da Silva Carvalho

Orientador

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Julho 2013



A Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular

Opiniões e Contributos de Professores de 1º Ciclo

Filipa Alexandra Bonito da Silva Carvalho

Orientador

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Trabalho de Projeto apresentado à Escola Superior Educação de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Julho 2013

Composição do júri

Presidente do júri

Professor Doutor Ernesto Candeias Martins

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Vogais

Professora Doutora Luzia Mara Silva Lima-Rodrigues

Professora Adjunta do Instituto Piaget de Almada

Professora Doutora Maria Helena Ferreira de Pedro Mesquita

Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Castelo Branco

Agradecimentos

À minha mãe, pelas suas palavras de encorajamento e porque sempre acreditou...

Ao André que, diariamente, renovou as minhas energias com o seu carinho...

Às minhas doces amigas Filipa, Margarida e Raquel pela sua generosidade...

Aos meus queridos sobrinhos, Gonçalo, Eduarda, Daniela e Júlia, porque serão sempre uma inspiração...

E, especialmente, à Professora Doutora Maria Helena Mesquita pelo seu profissionalismo, amabilidade e pela sua, imensurável, compreensão...

... a todos, muito obrigada!!!

Resumo

As escolas regulares têm vindo, progressivamente, a acolher um número cada vez maior de crianças com Necessidades Educativas Especiais.

Atualmente, em Portugal, o documento que rege a operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular é o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro que, de um modo geral, define os procedimentos administrativos obrigatórios, medidas educativas a implementar e atribui diversas funções aos vários agentes educativos. Assim, o corpo docente, e outros profissionais, têm que reger a sua atividade de acordo com a referida legislação, na qual se destacam, claramente, os papéis dos Professores Titulares de Turma (no caso do 1º Ciclo) e dos Professores de Educação Especial.

O presente estudo pretende verificar em que medida os Professores Titulares de Turma estão a contribuir para a operacionalização do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro. Assim, entrevistámos 11 professores de 1º Ciclo, titulares de uma turma com, pelo menos, uma criança incluída na sua sala de aula ao abrigo do regime de educação especial, com o objetivo de analisar que opiniões estes têm acerca do seu contributo neste processo.

Verificámos que, os professores, apesar de trabalharem, diariamente, com crianças incluídas ao abrigo do regime de educação especial assumem que não são conhecedores exímios do normativo em questão. No entanto, a maioria, responde que conhece na generalidade. Efetivamente, ao longo das entrevistas podemos perceber, que existem aspetos que os entrevistados dominam melhor em detrimento de outros.

Assim, no discurso dos professores que entrevistámos surgem afirmações que denotam, ainda, alguma insegurança em determinadas fases do processo, remetendo parte das responsabilidades previstas para o trabalho em parceria com o Professor de Educação Especial ou com Equipas Multidisciplinares.

Os professores entrevistados nunca mencionaram ser os coordenadores do Programa Educativo Individual, apesar de este facto estar, claramente, espelhado no Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

Conclui-se, no entanto, que os professores estão sensibilizados para trabalharem em prol de uma escola cada vez mais inclusiva, reconhecem as fragilidades do sistema educativo atual e estão despertos para a necessidade do trabalho ser desenvolvido em articulação com todos os elementos envolvidos no processo de educação e inclusão da criança com Necessidades Educativas Especiais.

Palavras-chave

Inclusão, Educação Especial, Necessidades Educativas Especiais, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro.

Abstract

Regular schools have been hosting a growing number of children with Special Educational Needs.

Currently, in Portugal, the document that manages the operation of the Special Education in Regular Schools is the Decree-Law 3/2008 of 7th of January. In general it defines the administrative procedures required to implement educational measures, and assigns various functions to various educational agents. Therefore, the teachers, and other professionals have to manage their activity in accordance with this legislation, which stand out the roles of Professors of Class (in the case of the 1st cycle) and Teachers of Special Education.

The present study investigated the contribution of Class Teachers to the running of the Decree-Law 3/2008 of 7th of January . Therefore, we interviewed 11 teachers of the 1st cycle, holders of a class with at least one child of special education, to analyze what opinions they have about their own contribution to this process.

We found that teachers, despite working daily with children of special education assumed that they don't know the standard of the Decree-Law 3/2008 of 7th of January well enough. However, most of them have a general overview of the law. During the interviews, we can see that there are aspects of the decree that some dominate better than others.

Furthermore, the teachers showed uncertainty in certain steps of the process, referring to the part of the responsibilities of working in partnership with the Special Education Teacher or Multidisciplinary Teams.

Teachers that were interviewed never mentioned to be the coordinators of the Individual Educational Plan, despite this fact being clearly mirrored in Decree-Law 3/2008 of 7th of January.

We conclude, however, that teachers have sensibility to work in a school that goes towards inclusion, they recognize the fragility of the current education system and are aware of the necessity of working together with all the elements involved in the process of education and inclusion of children with Special Educational Needs.

Keywords

Inclusion, Special Education, Special Needs Education, Decree-Law 3/2008 of 7th of January.

Índice geral

COMPOSIÇÃO DO JÚRI.....	III
AGRADECIMENTOS.....	V
RESUMO	VII
PALAVRAS-CHAVE	VII
ABSTRACT.....	IX
KEYWORDS.....	IX
ÍNDICE GERAL.....	XI
LISTA DE QUADROS.....	XIII
LISTA DE SIGLAS.....	XV
INTRODUÇÃO	1
PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
CAPÍTULO 1 – EDUCAÇÃO ESPECIAL	5
1.1 PERSPETIVA HISTÓRICA	5
1.2 CONCEITO DE NEE	11
1.3 ENQUADRAMENTO LEGAL EM PORTUGAL.....	13
1.3.1) <i>O Decreto – Lei 3/2008 de 7 de janeiro</i>	17
CAPÍTULO 2 – FUNÇÕES DO PROFESSOR.....	19
2.1 O PROFESSOR DO ENSINO REGULAR	19
2.2 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	22
PARTE II PLANIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	25
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	27
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
3.2 PROBLEMÁTICA.....	27
3.3 QUESTÕES E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO.....	28
3.4 TIPO DE INVESTIGAÇÃO	29
3.4.1 <i>Tipo de Estudo – Estudo de Caso</i>	30
3.5 INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS	31
3.5.1 <i>Entrevista</i>	32
3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	34
PARTE III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	35
CAPÍTULO 4 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	37
4.1 AMOSTRA.....	37
4.1.1 <i>Caracterização da amostra</i>	37
CAPÍTULO 5 - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	39
5.1 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	39
5.1.1 CATEGORIZAÇÃO.....	40
5.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA ENTREVISTA	41
5.2.1 <i>Bloco III – Opiniões</i>	42

5.2.2 Bloco IV – Responsabilidades e Contributos	45
PARTE IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES.....	55
6.1 REPOSIÇÃO DOS OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	55
6.2 CONCLUSÕES	56
6.3 LIMITAÇÕES	58
6.4 RECOMENDAÇÕES.....	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS	65
ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTA	67
ANEXO B – REQUERIMENTO PARA REALIZAÇÃO DO ESTUDO (AUTORIZADO).....	73
ANEXO C – PROTOCOLOS DE ENTREVISTA.....	77
ANEXO D – GRELHAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO (1ª CATEGORIZAÇÃO)	111

Lista de quadros

QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	38
QUADRO 2 – BLOCO III – OPINIÕES: CATEGORIAS E QUESTÕES.....	40
QUADRO 3 – BLOCO IV - RESPONSABILIDADES E CONTRIBUTOS: CATEGORIAS E QUESTÕES.....	41
QUADRO 4 - CATEGORIA 1	42
QUADRO 5 – CATEGORIA 2	42
QUADRO 6 – CATEGORIA 3	43
QUADRO 7 – CATEGORIA 4.....	43
QUADRO 8 – CATEGORIA 5	44
QUADRO 9 – CATEGORIA 6.....	45
QUADRO 10 – CATEGORIA 7	46
QUADRO 11- CATEGORIA 8	46
QUADRO 12 – CATEGORIA 9	47
QUADRO 13 – CATEGORIA 10	47
QUADRO 14 – CATEGORIA 11	48
QUADRO 15 – CATEGORIA 12	49
QUADRO 16 – CATEGORIA 13	50
QUADRO 17 – CATEGORIA 14	50

Lista de siglas

DESP. - Despacho

ECAE - Equipas de Coordenação de Apoios Educativos

EEE – Equipas de Educação Especial

EEEI - Equipas de Ensino Especial Integrado

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

NEE – Necessidades Educativas Especiais

REE – Regime de Educação Especial

REI - Regular Education Initiative

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

A educação inclusiva constitui, nos dias de hoje, um dos grandes desafios de todos os que trabalham em educação, devendo o processo de ensino-aprendizagem ser orientado, prioritariamente, pelos princípios de igualdade de oportunidades educativas e sociais a que todos os alunos têm direito.

A criança com Necessidades Educativas Especiais tem o direito de ser educada num ambiente regular, de qualidade, que respeite as suas necessidades e características. De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro:

Nos últimos anos, principalmente após a Declaração de Salamanca (1994), tem vindo a afirmar-se a noção de escola inclusiva, capaz de acolher e reter, no seu seio, grupos de crianças e jovens tradicionalmente excluídos. Esta noção, dada a sua dimensão eminentemente social, tem merecido o apoio generalizado de profissionais, da comunidade científica e de pais. (p.154)

Como se preconiza na Declaração de Salamanca, as escolas inclusivas devem reconhecer e dar resposta às necessidades diferenciadas dos alunos, tendo em conta os diversos estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando a qualidade educativa através de currículos adequados, de adaptações organizacionais, estratégias de ensino e parcerias com a comunidade.

Ao longo dos tempos, a legislação, que estabelece as regras para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, sofreu algumas transformações que levaram a uma maior responsabilização das mesmas pela inclusão destes alunos numa perspetiva de “escola para todos”, independentemente dos problemas de aprendizagem, ou outros, que cada aluno possa apresentar.

Em 2008, o Decreto-Lei 3/2008 de 7 janeiro trouxe novas linhas orientadoras da operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular, de um modo geral, definiu procedimentos, apresentou medidas e atribuiu papéis a vários agentes da comunidade, preconizando um trabalho articulado. Neste sentido, Correia (2005) defende que um objetivo tão vasto só pode ser conseguido através da colaboração e cooperação mútuas entre todas as partes envolvidas no sistema educativo, incluindo professores, diretores, técnicos, alunos e famílias.

O presente estudo, permitiu-nos testemunhar, através da “voz” dos professores de 1º Ciclo, de que forma está a ser operacionalizada a Educação Especial numa escola de Ensino Regular no concelho da Amadora. Assim, os professores, em entrevista, manifestaram opiniões acerca da forma como está a ser concretizada Educação Especial e relataram a sua experiência de trabalho com crianças ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro.

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro partes: Parte I – Enquadramento Teórico, Parte II – Planificação e Organização do Estudo; Parte III - Apresentação e Discussão de Resultados e Parte IV – Considerações Finais.

A Parte I - Enquadramento Teórico encontra-se dividida em dois capítulos:

Capítulo 1 – Neste capítulo apresentamos uma breve revisão teórica do percurso da Educação Especial, onde, começamos por apresentar uma perspetiva histórica, seguida da definição do conceito de necessidades educativas especiais, por último abordamos o enquadramento legal da Educação Especial, desde a segunda metade do século XX até à atualidade.

Capítulo 2 – Nesta secção expomos aquelas que são, teoricamente, as funções dos professores, quer do ensino regular, quer da educação especial.

A Parte II – Planificação e Organização do Estudo apresenta um capítulo único:

Capítulo 3 – Neste capítulo apresentamos as linhas orientadoras da investigação em si, nomeadamente a problemática, os objetivos, a tipologia da investigação e o instrumento de recolha de dados.

A Parte III -Apresentação e Discussão de Resultados é composta por dois capítulos:

Capítulo 4 – Neste capítulo apresentamos os primeiros resultados obtidos, ou seja, os dados do entrevistado, que, simultaneamente, constituem a amostra. Assim, inicialmente, clarificamos o conceito de amostra e, posteriormente, debruçamo-nos sobre a caracterização dos sujeitos e respetiva análise.

Capítulo 5 – Neste capítulo, apresentamos a técnica a que recorremos para tratar os dados recolhidos, bem como, a análise que fizemos dos mesmos.

A Parte IV – Considerações Finais é composta por um capítulo:

Capítulo 6 – Neste capítulo fazemos a reposição dos objetivos do estudo, respondemos às questões de investigação, em jeito de conclusão, e abordamos também algumas das limitações da presente investigação e algumas recomendações.

Por fim, apresentamos as referências bibliográficas a que recorremos, seguidas dos anexos, dos quais constam o guião de entrevista, o requerimento dirigido ao agrupamento onde realizámos o estudo, os protocolos de entrevista e as grelhas de análise de conteúdo.

PARTE I ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 - Educação Especial

1.1 Perspetiva Histórica

A perspetiva social, relativamente à pessoa com deficiência, foi variando no decurso da história, consoante a evolução do pensamento humano e a organização das sociedades.

Durante a maior parte da história da humanidade, o deficiente foi vítima de segregação, pois a ênfase era na sua incapacidade, na sua anormalidade (Fernandes, 2002).

Segundo Bautista (1997), há três etapas principais no modo como o deficiente foi visto através dos tempos, desde a rejeição até à inclusão:

1. Exclusão – o indivíduo era segregado e excluído da vida social;
2. Proteção – reconhece-se a necessidade de lhe prestar assistência;
3. Integração – a pessoa tem direitos iguais e deve estar integrada na sociedade.

De acordo com esta perspetiva, Caldwell (1973 cit. por Bairrão et al., 1998) divide a abordagem histórica da educação especial em três fases: a primeira fase dos esquecidos e escondidos, a segunda do despiste e da segregação, e a terceira designada por identificação e ajuda. Para além destas, há ainda uma quarta fase da inclusão.

Na primeira fase da exclusão escolar, as crianças e jovens com deficiência são mantidos à margem da sociedade, colocados em instituições separadas das estruturas destinadas ao cidadão comum. Ao longo dos anos, foram introduzidas algumas medidas de educativas que proporcionaram aprendizagens académicas elementares e o promoveram, essencialmente, o desenvolvimento de tarefas de carácter manual.

A educação de crianças deficientes teve início em França, no século XVII, com o ensino a surdos (Bautista, 1997). No século XVIII, aparecem os primeiros escritos sobre o tratamento de atrasados mentais e, no século XIX, a educação de crianças deficientes começa a merecer atenção pública.

O conceito de uma educação especial, diferenciada para crianças e adultos com deficiência ou incapacidade, foi-se generalizando no sistema educativo de muitos países. Segundo Manjon e Vidal (1997), essa visão caracterizava-se por:

- Fazer a distinção entre as várias deficiências, que antes eram tratadas da mesma forma;
- Possibilitar a educação de indivíduos com deficiência mental;
- Desenvolver métodos de educação para os problemas sensoriais, surgindo as primeiras escolas para cegos e surdos.

Esta segunda fase do despiste e da segregação surge nos anos cinquenta e sessenta, com o modelo médico-pedagógico, cuja principal preocupação era a de

diagnosticar, em detrimento de educar. As crianças são classificadas segundo a sua deficiência, sendo depois segregadas em recursos educativos e terapêuticos especiais.

A classe médica teve o papel decisivo no processo de avaliação, diagnóstico e colocação da criança nas instituições. Assim, as escolas especializadas multiplicaram-se e, começam a surgir outros modelos de atendimento, como o semi-internato e as classes especiais, destinadas a alunos com dificuldades de aprendizagem ou insucesso escolar.

A política global consiste agora em separar e isolar estas crianças do grupo principal e maioritário da sociedade. Há uma necessidade, óbvia e compreensível, de evidenciar empenho na resolução do problema: começam a surgir instituições especiais, asilos, em que são colocadas muitas crianças rotuladas e segregadas em função da sua deficiência (Correia, 1997, p. 13).

Nesta fase, a educação especial representa um sistema paralelo ao sistema educativo regular, apresentando um carácter segregador que começa a suscitar movimentos de insatisfação para com estas medidas. Assim, no final da década de sessenta, surge o conceito de “normalização”, descrito por Nirje (1969 cit. por Niza, 1996) como a forma de “proporcionar às pessoas deficientes mentais, o padrão e as condições de vida quotidiana tão próximos quanto possível das normas e padrões da sociedade em geral” (p. 142).

Nos anos setenta, o conceito de “normalização” generaliza-se aos países da Europa e América do Norte, surgindo assim uma nova fase de integração escolar das crianças com deficiência. O novo paradigma político e social assenta na ideia de que todos os indivíduos têm direito à educação, a qual se deve adaptar às suas necessidades e características. Os movimentos civis e as famílias começam a organizar-se em associações com o objetivo de defender direitos iguais e as mesmas oportunidades para os cidadãos com deficiência. Para responder ao novo desafio que o ensino integrado coloca às escolas e aos professores surge, em 1975, a Public Law 94-142, nos Estados Unidos da América, centrada em quatro objetivos principais (Bairrão et al., 1998):

- o direito a uma educação pública adequada para todos;
- o direito a uma avaliação justa e não discriminatória;
- o direito dos pais poderem recorrer à autoridade judicial;
- o estabelecimento de um plano educativo individual.

Na definição de Correia (1992 cit. por Correia & Cabral, 1997), a educação integrada consiste na “colocação da criança com NEE, junto da criança dita normal para fins académicos e sociais num meio menos restritivo possível”(p. 19). Por sua vez, Wolfensberger (1972 cit. por Niza, 1996) considera que “a integração é o oposto

da segregação, consistindo o processo de integração nas práticas e nas medidas que maximizam a participação das pessoas em atividades comuns da sua cultura” (p. 142).

A escola fica, assim, disponível a todas as crianças, sendo obrigação da sociedade proporcionar-lhes uma educação gratuita, adequada às necessidades de cada uma. Segundo Bautista(1997) “A integração pressupõe não uma simples colocação física no ambiente menos restritivo possível, mas significa uma participação efectiva nas tarefas escolares que proporcionam a educação diferenciada necessária, apoiando-se nas adaptações e meios que forem pertinentes em cada caso” (p. 41).

Em 1978, no Reino Unido, o Relatório Warnock introduz o conceito de “necessidades educativas especiais”, que alarga as necessidades especiais de educação a todos os alunos que tenham dificuldades de aprendizagem e não apenas às crianças portadoras de deficiência. O paradigma médico é agora substituído pelo paradigma educativo (Niza, 1996), o que vai obrigar a uma remodelação do sistema tradicional de ensino, pois para cada criança terá de ser feita uma criteriosa identificação e avaliação das suas necessidades.

Em 1986, surge nos Estados Unidos da América o movimento Regular Education Initiative (REI), que “defendia a adaptação da classe regular de forma a tornar possível ao aluno a aprendizagem nesse ambiente” (Correia & Cabral, 1997, p. 32). Pretendia-se, assim, combater o insucesso escolar dos alunos com NEE e proporcionar a sua inserção social. Os serviços de educação especial e do ensino regular deveriam juntos contribuir para uma resposta mais eficaz às necessidades individuais de cada aluno, fazendo as devidas adaptações na classe regular, o que exigia a diversificação de estratégias de ensino-aprendizagem.

Assim, progressivamente, o ensino regular foi-se responsabilizando pelos alunos portadores de NEE, tendo em vista a construção da educação inclusiva.

Em 1994, com a Declaração de Salamanca – Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais – assinada por noventa e dois governos, incluindo o de Portugal, e vinte e cinco organizações internacionais, assiste-se a um ponto de viragem da Educação Inclusiva. Esta declaração é inspirada pelo:

princípio da inclusão e pelo reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir “escolas para todos” – instituições que incluam todas as pessoas, aceitem as diferenças, apoiem a aprendizagem e respondam às necessidades individuais (UNESCO, 1994, p. iii)

A Declaração de Salamanca substitui o conceito de integração pelo de inclusão, para a educação de crianças com NEE, e contempla uma série de princípios e diretrizes de ação pelos quais os governos se devem orientar. Este documento define

o enquadramento na área das NEE e “traça orientações para vários domínios, incluindo a política educativa, a organização escolar e a formação de docentes” (Sousa, 2010, p. 79). Assim, o currículo deve adaptar-se às necessidades do aluno e não o inverso (ponto 28), devendo a escola acomodar todos os alunos.

Com a Declaração de Salamanca, emerge uma nova conceção sobre a educação do aluno com NEE, que abrange não só os portadores de deficiência, como também os que demonstram dificuldades de aprendizagem. Cabe à escola reconhecer a especificidade de cada um, os seus ritmos individuais, e criar estratégias diversificadas de aprendizagem, de forma a garantir a educação e o sucesso educativo para todos (UNESCO, 1994).

É realçado o direito de todos os alunos poderem frequentar o mesmo tipo de ensino, com um currículo comum, independentemente das diferenças individuais de natureza cognitiva, psicológica, física, social e outras. Assim, como refere Correia (2005), a classe regular é o melhor local para as aprendizagens do aluno com NEE, na companhia de crianças ditas “normais”, promovendo a sua aprendizagem académica e a socialização, num ambiente que o estimule a atingir o seu potencial máximo.

As outras crianças e adolescentes também beneficiam deste convívio mútuo, ao serem educadas na aceitação e no respeito pela diferença, aprendendo a agir com maior abertura e compreensão para com o outro, “permitindo-lhes perceber que todos somos diferentes e que as diferenças individuais devem ser respeitadas e aceites” (Correia, 2005, p. 15).

Correia (2001) define a escola inclusiva como sendo um estabelecimento de ensino regular onde os alunos com as mais diversas capacidades, interesses, características e necessidades podem aprender juntos, dando atenção ao seu desenvolvimento global, promovendo a igualdade de oportunidades, adaptando-se às suas necessidades, aceitando as diferenças e visando o sucesso escolar. O conceito de inclusão é referido de diversos modos por vários autores. Segundo Niza (1996), a inclusão “corresponde à tentativa atual de uma resposta crítica às estratégias de compensação desenvolvidas nas escolas regulares, inicialmente com a elaboração de salas de apoio ou de especialistas itinerantes e mais recentemente pelo “ensino partilhado”” (p. 148).

Wang (1997) refere que a inclusão “é um processo reorganizativo das escolas, que tem por base responder de forma eficaz às necessidades educativas de um número crescente de alunos com características diversas” (p. 51). Na opinião de Ainscow (1998), a inclusão “significa os alunos estarem na escola, participando e aprendendo, desenvolvendo em simultâneo as suas capacidades” (p. 25). Por sua vez, Nielsen (1999) define a inclusão como “o atendimento a alunos com necessidades educativas especiais nas escolas das suas residências e, sempre que possível, nas classes regulares dessas mesmas escolas” (p. 9). Para Correia (2005), trata-se de inserir o “aluno com NEE nas escolas regulares e, sempre que possível, na sala de aula das classes regulares, onde deve receber todos os serviços adequados às suas

características e necessidades” (p. 11). Por fim, Leitão (2006) considera que “inclusão é proporcionar a todos e cada um, o acesso às melhores condições de vida e de aprendizagens possíveis. Não apenas alguns, mas todos os alunos necessitam e devem beneficiar da aceitação, ajuda e solidariedade dos seus pares, num clima onde ser diferente é um valor” (p. 34).

A escola inclusiva propicia aprendizagens conjuntas a todos os alunos, independentemente das diferenças e dificuldades individuais. Assim, congrega tanto alunos sem necessidades especiais como alunos que se encontram em risco educacional e ainda aqueles com NEE, que “podem necessitar de apoios de serviços de educação especial durante todo ou parte do seu percurso escolar” (Correia, 2005, p. 14).

Segundo o mesmo autor (Correia, 1997), à escola compete educar com sucesso estas crianças e jovens e combater o abandono escolar e a exclusão social, através de uma pedagogia centrada no aluno. A inclusão baseia-se nas necessidades e diferenças de cada criança, vista como um todo – não apenas no seu desempenho académico, mas também socioemocional e pessoal –, procurando proporcionar-lhe uma educação orientada para a maximização do seu potencial, pondo de lado os modelos únicos e rígidos de ensino da escola tradicional.

No modelo inclusivo, o processo de aprendizagem e ensino deve ser equacionado tendo em conta as diferenças de cada um, não se pretendendo ignorar os défices cognitivos existentes, mas garantir uma genuína igualdade de oportunidades na educação e também na comunidade local. Assim, as escolas inclusivas são espaços onde domina a heterogeneidade e onde se pretende que todos aprendam, mas para isso é fundamental, segundo Correia (2005):

- Desenvolver processos de adaptação perante os vários estilos e ritmos de aprendizagem;
- Criar e implementar currículos adequados à população escolar;
- Organizar a escola de forma a responder às necessidades de todos os alunos;
- Equacionar estratégias pedagógicas diversificadas e que impliquem atividades funcionais e significativas para os alunos;
- Desenvolver processos de cooperação/colaboração com os pais, encarregados de educação e a comunidade;
- Utilizar e rentabilizar recursos humanos e materiais existentes.

A filosofia da inclusão reconhece que os alunos com NEE têm o direito de aprender junto com os seus pares, proporcionando-lhes aprendizagens similares e interações sociais adequadas, mas sem esquecer a resposta às necessidades e aos interesses específicos de cada um. Esta aprendizagem conjunta e o trabalho coletivo trazem vantagens para todos os alunos, nomeadamente, segundo Karagiannis et al. (1996 cit. por Correia, 2005, p. 16):

1. Permite desenvolver atitudes positivas perante a diversidade, no que diz respeito à autoestima e à libertação do estigma de “deficiente”, e na aceitação, respeito e compreensão da diferença;

2. Facilita a aquisição de ganhos a nível do desenvolvimento académico e social e da transição entre a escola e a vida adulta;

3. Prepara para a vida na comunidade, pois facilita o processo de autonomia, independência e integração social;

4. Combate a exclusão dos alunos com necessidades educativas especiais em ambientes segregados.

A criança com NEE tem direito a receber os apoios suplementares de que necessita para ter sucesso, pois “a existência de serviços de educação especial, sempre que possível nas escolas e não fora delas, poderá fazer com que ela tenha a possibilidade de aprender, lado a lado, com a criança sem NEE” (Correia, 2008a, p. 9). Neste sentido, Correia e Cabral (1997) consideram que:

o princípio da inclusão não deve ser tido como um conceito inflexível, mas deve permitir que um conjunto de opções seja considerado sempre que a situação o exija. (...) tais características individuais e necessidades específicas podem fazer com que a sua permanência a tempo inteiro na classe regular não seja a modalidade de atendimento mais eficaz (p. 34).

Por fim, importa ter presente que a construção de uma escola inclusiva depende fundamentalmente das práticas pedagógicas dos docentes, como afirma Fullan (1991 cit.por Warwick, 2001). Uma vez que a educação não se restringe aos alunos com maiores problemas de aprendizagem, mas a todos os alunos da turma, não é fácil a construção de um espaço verdadeiramente inclusivo e capaz de promover a aprendizagem e o desenvolvimento individual de cada um. Existem, no entanto, fatores que facilitam a solução dos problemas, entre os quais se devem destacar (Correia, 2005):

- a formação contínua dos professores;
- a diversificação dos recursos e materiais de apoio;
- a flexibilidade organizacional;
- a colaboração entre os docentes;
- o trabalho em equipa;
- e melhores condições de ensino.

A Declaração de Salamanca, por sua vez, também enfatiza que “deve ser dada especial atenção à preparação de todos os professores (...) de modo a responderem às necessidades dos alunos, assim como a colaborarem com especialistas e a cooperarem com pais” (UNESCO, 1994, p. 27).

A educação inclusiva está assente em valores e princípios que devem ser partilhados por todos os docentes, pois é uma causa “por que vale a pena lutar”

(Fullan & Hargreaves, 2001). A sua efetiva concretização implica uma vasta reforma, tanto a nível da legislação como da organização e gestão das escolas, com reflexos na sua autonomia e na estrutura do currículo oficial, bem como nas culturas docentes e na mentalidade dos professores.

1.2 Conceito de NEE

Conforme foi referido no ponto anterior, o conceito de Necessidades Educativas Especiais surge pela primeira vez, no Reino Unido, no relatório de Warnock (1978). De acordo com o mesmo relatório, um aluno tem NEE quando comparativamente com os alunos do seu nível etário, apresenta dificuldades significativamente maiores para aprender ou tem problemas de ordem física, sensorial, intelectual, emocional, social ou uma combinação das problemáticas anteriormente mencionadas, sendo necessário recorrer a currículos especiais ou a condições de aprendizagem adaptadas.

O relatório (ibidem p.36) refere também que o conceito de NEE “engloba não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem”. O mesmo documento salienta ainda que este conceito engloba todos aqueles que precisam de ajuda educativa em algum momento do seu percurso escolar, independentemente da sua duração ou gravidade e assume que a finalidade da educação tem que ser igual para todas as crianças e jovens, sejam elas deficientes ou não. No mesmo relatório, as necessidades educativas perspetivam-se também, em relação ao tipo e grau de problemas para a aprendizagem. Desta forma, estas classificam-se de ligeiras e temporárias a severas e permanentes.

De acordo com Rodrigues (2001, p.17), a introdução deste conceito e o modelo de apoio subjacente constitui “uma mudança conceptual” de importância decisiva, na medida em que, se passa de “uma visão categorial para uma visão não categorial”, isto é, passa-se “da conceção médico-pedagógica (centrada na categoria de deficiência) para uma conceção educacional (centrada nas Necessidades Educativas Especiais)”.

O conceito de NEE também foi abordado na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p.17) considerando o mesmo que “Necessidades Educativas Especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares”.

No mesmo sentido, Correia (1997) refere que:

O conceito de NEE surge da evolução de conceitos através do tempo e vem responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, refletindo o postulado na filosofia da integração e proporcionando uma igualdade de direitos, nomeadamente no que diz respeito à não discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas, a toda a criança e adolescente em idade escolar. (p. 48)

O mesmo autor (1997, p.48), acrescenta ainda que este conceito se aplica “a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos, intelectuais e emocionais e, também, com dificuldades de aprendizagem específicas derivadas de fatores orgânicos ou ambientais”. Considera ainda que o mesmo conceito abrange alunos com “aprendizagens atípicas” e que, por isso, não acompanham o currículo. Neste sentido, todos os alunos com NEE têm “direito a um programa de educação público, adequado e gratuito, num meio de aprendizagem o mais apropriado possível, que responda às suas necessidades educativas, ao seu ritmo e estilos de aprendizagem”.

O conceito de NEE deixou assim de estar centrado, exclusivamente, nas crianças e jovens com deficiência tornando-se um conceito mais generalizado e abrangente. Esta mudança implicou uma nova conceção do sistema de apoio aos alunos com NEE, destacando a prestação educativa e o perfil de funcionalidade do aluno. (Roldão, 2003)

Assim sendo e, retomando Correia (2003, p.16), os alunos com NEE trazem consigo “um conjunto de características, de capacidades, mas também de necessidades” específicas e que, no quotidiano escolar é fundamental “dar atenção no sentido de maximizar o seu potencial”. Este autor (2003, p.17) refere que os alunos com NEE são aqueles que, “por exibirem determinadas condições específicas, podem necessitar de serviços de Educação Especial durante parte ou todo o seu percurso escolar, de forma a facilitar o seu desenvolvimento académico, pessoal e socioemocional” e clarifica o que se entende por condições específicas e serviços de Educação Especial, assim:

por condições específicas entende-se o conjunto de problemáticas relacionadas com o autismo, a surdo-cegueira, a deficiência auditiva, a deficiência visual, os problemas motores, as perturbações emocionais graves, os problemas de comportamento, as dificuldades de aprendizagem, os problemas de comunicação, a multideficiência e os outros problemas de saúde. (p. 17)

Correia (2003) clarifica ainda que a identificação das condições específicas deve ser feita através de uma avaliação compreensiva, levada a cabo por uma equipa multidisciplinar. Assim, o autor (ibidem p.18) designa os serviços de Educação Especial, como um “o conjunto de serviços de apoio especializados (do foro educacional, terapêutico, psicológico, social e clínico) destinados a responder às necessidades especiais do aluno com base nas suas características, capacidades e necessidades (...)”. Considera ainda que estes serviços devem ser prestados sempre que possível na classe regular.

Em suma, o conceito de NEE vai ao encontro da filosofia da Educação Inclusiva que pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendam juntos, quaisquer que sejam

as suas dificuldades. Perspetiva também a necessidade da intervenção educativa, de promover respostas apropriadas às necessidades educativas especiais da população escolar.

O Decreto – Lei 3/2008, por sua vez, apesar de, teoricamente, corroborar com o princípio da escola inclusiva, afirmando que esta “pressupõe a individualização e personalização de estratégias (...) que permitam autonomia e o acesso à condução da plena cidadania por parte de todos.” e declarar que “todos os alunos têm necessidades educativas, trabalhadas no quadro da gestão da diversidade(...)” acaba por contemplar neste documento apenas os alunos cujas “necessidades se revestem de contornos muito específicos” e mobilizar apoios especializados apenas para aqueles que detenham “limitações significativas(...)de carácter permanente”(2008, p.154 – 155).

1.3 Enquadramento Legal em Portugal

Bairrão(1998) descreve que em Portugal, pode-se considerar três fases no desenvolvimento das estruturas organizacionais para os deficientes ao longo do tempo: a primeira fase (segunda metade do século XIX) que corresponde à criação das primeiras instituições para cegos e surdos com uma perspetiva assistencial e de proteção. Estas instituições eram iniciativas privadas, com fundos próprios.

Nesta fase, e no entender de Correia, (1997, p.14) “prevalece uma prática segregacionista que se vai manter durante décadas”.

A segunda fase (anos 60, século XX) é caracterizada pela criação de centros de Educação Especial, centros de observação e pela realização dos primeiros programas de formação especializada de professores. Nesta fase inicia-se uma intervenção mais ativa, de natureza pública, conduzida pelo Ministério dos Assuntos Sociais. No entanto, as respostas continuavam a ser muito limitadas. As crianças deficientes mantinham-se fora das escolas regulares, sendo raras as crianças que as frequentavam. Bairrão (1998, p.44) afirma que “os pais recorriam aos estabelecimentos oficiais, onde as listas de espera se iam avolumando e muitas crianças iam permanecendo em casa”.

Ainda, neste período, os pais confrontados com a escassez de recursos, organizam-se em associações, implementando estruturas educativas, geralmente por categorias de deficiências. Foram criadas várias associações sem fins lucrativos com apoio técnico e financeiro por parte da Segurança Social.

Na terceira fase (iniciada na década de 70), o Ministério da Educação passa a assumir a Educação Especial, através da legislação publicada pela Reforma Veiga Simão (1973), criando as Divisões de Ensino Especial do Ensino Básico e do Ensino Secundário. No período pós-25 de Abril de 1974, no aspeto legislativo, assiste-se à criação das Equipas de Ensino Especial Integrado (EEEI).

Estas equipas foram no entender de Bairrão (1998, p.16) “a primeira medida prática que veio a permitir o apoio a crianças com deficiências” e tinham como objetivo a promoção da integração familiar, social e escolar das crianças e jovens com deficiência.

Numa primeira etapa, o trabalho desenvolvido por estas equipas era dirigido às deficiências motoras e sensoriais, mas com capacidade para desenvolver os currículos normais. Correia (1997, p.26) afirma que o apoio educativo prestado por estas equipas “centrava-se no próprio aluno e a sua presença na classe regular não pressupunha modificações, quer na organização quer no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem”. Acrescenta também que os professores exerciam a sua atividade “com um número reduzido de alunos em cada escola, numa ação itinerante”. Só, mais tarde, estenderam o seu apoio a alunos com deficiência mental.

Ao longo dos anos setenta e prolongando-se pelos anos oitenta verifica-se a proliferação de estabelecimentos de Ensino Particular Lucrativo e a criação das cooperativas para o ensino de crianças e jovens com deficiência mental sob a tutela do Ministério da Educação paralelamente ao atendimento feito pelas Equipas de Ensino Especial Integrado. No entanto, Bairrão (1998, p.46) considera “a maior parte destes investimentos financeiros foram dirigidos para as estruturas segregadas e não para o desenvolvimento da educação integrada.”

A Lei de Bases, em 1986, no ponto 1 do artigo 18º, define a organização da Educação Especial defendendo que deverá decorrer “preferencialmente segundo os modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico e, com os apoios de educadores especializados” (LBSE, 1986, p.3073).

Na sequência da publicação da Lei de Bases é publicado o Despacho Conjunto n.º38/SEAM/SERE/88. As Equipas passaram a designar-se de Equipas de Educação Especial (EEE), constituindo-se serviços de Educação Especial a nível local, abrangendo no seu campo de ação, todo o sistema educativo ao nível do ensino não superior. No ponto três pode ler-se “como objetivo contribuir para o despiste, a observação e o encaminhamento, desenvolvendo o atendimento direto, em moldes adequados, de crianças e jovens com necessidades educativas decorrentes de problemas físicos e psíquicos”. Com efeito, o Ministério da Educação intensifica os recursos para o ensino integrado, permitindo que o número de alunos apoiados aumentasse substancialmente e o número de alunos atendidos em escolas especiais diminuísse.

Correia (1997, p.20), por sua vez, afirma “quando a prática da integração se concretiza, apenas, na sua colocação na escola, isto é, se a integração física não estiver articulada com a necessária integração social e académica, tal prática resulta falaciosa e irresponsável”.

Um passo decisivo na garantia do direito à educação das crianças com necessidades especiais consistiu na publicação do Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de

janeiro, que determinou que todas as crianças, qualquer que fosse o tipo e grau de deficiência, seriam abrangidas pela escolaridade obrigatória. A este propósito, Bairrão (1998, p.58) refere que “até esta data, todos os diplomas legais continham sempre normas que, de uma forma ou de outra dispensavam os alunos com deficiência da frequência da escolaridade obrigatória”.

A partir da década de 90 assiste-se a algumas alterações do ponto de vista legislativo, no âmbito do Ministério da Educação são criados os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO, Decreto-Lei n.º 190/91) já enunciados na Lei de Bases, no seu art. 26.º, que os define como “unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário” (1986, p.3074). As suas funções situam-se no campo da avaliação, planeamento educativo, apoio psicopedagógico, orientação e colaboração com os serviços de Educação Especial e serviços de saúde entre outros.

A publicação do Decreto-Lei n.º 319/91 teve um impacto notório no sistema educativo introduzindo princípios e conceitos inovadores. O mesmo constituiu-se como suporte legal para organizar o funcionamento da Educação Especial e o atendimento aos alunos com NEE. Neste sentido, preconiza critérios pedagógicos ao adotar o conceito de NEE, reconhecendo que os problemas dos alunos devem ser encarados do ponto de vista educativo; a escola deve estar aberta a alunos com NEE, numa perspetiva de uma Escola para Todos privilegiando a integração do aluno com NEE de acordo com o princípio de que a educação se deve processar no meio menos restritivo possível; à escola regular cabe a responsabilidade na procura de respostas educativas adequadas, consagrando um conjunto de medidas de Regime Educativo Especial (REE) que pressupõem a individualização de intervenções educativas através de Planos Educativos Individuais (art. 15.º) e de Programas Educativos (art. 16.º), cuja aplicação deve ser bem ponderada; e, por último, reforça o papel dos pais na orientação educativa dos filhos.

No entanto, na prática e, segundo a perspetiva de Correia (1997,p.32), a falta de estruturas sólidas que sustentassem o apoio aos alunos com NEE nas escolas regulares, tais como “o apoio técnico deficitário e o número insuficiente de professores especializados em Educação Especial, bem como a falta de formação do professor de Ensino Regular constituíram limitações ao sucesso da integração”.

Em 1997, o Despacho Conjunto n.º 105 veio trazer novas expectativas e orientações normativas, em relação ao atendimento de alunos com NEE, este despacho visava introduzir mudanças no panorama existente, referindo a melhoria da intervenção educativa como resultado da necessidade de articulação da gestão mais eficaz dos recursos especializados com a diversificação das práticas pedagógicas. Neste sentido, aparece de forma implícita, a valorização da perspetiva curricular no atendimento dos alunos com NEE. O preâmbulo do referido despacho menciona que se perspetiva “o desenvolvimento de respostas, sobretudo no domínio da diferenciação pedagógica e da Educação Especial.”

Salienta-se a importância dada à atuação de professores com formação especializada, passando de uma perspectiva centrada na criança para uma perspectiva centrada na escola e a criação de equipas multidisciplinares com profissionais não docentes (apesar de na prática serem em número insuficiente).

A ação do professor de apoio também é legislada. Este tem como função “prestar apoio educativo à escola no seu conjunto, ao professor, ao aluno e à família, na organização e gestão dos recursos e medidas diferenciadas a introduzir no processo ensino/aprendizagem” (Desp. Conjunto n.º 105/97, ponto 3).

No preâmbulo, do referido despacho, também se pode ler que:

a existência de uma “retaguarda” técnico-científica suscetível de se constituir como um espaço de reflexão, de partilha de saberes, de coordenação de intervenções e de articulação de recursos, na perspectiva de uma valorização acrescida dos meios humanos especializados postos ao serviço das e nas escolas para apoio aos alunos. (Desp. Conjunto n.º 105/97).

Assim, criaram-se as Equipas de Coordenação de Apoios Educativos (ECAE) com base concelhia, que vêm substituir as anteriores EEEL.

Em 2005, o Despacho n.º 10856 centra nos agrupamentos de escolas e nas escolas não agrupadas a responsabilidade de identificação e quantificação do número de alunos com NEE. Estabelece também a obrigatoriedade da elaboração de relatórios de todos os alunos apoiados, que depois de validado pela Equipa de Coordenação de Apoios Educativos o envia à respetiva Direção Regional de Educação e, a colocação dos docentes de Educação Especial nos agrupamentos de escolas e em escolas não agrupadas, de acordo com as necessidades manifestadas pelos mesmos.

Em 2006, é publicado o Decreto-Lei n.º 20, que vem regulamentar o concurso para seleção e recrutamento de todo o pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Assim, e especificamente no que diz respeito ao recrutamento de docentes de Educação Especial, este decreto-lei, no seu artigo 6.º, ponto 1, consagra a criação de “lugares de Educação Especial destinados a promover a existência de condições para a inclusão sócio-educativa de crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter prolongado”. (2006, p.749) No ponto 2, do mesmo artigo, cria três grupos de docência (E1, E2 e E3) dentro da Educação Especial:

E1-lugares de Educação Especial para apoio a crianças e jovens com graves problemas cognitivos, com graves problemas motores, com graves perturbações da personalidade ou da conduta, com multideficiência e para o apoio em intervenção precoce na infância; E2-lugares de Educação Especial para apoio a crianças e jovens com surdez moderada, severa ou

profunda, com graves problemas de comunicação, linguagem ou fala; E3- lugares de Educação Especial para apoio educativo a crianças e jovens com cegueira ou baixa visão. (p. 749)

Assim, são extintas as ECAE e os professores de Educação Especial são colocados nos quadros de agrupamentos, de acordo com grupos de docência definidos e, para os quais, detêm formação especializada. Atualmente as orientações legislativas referentes ao atendimento educativo a prestar a alunos com NEE estão presentes no Decreto-Lei n.º 3/2008 que adiante especificaremos.

1.3.1) O Decreto - Lei 3/2008 de 7 de janeiro

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro “define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...) visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e participação (...) de carácter permanente” (ponto 1, do artigo 1º).

Este documento, em traços largos, vem estruturar a Educação Especial nas escolas, definindo:

- 1) Procedimentos e respetivos intervenientes na operacionalização da educação especial;
- 2) Medidas educativas previstas para alunos integrados no regime da Educação Especial.
- 3) Modalidades da educação especial;

Assim, no que refere ao ponto 1, e tendo em conta que o presente trabalho incide justamente sobre a operacionalização da educação especial, verifica-se que o decreto em causa começa por definir os procedimentos no processo de referenciação, assim, de acordo com esta legislação, este primeiro passo poderá ser dado por qualquer agente desde que tenham conhecimento de uma “eventual existência de necessidades educativas especiais” e deverá ser formalizada junto dos órgão de administração e gestão das escolas.

Relativamente ao processo de avaliação, de acordo com o artigo 6º do referido decreto-lei, é encetado conjuntamente pelo departamento de educação especial e pelos serviços de psicologia, sendo que poderão estes serviços solicitar a colaboração/participação de todos os agentes que considere pertinentes para uma avaliação mais fiel e respetiva execução do relatório técnico-pedagógico.

A referida legislação, no artigo 8º, faz referência ao Programa Educativo Individual que, de acordo com a mesma, não é mais do que um “documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação” (ponto 1,

artigo 8º), sendo que este documento é, obrigatoriamente, elaborado em conjunto pelo docente de educação especial, pelo docente do grupo e pelo encarregado de educação, sendo que o professor titular de turma é também o seu coordenador.

No que refere ao ponto 2, do 16 artigo, o Decreto-Lei 3/2008 define como Medidas Educativas:

- Apoio Pedagógico Personalizado;
- Curriculares Individuais;
- Adequações no processo de matrícula;
- Adequações no processo de avaliação;
- Currículo Específico Individual;
- Tecnologias de Apoio.

O documento é pouco claro na distribuição do serviço docente, no que refere à implementação das medidas acima referidas, não obstante identifica várias vezes a responsabilidade do professor de Educação Especial, pelo que se depreende que nos momentos em que não se especifica de quem é a responsabilidade, será atribuída ao professor de 1º Ciclo enquanto coordenador do respetivo Programa Educativo Individual.

O docente de educação especial merece destaque na referida legislação sempre que se referem a atividades cujo objetivo se prende com desenvolvimento de competências específicas.

Relativamente ao ponto 3, o Decreto-Lei apresenta quatro modalidades específicas de educação: escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos; escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão; unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo; e, unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita, sobre as quais não nos iremos debruçar, por não se coadunar com a natureza do presente estudo.

Apesar das disposições legais determinarem a inclusão de alunos com NEE no Ensino Regular, o Despacho Normativo n.º 3064/2008, no seu ponto único, veio assegurar a manutenção e continuidade da frequência dos alunos com NEE nos Estabelecimentos de Ensino Particular de Educação Especial, Cooperativas e Associações de Ensino Especial, considerando que estes têm desempenhado uma relevante função no âmbito da Educação Especial, enquanto os respectivos pais ou encarregados de educação assim o pretendam.

Assim, Portugal assume oficialmente nas suas políticas educativas o modelo inclusivo e iniciou um longo caminho na implementação de uma escola cada vez mais inclusiva e de qualidade para todos os alunos. No entanto, as orientações das políticas

educativas que norteiam o sistema educativo português são condição necessária mas não são condição suficiente para a implementação do modelo inclusivo.

Neste sentido, a concretização/implementação do referido modelo estará também dependente de múltiplos fatores, entre eles, a dinâmica imprimida pela comunidade educativa de cada escola.

Capítulo 2 - Funções do Professor

2.1 O professor do ensino regular

Ser professor é uma construção histórica e social em permanente evolução (Nóvoa,1995; Roldão, 2007). Roldão (2007, p. 94) salienta que o entendimento do que é ensinar, por um lado, não é “consensual nem estático”; e, por outro lado, “o reconhecimento da função não é contemporâneo do reconhecimento e afirmação histórica de um grupo profissional associado a ela”. No que concerne à representação do conceito de ensinar, a mesma autora considera existir uma “tensão profunda” entre “o professar um saber” e o “fazer outros se apropriarem de um saber”, ou seja, “fazer aprender alguma coisa a alguém”.

No entender de Sacristán (1995) compreender o profissionalismo docente “implica relacioná-lo com todos os contextos que definem a prática educativa”. Deste modo,

o professor é responsável pela modelação da prática, mas esta é a sua interseção de diferentes contextos. (...) A sua conduta profissional pode ser uma simples adaptação às condições e requisitos impostos pelos contextos estabelecidos, mas pode também assumir uma perspetiva crítica estimulando o seu pensamento e a sua capacidade para adotar decisões estratégicas inteligentes para intervir nos contextos.(p.74)

Roldão (2000) faz a sua própria interpretação sobre o que caracteriza a profissionalidade docente identificando-a como:

- uma função social autónoma e reconhecível;
- a posse e a produção de um saber específico para o desempenho dessa função;
- o poder sobre o exercício da atividade, ao nível da decisão apoiada no saber, e legitimada por ele;
- a competência reflexiva – auto-analítica e meta-avaliativa – sobre a própria atividade;
- a reciprocidade e trocas (de conhecimento e de serviços) entre parceiros de profissão;

- a pertença a uma comunidade profissional com cultura e identidade próprias. (p.5)

Também o perfil geral de desempenho do professor expresso no Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de agosto, logo no preâmbulo, caracteriza o desempenho profissional evidenciando a necessidade da aprendizagem ao longo da vida para um desempenho profissional consolidado e para uma contínua adequação deste aos sucessivos desafios que lhe são colocados.

O mesmo documento enuncia referenciais comuns a todos os professores, nos capítulos II, III, IV e V que se agrupam em quatro dimensões: a dimensão profissional, social e ética; a dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem; a dimensão de integração e participação no sistema educativo, na escola e de relação com a comunidade e, por fim, a dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida.

Na perspetiva da filosofia da escola inclusiva, é fundamental que os professores assumam uma postura de crença ativa nos valores da inclusão, fomentem a interligação entre todos os agentes educativos e um sentido de comunidade (Correia, 1997, 2003).

Mesquita (2001, p.199) preconiza que “os professores não podem ser meros recetores e executores das inovações educativas imanadas pelo Ministério da Educação. Têm que fazer parte do processo, como agentes decisivos nas renovações pedagógicas desejadas.”

O professor de uma turma com alunos que tem Necessidades Educativas Especiais é considerado o recurso principal, no desenvolvimento do trabalho com a totalidade dos seus alunos, e com cada um individualmente (Carvalho, F., 2007). Assim, segundo Correia (1997) o professor do ensino regular, tendo em conta o sucesso da inclusão do aluno com Necessidades Educativas Especiais, deve estar preparado para:

- Compreender como as incapacidades ou desvantagens afetam a aprendizagem;
- Identificar as necessidades educativas e desenvolver experiências de aprendizagens prescritivas;
- Individualizar a educação;
- Compreender a situação emocional da criança;
- Utilizar os serviços de apoio;
- Promover uma comunicação efectiva com os pais;
- Perceber o processo administrativo que leva a organização e gestão do ambiente de aprendizagem (p. 163).

Morgado (2003, 2004) defende que os professores do ensino regular, têm de considerar a turma como uma unidade de trabalho de forma a evitar a exclusão, utilizando modelos de organização e funcionamento diferenciados ao nível do planeamento, da organização do trabalho dos alunos, das tarefas de aprendizagem, da gestão de materiais e recursos, da avaliação e do relacionamento social entre alunos e entre alunos e professores.

Segundo Hallahan & Kauffman (1988, citados por Mesquita, 2001) defendem que:

todos os professores devem estar preparados para lidar com crianças com problemas, pelo que se espera que participem na sua educação, em qualquer das seguintes formas:

- Elaborando relatórios para avaliação por equipas multidisciplinares.
- Avaliando capacidades e dificuldades académicas.
- Participando nas equipas interdisciplinares.
- Participando na elaboração dos planos educativos individuais.
- Comunicando com os encarregados de educação. (p.200)

Cabe aos professores de ensino regular, o papel de promoverem valores, nomeadamente, o acesso à aprendizagem, à igualdade e à participação de todos os alunos, através das suas práticas educativas centradas em modelos de intervenção diferenciados, o que implica uma atualização contínua de conhecimentos e competências que promovam o desenvolvimento de escolas de qualidade e inclusivas (Morgado, 2003, 2004).

Mesquita (2001) afirma que:

os conhecimentos e as competências exigidas aos professores são essencialmente as relacionadas com um ensino de qualidade, isto é, a capacidade de saberem avaliar as necessidades especiais, saber adaptar currículos, saber utilizar a ajuda tecnológica, saber utilizar métodos de ensino individualizados, capazes de responder às características individuais dos seus alunos, independentemente da deficiência que apresentem. (p. 202)

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro salienta a participação do professor de turma, especialmente, na medida educativa “Apoio Pedagógico Personalizado”, no 17º artigo podemos ler “O apoio definido nas alíneas a), b) e C)...é prestado pelo professor de turma”. Como já foi referido, no que respeita à legislação atual, há muitos procedimentos cuja distribuição de serviço docente é omissa, no entanto o professor

titular de turma ou seja, o professor do ensino dito regular, é o coordenador do Programa Educativo Individual e como tal é responsável por fazer a sua gestão e mobilizar os intervenientes no processo de inclusão da criança com NEE.

O Decreto-Lei 241/2001 de 30 de agosto, por sua vez, aprova o perfil específico do desempenho profissional do professor de 1º Ciclo, neste documento, destacamos no ponto II “Conceção e Desenvolvimento do Currículo”, os seguintes aspetos, acerca das suas funções:

(...) desenvolve o respectivo currículo, no contexto de uma escola inclusiva, mobilizando e integrando os conhecimentos científicos das áreas que o fundamentam e as competências necessárias à promoção da aprendizagem dos alunos. (...) concebe e gere, em colaboração com outros professores e em articulação com o conselho de docentes, o projeto curricular da sua turma (...) desenvolve as aprendizagens, mobilizando integradamente saberes científicos relativos às áreas e conteúdos curriculares e às condicionantes individuais e contextuais que influenciam a aprendizagem.(p.5575)

Tendo em conta esta multiplicidade de funções atribuídas ao professor de ensino regular, é necessário uma formação inicial que lhe proporcione uma vasto leque de competências, de acordo com Mesquita (2001, p. 203) “o sistema deve proporcionar aos futuros professores, logo na sua formação inicial, uma sensibilização às necessidades educativas especiais, de forma a que este possa desempenhar adequadamente a multiplicidade de funções e de competências que lhe é pedida”.

2.2 Professor de Educação Especial

Atualmente os professores com formação em educação especial, em qualquer domínio, e que são colocados nas escolas para desempenharem as funções previstas no Decreto-Lei 3/2008, são identificados como professores de educação especial, porém, inicialmente, como já foi referido, com a publicação em 1997 do Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1 de julho, foram criadas as Equipas de Coordenação dos Apoios Educativos (ECAE), sendo introduzido o conceito de Docente de Apoio Educativo. Este professor colaborava com os órgãos de gestão e de coordenação pedagógica da escola, na identificação das necessidades educativas especiais, na organização e no incremento dos Apoios Educativos adequados a crianças e jovens consideradas com NEE (Sanches, 2005), em suma, desempenhava as funções que desempenha um professor de educação especial.

Com a introdução do normativo referido anteriormente, deram-se alterações significativas no âmbito dos Apoios Educativos, a nível das funções dos Professores de Apoio Educativo (Educação Especial), tendo por base a construção de uma Escola

Inclusiva que preconizasse a educação e o sucesso de todos e de cada um (Morgado, 2003; Sanches, 2005).

No entender de Sanches (1997, p.19), este professor é “um dos principais recursos dos professores de Ensino Regular”; ele é “consultor, agente de formação, dinamizador e gestor de meios disponíveis e a disponibilizar para a implementação dos programas de intervenção”.

No entender da mesma autora (ibidem, p.29), este professor poderá “desempenhar um papel importante na formação de outros professores”.

Morgado (2003) considera que são os Professores do Ensino Regular que prestam o Apoio Educativo aos alunos, apesar de poder existir a necessidade de alguns alunos serem apoiados pelos Professores de Apoio Educativo dentro das salas de aula e, em situações excepcionais, fora destas.

Correia (2005) defende que os professores de Educação Especial devem assumir a sua profissionalidade atuando como consultores de apoio junto dos professores do Ensino Regular, sendo responsáveis por ajudá-los no desenvolvimento de estratégias e atividades que apoiem a inclusão dos alunos com NEE nas turmas regulares. O autor (ibidem, p. 29) refere que “quando se trata de responder com eficácia às necessidades dos alunos com NEE”, o apoio prestado por este profissional deve ser “muito mais indireto (de consultadoria a professores, pais, de cooperação no ensino...) do que direto”.

Correia (2005) designa ainda, como sendo competência concretas do Professor de Educação Especial, tanto a nível da sua participação em Equipas Multidisciplinares, como em trabalho a realizar junto de professores, outros profissionais e alunos, as seguintes:

- modificar (adequar) o currículo comum para facilitar a aprendizagem da criança com NEE;
- propor ajuda suplementar e serviços de que o aluno necessite para ter sucesso na sala de aula e fora dela;
- alterar as avaliações para que o aluno possa vir a mostrar o que aprendeu;
- estar ao corrente de outros aspetos do ensino, designadamente do ensino individualizado, que possam responder às necessidades do aluno;
- colaborar com o professor de turma (ensino em cooperação);
- efetuar trabalho de consultoria (a professores, pais, outros profissionais de educação);
- efetuar planificações em conjunto com professores de turma;
- trabalhar directamente com o aluno com NEE (na sala de aula ou sala de apoio a tempo parcial, se determinado no PEI do aluno). (p.29)

Segundo Porter (2004, citado por Mesquita, 2001) “as funções destes professores envolvem planeamento e desenvolvimento de programas, serviços de avaliação e de orientação, ações de supervisão, cooperação, comunicação e ensino direto” (p.203).

O Decreto-Lei 3/2008 por sua vez, no artigo 6º, menciona especificamente a colaboração do professor de educação especial na fase da avaliação do aluno referenciado e na respetiva elaboração do relatório técnico-pedagógico decretando que o conselho executivo deve “Solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico pedagógico conjunto”. Posteriormente o mesmo decreto, no artigo 10º, refere que o professor de educação especial deve elaborar o programa educativo individual conjuntamente com o professor da turma “o programa educativo individual é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, pelo docente de educação especial”, bem como, na elaboração do relatório circunstanciado “O relatório referido no número anterior é elaborado, conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1.º ciclo”(artigo 13º).

Para além das situações referidas acima, o artigo 28º do Decreto-Lei 3/2008 volta a evidenciar o professor de educação especial e atribuir-lhe diretamente responsabilidades quando aborda as Medidas Educativas previstas mas apenas quando estas se revestem de contornos muito específicos, nomeadamente nas Adequações Curriculares e no Currículo Específico Individual (artigo 28º).

PARTE II PLANIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Capítulo 3 - Metodologia

3.1 Procedimentos Metodológicos

A metodologia da investigação, segundo Vilelas (2009, p. 101), “Consiste em estudar e avaliar os vários caminhos disponíveis e as suas utilizações”. Pode ser entendida como “o caminho de pensamento e a prática” utilizada na abordagem da realidade, abarcando um conjunto de procedimentos que levam o investigador à obtenção do conhecimento.

Os métodos e técnicas utilizadas no presente estudo prendem-se com o modelo qualitativo que, segundo Bogdan (1994, p.48) se caracteriza por ter como fonte direta de dados no ambiente natural, ou seja, “os investigadores frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência”. A este respeito, Carmo (2008) considera que na metodologia qualitativa os investigadores interagem com os sujeitos de uma forma “natural” e, sobretudo, discreta.

3.2 Problemática

O sistema educativo português, à semelhança de outros países, iniciou um caminho que pretende levar à reestruturação das escolas no sentido de as tornar verdadeiras comunidades educativas, onde todos os alunos possam aprender juntos, independentemente das suas singularidades, e onde o sentido de pertença e participação ativa sejam efetivos. A concretização destes princípios da inclusão ao nível legislativo resulta numa perspetiva de colaboração multidisciplinar, responsabilizando a escola regular pela orientação global do processo da inclusão.

Houve necessidade de procurar estratégias que reunificassem a Educação Regular e a Educação Especial e de introduzir nas escolas serviços de apoio, recursos especializados e outros profissionais com a finalidade de melhor atender às necessidades educacionais dos seus alunos.

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro determina as funções atribuídas aos agentes educativos envolvidos no processo, resumidamente, trata-se de uma responsabilidade que tem de ser partilhada, quer pelos Professores Titulares de Turma quer pelos Professores de Educação Especial, de acordo com a legislação referida “o programa educativo individual é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação...” (10º artigo). De acordo com a mesma legislação, a coordenação do Programa Educativo Individual, por sua vez, é da responsabilidade do Professor Titular de Turma, no caso do 1º Ciclo, pelo que este deve participar em todo o processo, particularmente, nas fases de Referenciação e Avaliação da criança

com Necessidades Educativas Especiais, bem como, na elaboração de documentos oficiais previstos no mesmo decreto-lei.

A Educação Especial é, pretensamente, dirigida pelo Professor de Educação Especial e pelo Professor Titular de Turma, num trabalho de articulação, partilha, reflexão e distribuição de tarefas, tendo em vista o desenvolvimento da criança que integra o Regime de Educação Especial. Assim, na sequência deste princípio, emerge o seguinte questão:

Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo, acerca do seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?

De um modo geral pretende-se analisar as opiniões que os professores titulares de turma têm relativamente à operacionalização da Educação Especial em escolas de ensino regular, e que responsabilidades consideram ter nesse processo.

Teoricamente, o apoio e resposta às necessidades destas crianças deverá ser concretizado por todo corpo docente afeto às mesmas, sendo que na frente desta responsabilidade dever-se-á encontrar o Professor de Titular de Turma e o Professor de Educação Especial. Na prática verifica-se que, em algumas escolas, o trabalho em prol do desenvolvimento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, é na sua maioria, encetado pelo Professor de Educação Especial e que a articulação prevista no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, é realizada, na maioria das vezes, de forma superficial.

Com este estudo pretende-se verificar se este cenário, de acordo com os depoimentos dos professores entrevistados, se repete na escola do agrupamento em foco neste trabalho, bem como, identificar algumas das razões que poderão justificar esta forma de organização e de concretização da Educação Especial.

3.3 Questões e objetivos de investigação

A partir da questão central “Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo, acerca do seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?” pretende-se, igualmente, obter resposta a outras questões, mais especificamente:

- Que nível de conhecimento o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?
- Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo face à filosofia da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular?
- Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular resultante da aplicação do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?

- Que responsabilidades assumem na aplicação do Decreto-Lei 3 de 2008, de 7 de janeiro?
- Que responsabilidades atribuem a outros agentes educativos de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?
- Qual o seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular, nomeadamente, nos processos de Referenciação e Avaliação do aluno e na elaboração do Programa Educativo Individual e do Relatório Circunstanciado?

A resposta à problemática, atrás apresentada, constitui o objetivo principal do presente estudo, porém, por forma a estruturarmos a presente investigação, definimos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar o nível de conhecimento que o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;
2. Analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo face ao princípio da Educação Especial nas escolas regulares de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;
3. Analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo face à operacionalização da Educação Especial em escolas regulares resultante do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;
4. Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;
5. Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo considera ter neste processo de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;
6. Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro.

3.4 Tipo de Investigação

Como já foi referido anteriormente, a perspetiva desta investigação é de natureza qualitativa, na medida em que, e de acordo com Bogdan e Biklen (1994), as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente natural de ocorrência, estando, assim, o investigador qualitativo mais preocupado com o processo do que com os produtos, ou resultados, no estudo dos fenómenos, uma vez que o seu interesse central reside no saber como (ou com base em quê?) os indivíduos atribuem significados às experiências.

Desta forma, na perspetiva qualitativa defende-se a ideia de que só ao contactar diretamente com as pessoas podemos aprender a descobrir o que estas experienciam, a forma como interpretam as suas experiências e como estruturam o mundo social em que vivem.

Também na ótica de Taylor e Bogdan (1998), os estudos qualitativos tentam entender como as pessoas “vêm as coisas”, no contexto e nas situações onde elas se encontram, não sendo, de acordo com Erickson (1986), seu objetivo obter generalizações, mas, antes, tentar conhecer o processo através do qual os sujeitos constroem significados e aceder à compreensão dos mesmos, de forma a perceber em que consistem.

A presente investigação está, desta forma, subjacente a um paradigma interpretativo, pois, e se as situações educativas são, essencialmente, humanas e sociais, as metodologias de investigação interpretativa dispõem de meios que permitem apreender com rigor a sua natureza “incerta, complexa, fugidia, feita de ações, pensamentos e contexto” (Rodrigues, 2001. p.64).

O facto de esta investigação assumir uma natureza qualitativa, predominando, desta forma, o paradigma interpretativo, leva a que cada “pedaço de informação” seja encarado como um “pedaço de vida” e dos sujeitos intervenientes (Alasuutari, 1995).

Esta posição investigativa pretende, assim, manter o respeito pela identidade e heterogeneidade dos sujeitos intervenientes (Pereira, 2000), bem como a máxima autenticidade e profundidade na abordagem das suas representações e atitudes (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Neste estudo os participantes responderam no seu ambiente de trabalho, e partilharam aquela que é a sua perspetiva acerca da inclusão e da forma como ela está a ser operacionalizada nas escolas de ensino regular e, particularmente, na escola onde lecionam, relataram também a sua prática pedagógica.

3.4.1 Tipo de Estudo - Estudo de Caso

O presente trabalho foi realizado numa única escola de 1º Ciclo, ou seja, à data da realização das entrevistas, todos os professores estavam no ativo naquela escola, ainda que com diferentes tipos de vinculação, pelo que a opção metodológica adotada nesta investigação foi o estudo de caso.

Segundo Cohen (1980), o estudo de caso permite um amplo e compreensivo registo de todos os detalhes relacionados com o assunto em estudo.

Para Merriam (1988), o estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico.

Bell (2008) considera que o estudo de caso está indicado para investigadores isolados, na medida em que proporciona uma oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspeto do problema num curto espaço de tempo.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa considerada, por diversos autores, como a possibilidade de aprofundamento, uma vez que o seu objetivo é compreender

(Laville e Dionne, 1999; Stake, 1994), daí que, Lessard-Hébert et al., (1994) considerem este tipo de investigação como o mais real, o mais aberto e, também, o menos controlado, o que obriga o investigador a delimitar a matéria de estudo (Bogdan e Biklen, 1994), apesar de existir uma relação com o todo, num processo que se vai precisando ao longo da própria investigação.

No entanto, e não obstante esta delimitação física, temporal ou social, Patton (1990) considera este tipo de investigação como um modo específico de reunir, organizar e analisar os dados em profundidade, uma vez que “cada caso” deve possuir o máximo de informação possível.

Na perspetiva de Yin (2005), os estudos de caso constituem a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e por que”, quando o pesquisador tem pouco poder sobre os acontecimentos e quando o foco se centra em fenómenos contemporâneos inseridos em contextos de vida real. Desta forma, a investigação decorrente do estudo de caso permite preservar as características holísticas e significativas da vida real.

Em síntese, pode referir-se que o estudo de caso é o processo de aprendizagem sobre o “caso” e o produto da nossa aprendizagem (Skate, 1994).

Todavia, este tipo de investigação, não obstante as suas vantagens, já referidas anteriormente, comporta algumas fragilidades, tais como a falta de rigor da pesquisa que pode decorrer de um estudo de caso, a pouca base que fornece para efetuar generalizações científicas e, por fim, a morosidade que um trabalho deste tipo implica (Yin, 2005).

No que concerne à pouca base para efetuar generalizações científicas, também Laville e Dionne (1999, p.156) consideram que as conclusões da investigação de um estudo de caso “valem de início para o caso considerado”, não assegurando que as mesmas possam aplicar-se a outros casos. Contudo, os autores supracitados também acrescentam que esta poderá não ser uma regra absoluta, visto que “um caso” pode ajudar a melhorar a compreensão da complexidade de um fenómeno ou situação.

Apesar de algumas limitações, o estudo de caso assume-se como o tipo de investigação privilegiado quando o objetivo do investigador é compreender, sendo este o objetivo do presente estudo.

3.5 Instrumento de recolha de dados

Os dados são informações recolhidas pelos investigadores, e sobre as quais se vão debruçar, são os elementos que servem de matéria prima à análise que vamos efetuar. “Os dados incluem materiais que os investigadores registam ativamente, tais como transcrições de entrevistas e notas de campo referentes a observações participantes (...) os dados são simultaneamente as provas e as pistas (...) servem de factos inegáveis que protegem a escrita que possa ser feita de uma especulação não

fundamentada.” (Bogdan, 1994, p.149). Assim, para o presente trabalho, usámos como instrumento de recolha de dados a entrevista semi-estruturada, a um grupo de 11 professores, da qual iremos falar de seguida.

3.5.1 Entrevista

A entrevista constitui-se como uma das mais importantes fontes de informação para o estudo de caso (Yin, 2005).

A entrevista, segundo Neto (1998, p.330), assenta numa comunicação entre entrevistador e entrevistado, tentando “conciliar alguma profundidade com a razoável liberdade que é dada ao entrevistado para exprimir as suas ideias e replicar às questões postas pelo investigador”.

Na perspetiva de Morgan (1988), uma entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, dirigida por uma dessas pessoas, tendo por objetivo obter informações sobre a outra.

Moser e Kalton (1971) também descrevem a entrevista como uma conversa entre um entrevistador e um entrevistado, tendo por objetivo extrair determinada informação deste último.

Segundo Sousa (2005), a entrevista constitui-se como um instrumento de investigação, cujo objetivo consiste em obter informações, questionando diretamente cada sujeito.

Na linha de pensamento do mesmo autor, a entrevista não deve ser entendida como um interrogatório policial, estando, neste caso, o entrevistado sujeito a uma série de perguntas curtas e diretas. Pelo contrário, na entrevista, entrevistador e entrevistado devem estabelecer uma conversa amena e agradável, no decurso da qual o entrevistado vai proporcionando as informações que o entrevistador espera, refere ainda o mesmo autor.

As entrevistas variam quanto ao grau de estruturação. No âmbito do estudo em curso, optámos por entrevistas semi-estruturadas (Bogdan & Biklen, 1994) ou semidirectivas (Quivy & Campenhoudt, 1998), para que, apesar do guião elaborado pelo entrevistador, o entrevistado tenha liberdade para desenvolver as situações na direção que considere adequada (Marconi & Lakatos, 1990), podendo explorar, de uma forma flexível e aprofundada, os aspetos que considere mais relevantes.

Assim, este tipo de entrevista é geralmente utilizado em estudos que procuram conhecer as perceções, atitudes e motivações dos sujeitos relativamente a determinados assuntos, contribuindo para que se revelem os aspetos mais valorizados e de maior significação para os entrevistados.

Esta possibilidade parece-nos importante por ir ao encontro do nosso interesse em conhecer o sentido que os participantes no estudo davam “às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as

suas referências normativas, as suas interpretações, as leituras que fazem das próprias experiências” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.193).

O guião de entrevista foi elaborado com base nos objetivos e nas questões de investigação, anteriormente definidas, bem como na revisão de literatura. Assim, os objetivos do guião de entrevista são coincidentes com os objetivos específicos do estudo e algumas das questões de investigação também. (Anexo A)

Depois de elaborados os guiões das entrevistas, procedemos à sua validação, de forma a garantir a boa compreensão das questões e que as respostas não se afastassem significativamente dos objetivos da investigação. Por outro lado, a validação foi uma forma de treinar a condução das mesmas para a sua futura aplicação (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Assim, as entrevistas foram precedidas por uma entrevista exploratória, uma vez que, como afirmam Quivy e Campenhoudt (1998):

as entrevistas exploratórias têm, portanto, por função revelar luz sobre certos aspetos do fenómeno estudado, nos quais o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo, e assim completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras. Por esta razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite pôr perguntas demasiado numerosas e demasiado precisas (1998, p.67).

A entrevista exploratória foi feita a dois professores que não fizeram parte do estudo, mas com características semelhantes aos docentes da amostra.

Estas primeiras entrevistas permitiram fazer algumas alterações ao guião inicialmente pensado, nomeadamente, reformular determinadas questões. Tal como refere Fox (1987, p.629) a realização de uma entrevista exploratória “permite estimar as características do instrumento a utilizar na recolha de dados e, assim, o investigador poder eliminar todas as possíveis ambiguidades nas perguntas formuladas e prever as respostas importantes”.

Paralelamente as entrevistas foram também validadas por peritos na área.

Depois de introduzidas as alterações, resultantes das entrevistas exploratórias, o guião final ficou organizado em cinco blocos temáticos: I – Apresentação; II – Dados do Entrevistado; III – Opiniões; IV – Responsabilidades e Contributos e V – Agradecimentos.

No Bloco I – Apresentação, pretendíamos apresentar a natureza do trabalho a realizar e informar o entrevistado acerca da confidencialidade das suas respostas.

No Bloco II – Dados do Entrevistado, pretendíamos caracterizar o entrevistado pessoal e profissionalmente.

No Bloco III – Opiniões: Princípio da Escola Inclusiva e Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular, pretendíamos analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo relativamente ao princípio da Educação Especial nas Escolas Regulares de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro e à sua, respetiva, operacionalização.

No Bloco IV – Responsabilidades e Contributos, pretendíamos identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa e qual o seu contributo na operacionalização da Educação Especial.

No presente estudo, as entrevistas decorreram num ambiente descontraído, os participantes foram entrevistados no seu local de trabalho, desta forma, gerou-se uma atmosfera de empatia que proporcionou uma liberdade de expressão, sendo esta possibilitadora de respostas sinceras e claras em relação aos objetivos da investigação (Gómez e Cartea, 1995).

3.6 Procedimentos éticos

O presente estudo foi realizado numa escola de 1º Ciclo de um agrupamento de escolas do concelho da Amadora.

Inicialmente, e após se verificar que a escola em questão reunia as características necessárias para a realização do estudo (turmas de 1º Ciclo com alunos a beneficiar do Decreto-Lei 3/2008/ de 7 de janeiro) fez-se um pedido formal, através de um requerimento dirigido à direção do agrupamento, a solicitar autorização para entrevistar os professores de 1º ciclo no ativo numa das escolas do agrupamento. (Anexo B)

Posteriormente, entrou-se em contato informal com os respetivos professores para verificar a disponibilidade destes para participarem no estudo e agendar a entrevista.

A entrevista foi gravada em suporte áudio, na qual foi garantida a confidencialidade das declarações prestadas, bem como, o anonimato da instituição.

PARTE III APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Capítulo 4 - Caracterização da Amostra

4.1 Amostra

Neste estudo os sujeitos da amostra são professores de 1º ciclo, no ativo, titulares de uma turma que integra, no mínimo, uma criança ao abrigo do decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro. De acordo com Flick (2005) a amostra teórica é:

o processo de coleta de dados para o desenvolvimento de uma teoria, em que o analista regista, codifica e analisa os dados, decidindo quais vai registar a seguir e onde encontrá-lo, a fim de elaborar a sua teoria, à medida que esta vai emergindo. O processo de coleta dos dados é comandado pela teoria emergente. (p.98)

Deste modo, optou-se por um método de amostragem intencional, não probabilística, cujas características dos elementos do grupo a envolver no estudo constituem, à partida, garantia de informação válida, múltipla e aprofundada.

Neste sentido e de acordo com Bogdan e Biklen (1994), Borg e Gall (1996) e Almeida e Freire (2000) não podemos generalizar os dados e as conclusões obtidas a outras situações, para além do contexto onde a investigação se concretiza, uma vez que se trata do estudo de um caso específico e a amostra não é representativa de uma população mais vasta.

A amostra ficou constituída por onze sujeitos.

4.1.1 Caracterização da amostra

As questões colocadas, em entrevista, no âmbito do Bloco Temático II – Dados do Entrevistado, permitiram caracterizar os participantes nesta investigação.

O presente estudo foi realizado numa escola de 1º Ciclo, onde todos os professores de titulares de turma foram entrevistados, exceto um professor de 2º ano que não foi entrevistado pelo facto de, no momento, não ter nenhum aluno na sala de aula ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro. Deste modo o estudo conta com 11 participantes, como podemos ver no quadro que se segue.

Quadro 1 - Caracterização da Amostra

Prof.	Sexo	Idade	Ano de Formação	Grau	Tempo de Serviço	Formação em Educação Especial	Categoria Profissional	Turma	Alunos c/ NEE
Prof. 1	F	60	1981	Bacharelato	30	Não	Q.A.	1º	1
Prof. 2	M	40	2000	Licenciatura	11	Ações de Formação	Q.A.	1º	1
Prof. 3	F	30	2007	Licenciatura	2	Não	Contratado	1º	1
Prof. 4	M	27	2007	Licenciatura	3	Sim	Contratado	2º	2
Prof. 5	F	35	1998	Licenciatura	13	Não	Q.A.	2º	1
Prof. 6	F	29	2005	Licenciatura	2	Não	Contratado	3º	1
Prof. 7	F	53	1982	Licenciatura	29	Não	Q.A.	3º	2
Prof. 8	F	33	2000	Mestrado	11	Ações de Formação	Q.A.	3º	3
Prof. 9	F	31	2003	Licenciatura	9	Não	Q.A.	4º	2
Prof. 10	F	34	1999	Licenciatura	12	Não	Q.A.	4º	3
Prof. 11	F	51	1984	Licenciatura	27	Ações de Formação	Q.A.	4º	1

Legenda: Q.A. - Quadro de Agrupamento

Relativamente à caracterização da amostra deste estudo, conforme consta no Quadro 1, podemos verificar que, a grande maioria, ou seja, 9 dos participantes são do sexo feminino, e que a faixa etária dos entrevistados é bastante alargada, estando as suas idades então compreendidas entre os 27 e os 60 anos.

Relativamente ao ano de formação, 5 dos participantes terminaram a sua formação antes do ano 2000 e 6 dos participantes após esse mesmo ano, a grande maioria, isto é, 9 dos professores possui o grau académico de licenciado, sendo que apenas um dos professores é bacharel e outro mestre.

A experiência profissional dos entrevistados oscila entre os 2 e os 30 anos de serviço, 3 professores têm mais de 20 anos de serviço, 4 professores têm mais de 10 anos de serviço e 4 professores têm menos de 10 anos de serviço.

A maioria dos sujeitos, mais especificamente, 8 dos professores já se encontra vinculado a um quadro de agrupamento, sendo que apenas 3 são professores contratados.

Nenhum dos professores entrevistados possui formação especializada em Educação Especial, no entanto, todos eles têm, na sua turma, alunos ao abrigo de Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, sendo que o número de alunos por turma, integrados neste regime, varia entre 1 e 3 alunos, assim, 5 professores têm mais do que um aluno por turma ao abrigo do referido decreto e 6 professores têm apenas um aluno por turma.

Capítulo 5 - Apresentação e Análise dos Dados

5.1 Análise de Conteúdo

As entrevistas foram gravadas em suporte áudio e posteriormente transcritas na íntegra de modo a serem evitadas quaisquer distorções, visto que o objetivo é conhecer os contextos, interpretações e significações que lhes oferecem os entrevistados (Amado, 2001), aos quais foram atribuídos números (Professores 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11). Os protocolos de entrevista encontram em anexo. (Anexo C)

Os dados recolhidos em entrevista foram tratados através de análise de conteúdo. Berelson (1952) definiu esta técnica como “a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (Berelson, 1952, cit. in Vala, 1986, p.103).

Posteriormente, na década de oitenta definiu-se análise de conteúdo como “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto” (Krippendorff, 1980, cit. in Vala, 1986, p.103).

Resumidamente, a finalidade da análise de conteúdo é efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, a respeito das mensagens cujas características foram inventariadas ou sistematizadas.

Bardin (1995) considera que, na análise de conteúdo, a organização da codificação compreende três operações: a escolha das unidades (recorte), a escolha das regras de contagem (enumeração) e a escolha das categorias (classificação e agregação).

Desta forma, a prática da análise de conteúdo baseia-se na classificação, isto é, na categorização, sendo as categorias os elementos chave do código do investigador sobre uma realidade, com vista a reduzir a sua complexidade, a estabilizá-la, identificá-la, ordená-la ou atribuir-lhe sentido.

No presente estudo, para a analisar os dados, recolhidos através das entrevistas, recorreu-se a esta técnica com o intuito de sistematizar e explicitar a informação contida nos protocolos das mesmas, com o objetivo de elaborar categorias e subcategorias pertinentes para a construção e interpretação dos dados obtidos.

Após uma leitura de todos os protocolos das entrevistas, procedeu-se a uma análise categorial definida por Bardin (1995, p.37) como “o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem”. Neste caso, as categorias foram definidas em função das questões colocadas em entrevista. (Anexo D)

Depois deste primeiro processo de categorização, procedemos a uma análise vertical (Miles & Heberman, 1994), onde cada uma das entrevistas dos diferentes intervenientes foi analisada separadamente, ou seja, após a leitura das respostas, foi filtrada apenas a informação relevante, e selecionado um excerto da resposta que

comprovasse essa informação. Nesta fase já se vislumbravam, ainda que uma fase preliminar, as subcategorias.

Posteriormente, foi realizada uma análise horizontal, seguindo o método de “comparação constante” (Glasser & Strauss, 1967, cit. in Lemos, 1993, p. 461), procurando semelhanças e diferenças nos discursos dos diferentes participantes. As regularidades que emergiram no discurso dos entrevistados permitiram definir, definitivamente as subcategorias.

Este tratamento da informação permitiu simplificar o material recolhido, sistematizar informação recolhida e realizar uma contagem frequencial.

5.1.1 Categorização

Conforme foi referido no ponto anterior, a análise dos dados da entrevista obedeceu a uma categorização da informação. A primeira fase categorização teve por base o guião de entrevista e, particularmente, as questões colocadas aos entrevistados, a segunda fase teve por base as respostas dos entrevistados, das quais emergiram as subcategorias.

Em seguida, apresentamos os dois blocos temáticos, cujos objetivos são coincidentes com os objetivos da investigação, e que, por esse motivo, contêm informação relevante para a primeira fase da categorização dado que o Bloco I tem como objetivo a apresentação do trabalho e o Bloco II a caracterização da amostra.

Assim, as questões colocadas no Bloco III – Opiniões, permitiram-nos identificar as primeiras cinco categorias, como podemos ver no quadro 2.

Quadro 2 - Bloco III - Opiniões: categorias e questões.

BLOCO - III Opiniões	
Categorias	Questões
Conhecimento do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Escola Inclusiva; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspectos Positivos; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspectos Negativos;	-(...) Considera que está a par dos princípios que este documento encerra? - (...) Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê? - Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular? - Que aspetos positivos destaca? E negativos? Conhecimento do decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro;

As questões colocadas no Bloco IV – Responsabilidades e Contributos, permitiram-nos identificar mais nove categorias, como podemos verificar no quadro 3.

Quadro 3 - Bloco IV - Responsabilidades e Contributos: categorias e questões.

BLOCO – IV Responsabilidades e Contributos	
Categorias	Questões
Referenciação: Atitude;	- No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades (...) qual a sua atitude?
Referenciação: Formalização;	- (...) referencia-a? De que forma o faz?
Referenciação: Responsabilidade;	- A quem compete esta responsabilidade? Porquê?
Relatório Técnico-Pedagógico: Intervenientes;	- (...) relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?
Relatório Técnico-Pedagógico: Contributo;	- Colabora nesta fase? De que modo?
Programa Educativo Individual: Intervenientes;	- (...) Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?
Programa Educativo Individual: Contributo;	- Participa na sua elaboração? De que forma?
Relatório Circunstanciado: Intervenientes;	- (...) deve ser elaborado um relatório circunstanciado. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?
Relatório Circunstanciado: Contributo.	- Participa na sua concretização? De que modo?

Como se pode verificar nos quadros 2 e 3, a primeira categorização que nos permitiu iniciar a análise de conteúdo é, assim, composta por 14 categorias, sendo que as primeiras 5 correspondem ao Bloco III – Opiniões e as restantes 9 correspondem ao Bloco IV – Responsabilidades e Contributos.

5.2 Apresentação e análise dos dados da entrevista

Após a identificação das 14 categorias, como já foi referido, foi feita uma análise horizontal, ou seja, as respostas obtidas em entrevista foram comparadas, e as regularidades emergentes, permitiram-nos identificar as subcategorias.

Em seguida, apresentaremos os dados de acordo com as categorias encontradas para os dois blocos. Os quadros expõem as categorias, as subcategorias emergentes, a frequência de resposta e um excerto, de uma das respostas, que concretiza a subcategoria em causa.

5.2.1 Bloco III - Opiniões

Como já foi referido, no Bloco III – Opiniões, surgem as primeiras cinco categorias, cada quadro corresponde a uma categoria e para cada quadro procedemos a uma análise.

Quadro 4 - Categoria 1

Categoria 1		
Conhecimento do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro		
Subcategorias	FR	Evidências
Desconhecimento	2	"Não, não estou a par" - Prof.7
Conhecimento relativo	9	"Sim. De uma forma geral, mas não ao pormenor(...)" – Prof. 2

Relativamente, à categoria 1 “Conhecimento do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro”, podemos verificar que, apesar de todos os professores terem pelo menos uma criança com Necessidades Educativas Especiais em sala, a grande maioria (9) professores refere conhecer a legislação em vigor de uma forma pouco detalhada e, inclusivamente, 2 professores referem não ser conhecedores da legislação em causa.

Quadro 5 - Categoria 2

Categoria 2		
Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Escola Inclusiva		
Subcategorias	FR	Evidências
Sociabilização	2	"(...)tem que ser socializadas com os outros não estão a parte da sociedade(...)" - Prof. 7
Aceitação Social	3	"(...)para que todas as outras crianças consigam (...) lidar com estas crianças especiais" (...) - Prof.6
Direito à educação	7	"(...)não devemos recusar a entrada desses meninos (...) temos é que ter outras condições para isso(...)" – Prof. 8

No que concerne à categoria 2 “Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Escola Inclusiva”, podemos constatar que os professores entrevistados, aparentemente, são unânimes em referir que concordam com o princípio implícito de escola inclusiva, patente na legislação em causa, porém, aquando justificam a sua concordância referem, frequentemente, aspetos apenas relacionados como direito à educação.

Reportando-nos ao decreto-lei acima referido podemos verificar, no preâmbulo, que o mesmo defende a escola inclusiva enquanto unidade que é “capaz de acolher e reter, no seu seio, grupos de crianças e jovens tradicionalmente excluídos” (Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Todos os professores referem o acolhimento de crianças com Necessidades Educativas Especiais em escolas de ensino regular como vantajoso, enquanto resposta social e/ou educativa, assim, 7 dos professores entrevistados consideram que a aceitação de crianças com Necessidades Educativas Especiais em escola de

ensino regular permite, no imediato, uma integração escolar da criança, garantindo o direito à educação; 2 dos professores consideram que a aplicação desta lei potencia a sociabilização desta criança com os seus pares e 3 professores referem uma progressiva aceitação da diferença por parte das restantes crianças.

Quadro 6 - Categoria 3

Categoria 3 Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular		
Subcategorias	FR	Evidências
Falta de recursos (humanos e físicos)	9	"(...) desde que as escolas disponibilizem os recursos previstos na lei para esses tais alunos(...)" – Prof. 2
Falta de formação especializada	2	"(...)o professor titular da turma não tem formação específica (...)" – Prof. 1

Quanto à categoria 3 “Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular” pode verificar-se que os 11 professores manifestam algum descontentamento, sendo que alguns são concordantes nos motivos que apresentam, assim, 9 professores referem que, atualmente, de um modo geral, a escola pública de ensino regular, ainda não oferece as condições, quer a nível de recursos humanos, quer a nível de infra-estruturas que estas crianças necessitam.

Paralelamente há 2 professores que referem que há uma carência de formação especializada, quer a nível de pessoal auxiliar, quer a nível de pessoal docente, o que fragiliza a qualidade do serviço prestado.

A este respeito podemos verificar que a legislação em causa, ainda no preâmbulo, prevê que o acolhimento destas crianças seja feita de forma alicerçada em apoios especializados e esclarece que estes poderão traduzir-se na “adaptação de estratégias, recursos, conteúdos, processos, (...) instrumentos, (...) tecnologias de apoio (...)”, no entanto, também poderão implicar “medidas de mudança no contexto escolar.” (Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Nas próximas duas categorias, os professores, de acordo com as experiências que têm, referem sumariamente os aspetos positivos e negativos da execução desta legislação.

Quadro 7 - Categoria 4

Categoria 4 Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspetos Positivos		
Subcategorias	FR	Evidências
Interação entre pares	9	"(...)sociabilização com outros colegas, a partilha de experiências de conhecimentos(...)" - Prof..5
Formação de docentes	1	"dá uma abertura e nos leva a querer adquirir uma série de conhecimentos(...)" - Prof. 3
Adequação de estratégias	1	"(...)atividades, dos recursos, e das estratégias que os docentes preparam para eles." – Prof. 4
Articulação entre professores	1	"(...)princípios de harmonia (...)entre o professor titular de turma e o professor de ensino especial(...)" - Prof. 4
Direito à educação	1	"(...) o direito a escolaridade seja ela atingida a que nível for(...)" – Prof. 7

Assim, na categoria 4 “Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspetos Positivos”, que sistematiza aquelas que são consideradas pelos professores como as vantagens deste processo, pode-se observar que a subcategoria mais evidente é a “Interação entre os pares”, sendo que 9 dos entrevistados referem vantagens de parte a parte, quer pela sociabilização dos alunos com necessidades educativas especiais, quer pela aceitação que as outras crianças terão das várias problemáticas emergentes.

Paralelamente há professores que, isoladamente, referem a receção das crianças com Necessidades Educativas Especiais, cria a necessidade do corpo docente querer adquirir formação especializada, articular o seu trabalho com professores e ou técnicos envolvidos no processo, bem como, adequar a sua prática pedagógica às necessidades dos alunos integrados no regime de educação especial.

Apenas 1 dos professores refere um aspeto que se prende com o direito à educação em meio escolar, ou seja, o espaço escolar surge apenas como um direito que não pode ser negado à criança.

Quadro 8 - Categoria 5

Categoria 5 Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspetos Negativos		
Subcategorias	FR	Evidências
Falta de recursos humanos e físicos	9	"(...) não há meios humanos, meios físicos(...)" - Prof.1
Cortes orçamentais	1	"(...) essencialmente os cortes orçamentais(...)" - Prof. 4
Falta de formação especializada	3	"(...) mais pessoas, mais profissionais (...) com formação obviamente(...)" - Prof. 9
Falta de tempo	2	"(...) falta de tempo para investigar mais para estudar mais para planificar-mos(...)" - Prof. 8
Ausência da aspetos negativos	1	"(...) de repente não estou a ver assim que haja aspetos negativos." - Prof. 11

No que diz respeito à categoria 5 “Operacionalização da Educação especial em Escolas de Ensino Regular: Aspetos Negativos”, 9 dos professores referem a ausência de recursos humanos e físicos como uma das lacunas na implementação do decreto-lei em causa, 1 professor também manifesta descontentamento, referindo-se aos cortes orçamentais, que se traduzem na dispensa de professores, de técnicos e na ausência de materiais e infra-estruturas adequadas. Por outro lado, 3 professores mencionam a falta de formação especializada no âmbito da Educação Especial, 2 professores referem que há falta de tempo para se dedicarem a todas as problemáticas que surgem na sala de aula e, como tal, a preparação não é feita com o devido rigor.

Apenas 1 professor não refere qualquer aspeto negativo.

5.2.2 Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

De seguida apresentamos as nove categorias correspondentes ao Bloco IV – Responsabilidades e Contributos, à semelhança do ponto anterior, para cada quadro apresentamos uma análise.

Quadro 9 - Categoria 6

Categoria 6 Referenciação: Atitude		
Subcategorias	FR	Evidências
Encarregado de Educação	4	"A primeira atitude é contactar o encarregado de educação (...)" - Prof. 10
Professor de Educação Especial	3	"Fazer a sinalização do aluno (...)da professora de educação especial.(...)" - Prof. 2
Psicólogo	2	"(...) encaminhamento ou peço à psicóloga da escola(...)" - Prof. 6
Coordenadora	1	"(...) iria falar (...)coordenadora, (...)" - Prof. 9
Equipa Multidisciplinar	4	"(...)contactar com a professora de ensino especial e mesmo psicólogos e outros técnicos(...)" - Prof. 3
Adequação do trabalho	2	" (...)Tento dar um apoio mais personalizado(...)" - Prof. 11

A categoria 6 “Referenciação: Atitude” remete-nos para uma das dimensões do Decreto-Lei 3/2008, o qual refere que a referenciação poderá ser feita por vários elementos desde que “tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais” e entregue ao órgão de administração e gestão escolar “a referenciação é feita aos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência” (Art. 5º, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Neste estudo, 3 dos professores entrevistados referem que se dirigem ao professor de Educação Especial, por forma, a concretizarem a sinalização, 5 professores optam por se dirigirem, ou encaminharem o caso para o psicólogo da escola.

Por outro lado, 4 professores consideram relevante contactar, primeiramente, o encarregado de educação e 4 professores optam por colocar o caso à consideração de uma equipa multidisciplinar.

Excecionalmente, 1 professor, dirige-se ao coordenador do estabelecimento.

Apenas 2 professores optam, inicialmente, por encontrar na sua prática uma estratégia que dê resposta às dificuldades do aluno, ao invés de referenciarem de imediato o caso.

Quadro 10 - Categoria 7

Categoria: 7		
Referenciação: formalização		
Subcategorias	FR	Evidências
Documento escrito (PTT)	1	"Fazendo um relatório de tudo o quanto ouvi (...)" - Prof. 1.
Documento escrito (vários profissionais)	4	"(...)em conjunto com os outros colegas e com os outros técnicos(...) um documento escrito (...)" - Prof. 4
Documento escrito (PTT + PEE)	2	"Faço verbalmente com a colega de educação especial mas também por escrito(...)" - Prof. 8
Preenchimento de um modelo (PTT)	2	"A escola tem um modelo interno de sinalização que é elaborado pelo docente de turma(...)" - Prof. 3
Preenchimento de um modelo (PTT + PEE)	2	"(...)sinalização junto da PEE e juntas proceder ao preenchimento da ficha de referenciação." - Prof. 10

Legenda: PTT - Professor Titular de Turma; PEE - Professor de Educação Especial

Na categoria 7 os professores manifestam qual o modo a que recorrem para formalizar a referenciação. Assim, 4 professores optam por referenciar a criança em conjunto com a Equipa Multidisciplinar, na qual incluem professores, psicólogos, e outros técnicos de saúde ou educação, através de um documento escrito. Por outro lado, 2 dos professores assumem uma atitude idêntica, porém, apenas contactam o professor de educação especial, 1 dos professores assume a mesma atitude, porém, formaliza a referenciação sozinho.

Ainda nesta categoria, 4 dos professores têm conhecimento de que a escola dispõe de um modelo de referenciação, sendo que 2 consideram que o mesmo deve ser preenchido pelo professor titular de turma, enquanto que os outros 2, consideram que o preenchimento deverá ser realizado em conjunto com a professora de educação especial.

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, no 5º artigo, por sua vez, refere que efetivamente a referenciação deve ser formalizada, por escrito, e salienta que deverá ser encaminhada para os "órgãos de administração e gestão das escolas".

Quadro 11- Categoria 8

Categoria 8		
Referenciação: Responsabilidade		
Subcategoria	FR	Evidências
PTT (conhecimento da realidade escolar)	6	"(...) é o professor que está em contato com a criança e que conhece o problema dela(...)" - Prof. 1
PTT + Equipa Multidisciplinar (conhecimento da realidade escolar + especialização)	4	"equipa do ensino especial(...), psicólogo (...) técnicos e pelo professor de ensino regular." - Prof. 10 "(...)todo o processo de referenciação compete a uma equipa, a uma equipa multidisciplinar(...)" - Prof. 4
PEE (especializado)	1	"A responsabilidade a maior evidentemente que será da professora do ensino especial(...)" - Prof. 11

Legenda: PTT - Professor Titular de Turma; PEE - Professor de Educação Especial

Relativamente à categoria 8 "Referenciação: Responsabilidade" 6 dos professores consideram que o professor titular de turma é o responsável por este passo, por considerarem que é a pessoa mais consciente da realidade escolar da criança, nomeadamente, das potencialidades e dificuldades que a mesma apresenta.

Por outro lado, 4 dos entrevistados consideram que a responsabilidade deverá ser partilhada pela Equipa Multidisciplinar e apenas 1 professor remete este momento, exclusivamente, para o professor de educação especial.

Conforme já foi referido a referenciação poderá ser feita por qualquer elemento desde que tenha “conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais”

Quadro 12 - Categoria 9

Categoria 9 Relatório Técnico-Pedagógico: Intervenientes		
Subcategorias	FR	Evidências
PTT e PEE	1	"(PTT) (...) porque está mais em contato com a criança(...)" ; "(PEE) (...)por ser especializado(...)" - Prof. 1
Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	10	"(...) o PTT, o PTT, o encarregado de educação, a psicóloga (...) o terapeuta da fala, a assistente social e outro tipo de técnicos que para o caso da criança de forma específica, tenha algum tipo de relevância(...)" - Prof. 4

Legenda: PTT - Professor Titular de Turma; PEE - Professor de Educação Especial

No que concerne à categoria 9 “Relatório Técnico-Pedagógico: Intervenientes”, 10 dos 11 professores referem que consideram que este documento deverá ser elaborado pela Equipa Multidisciplinar, ou seja, todos os elementos que de alguma forma estão ou serão envolvidos no processo.

Apenas 1 dos professores considera que o Relatório Técnico-Pedagógico deverá ser elaborado a duas mãos, pelo professor de educação especial e pelo professor titular de turma.

Na realidade, o decreto que regulamenta a operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular, remete este encargo para a equipe de educação especial e para os serviços de psicologia “...compete ao conselho executivo (...) solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico...”. O mesmo documento salienta a hipotética contribuição de outros elementos “com os contributos dos restantes intervenientes no processo...” (Artigo 6º, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Quadro 13 - Categoria 10

Categoria 10 Relatório Técnico-Pedagógico: Contributo		
Subcategorias	FR	Evidências
Caracterização da criança	7	"(...) relatório fazendo a despistagem das dificuldades da aluna ou do aluno." - Prof. - 2
Definição de objetivos	1	"(...) na elaboração dos objetivos que a criança deve atingir(...)" - Prof. 1
Preenchimento de documentação	1	"(...) preenchimento conjunto com todos os envolvidos no processo, nos relatório e todos os documentos (...)" - Prof 3
Participação em reuniões de equipa	1	"(...) em cooperação com todos os intervenientes (...) através de reuniões partilhadas (...)" - Prof. 4
Ainda não colaborou	2	"Não, até à data ainda não aconteceu, porque os alunos que recebi, já estavam sempre integrados no regime."

Relativamente à categoria 10 “Relatório Técnico-Pedagógico: Contributo”, podemos verificar que a maioria, 7 professores colabora, essencialmente, na caracterização do aluno, especialmente, na identificação de potencialidades e dificuldades observadas em aula. Apenas 1 dos professores refere que colabora também na definição de objetivos, 2 professores não especificam a natureza do seu contributo, sendo que 1 manifesta apenas que participam em reuniões de equipa e outro refere que preenche documentação relacionada com o processo, 2 professores revelam que ainda não tiveram oportunidade de participar.

A legislação efetivamente refere-se a este momento como uma fase de avaliação, na qual são clarificadas “as razões que determinam as necessidades educativas especiais” (Artigo 6º, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Quadro 14 - Categoria 11

Categoria 11		
Programa Educativo Individual: Intervenientes		
Subcategorias	FR	Evidências
PEE + PTT	4	"Professor do ensino especial e professora titular de turma." - Prof. 11
Equipa Multidisciplinar.	5	"(...)o docente titular de turma (...) com ajuda e colaboração de todos os outros docentes e técnicos disponibilizados." Prof. 3
Eq. Multidisciplinar + Enc. Ed.	1	"(...)o PTT que é da sua responsabilidade o PEI, (...) a PEE e outros técnicos (...) o encarregado de educação (...)" - Prof. 5
PTT + Outros Profs.	1	"(...) o PTT e os professores que apoiam o aluno seja de ensino especial seja de apoio sócio educativo(...)." - Prof. 8

Legenda: PTT - Professor Titular de Turma; PEE - Professor de Educação Especial

No que diz respeito à categoria 11 “Programa Educativo Individual: Intervenientes” pode-se verificar que, nenhum professor considera que este momento seja para ser concretizado individualmente, ou seja, todos eles mencionam um trabalho em parceria ou com a Equipa Multidisciplinar. Assim, 5 professores, consideram que o Programa Educativo Individual deverá ser elaborado pelo professor titular de turma, pelo professor de educação especial e por outros técnicos envolvidos no processo, nomeadamente, psicólogos, médicos, terapeutas.

Por outro lado, 4 dos professores consideram que esta responsabilidade é partilhada apenas pelo professor titular de turma e pelo professor de educação especial e 1 dos professores, considera que este documento deverá ser realizados unicamente por professores.

Apenas 1 dos professores acresce à equipa multidisciplinar o encarregado de educação. A este respeito a legislação em vigor é bastante clara, na qual se pode ler “o programa educativo individual é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação...” (Artigo 10º, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Quadro 15 - Categoria 12

Categoria 12		
Programa Educativo Individual: Contributo		
Subcategorias	FR	Evidências
Definição de medidas educativas	6	"(...)definição de estratégias de metodologias de trabalho(...)" - Prof. 4
Caracterização do aluno	3	" (...) identificação e histórico da criança (...)" - Prof. 3
Confronto de opiniões	2	"Ouço a opinião do professor de ensino especial e dou a minha opinião em relação aquilo que me é dito." - Prof. 1
Reuniões	2	" (...) contributo para relatórios, reuniões (...)" - Prof. 7
Definição de objetivos	1	"(...) definindo...não sei se é objetivos...objetivos que a aluna terá de atingir nesse programa educativo." - Prof 2

A categoria 12 aborda o “Programa Educativo Individual: Contributo”, a este respeito o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro refere que “O programa educativo individual documenta as necessidades educativas especiais (...) baseadas na observação e avaliação de sala de aula...”, pelo que se pode inferir que o professor titular de turma terá um papel essencial da identificação de detalhes relevantes para o processo.

Neste estudo todos os professores manifestam que colaboram, de alguma forma, nesta fase do processo. Assim, 6 dos professores entrevistados referem que participam na definição das medidas educativas a implementar, 3 dos professores referem que o seu contributo se prende com a caracterização da criança, 2 dos participantes manifestam que a sua participação se prende apenas com uma supervisão do trabalho realizado manifestando, unicamente, a concordância ou discordância com a evolução do mesmo.

Por outro lado, 2 professores, não clarificam a sua participação, manifestando apenas que estão presentes nas reuniões e colaboram no preenchimento de documentação que seja necessária.

Apenas 1 professor refere que participa na definição dos objetivos.

A legislação em causa, a este respeito, clarifica quais os dados que devem constar neste documento “identificação, história escolar e pessoal relevante, conclusões do relatório de avaliação e as adequações(...)metas, das estratégias, recursos humanos e materiais e formas de avaliação.” (10º Artigo, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

Paralelamente, a mesma lei define, com clareza, no 11º artigo, que o professor titular de turma é o coordenador do PEI “o coordenador do programa educativo individual é o educador de infância, o professor do 1.º ciclo ou o diretor de turma, a quem esteja atribuído o grupo ou a turma”, porém, nenhum dos professores entrevistados assumiu esse papel.

Quadro 16 - Categoria 13

Categoria 13		
Relatório Circunstanciado: Intervenientes		
Subcategorias	FR	Evidências
PEE + PTT	2	"O professor do ensino especial e o professor titular." - Prof. 1
PEE	1	"A professora de educação especial." - Prof. 2
Equipa Multidisciplinar	5	"(...) aqueles que trabalharam diretamente com a criança (...)" - Prof. 3
PEE + PTT + Prof. Apoio	1	"(...) o professor titular de turma, o professor de educação especial, o professor de apoio se houver." Prof. 8
PEE + Outros técnicos	1	"(...) professora de educação especial e de algumas técnicas(...)." - Prof. 9
PTT+PEE + EE	1	"(...) professora de educação especial, a professora de ensino regular e (...)" o encarregado de educação (...)." - Prof. 10

Legenda: PTT - Professor Titular de Turma; PEE - Professor de Educação Especial

Relativamente à categoria 13, as respostas são pouco consensuais, surgindo vários tipos de subcategorias, assim, 5 dos professores, considera que o Relatório Circunstanciado deverá ser realizado pela Equipa Multidisciplinar, ou seja, por todos os intervenientes no processo. Por outro lado, 2 dos professores, consideram que apenas intervêm o professor de educação especial e o professor titular de turma, 1 dos professores acresce, a este par, o professor de apoio educativo, e outro dos professores entrevistados acresce o encarregado de educação.

Apenas 2 dos professores excluem a participação do professor titular de turma, sendo que 1 dos professores refere que este documento deverá ser elaborado por uma equipa multidisciplinar, da qual ele não faz parte, e outro que este documento é da inteira responsabilidade do professor de educação especial.

Considerando o que está expresso no, 13º artigo, do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro, podemos verificar que efetivamente este documento é elaborado por uma equipa composta pelo “professor do 1º Ciclo(...)pelo docente de educação especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo”(13º artigo, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro). A legislação menciona também o encarregado de educação como um elemento de aprovação, ao invés de execução.

Quadro 17 - Categoria 14

Categoria 14		
Relatório Circunstanciado: Contributo		
Subcategorias	FR	Evidências
Não colaborante	4	"(...)apenas assino um relatório que me é apresentado(...)" - Prof 1
Colaborante	7	"(...) menciono as competências e as aquisições feitas durante o ano letivo (...)" - Prof. 3

No que diz respeito à categoria 14 “Relatório Circunstanciado: Contributo”, 7 professores referem que são colaboradores numa avaliação periódica, contribuem com a sua opinião relativamente ao ponto de situação do aluno e às medidas desenvolvidas, no entanto nunca produziram o relatório. Por outro lado 4 dos

professores referem, de forma clara, que não participam na elaboração do relatório circunstanciado.

A legislação em vigor, prevê efetivamente que se efetue uma avaliação da das medidas implementadas, no documento podemos ler “a avaliação da implementação das medidas educativas(...)obrigatória pelo menos em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna...”(13º artigo, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro). No entanto, prevê igualmente a elaboração do Relatório Circunstanciado no final do ano letivo, sendo que, como já foi referido no número anterior, deverá ser realizado por uma equipa multidisciplinar da qual consta o professor titular de turma (13º artigo, Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro).

PARTE IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

Capítulo 6 - Conclusões, Limitações e Recomendações

6.1 Reposição dos Objetivos da Investigação

A Educação Especial em escolas de Ensino Regular é uma realidade cada vez mais evidente nas escolas portuguesas que, atualmente, têm no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro as principais linhas orientadoras de organização e gestão dos recursos e procedimentos necessários à aplicabilidade deste paradigma, pretensamente, inclusivo.

O presente estudo partiu de uma questão que surgiu, em contexto de trabalho, enquanto professora de Educação Especial - Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo, acerca do seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular? Apesar dos professores de ensino regular, titulares de turma, terem o seu papel definido, enquanto agentes da operacionalização da educação especial, no normativo acima referido, que leitura fazem do documento? Que responsabilidades atribuem aos vários agentes educativos? Que responsabilidades consideram ter? Qual o seu contributo?

Os objetivos desta investigação passaram por: Analisar o nível de conhecimento que o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; Analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo face ao princípio da Educação Especial nas escolas regulares; Analisar as opiniões dos professores face à operacionalização da Educação Especial em escolas regulares; Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa; Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo considera ter neste processo; Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial, sempre, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro.

Através destes objetivos, pretendemos dar resposta às seguintes questões:

- Que nível de conhecimento o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?
- Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo face à filosofia da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular?
- Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular resultante da aplicação do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?
- Que responsabilidades assumem na aplicação do Decreto-Lei 3 de 2008, de 7 de janeiro?
- Que responsabilidades atribuem a outros agentes educativos de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?
- Qual o seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular, nomeadamente, nos processos de Referênciação

e Avaliação do aluno e na elaboração do Programa Educativo Individual e do Relatório Circunstanciado?

6.2 Conclusões

O presente estudo foi realizado numa escola de 1º Ciclo do concelho da Amadora e contou com a participação de 11 professores de 1º Ciclo, titulares de uma turma com uma ou mais crianças ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro. Todos responderam a uma entrevista semi-estruturada e gravada em suporte áudio.

Os dados recolhidos foram trabalhados através da técnica de análise de conteúdo, na qual emergiram catorze categorias: Conhecimento do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Escola Inclusiva; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Aspectos Positivos; Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Aspectos Negativos; Referenciação: Atitude; Referenciação: Formalização; Referenciação: Responsabilidade; Relatório Técnico-Pedagógico: Intervenientes; Relatório Técnico-Pedagógico: Contributo; Programa Educativo Individual: Intervenientes; Programa Educativo Individual: Contributo; Relatório Circunstanciado: Intervenientes e Relatório Circunstanciado: Contributo.

Durante a análise das categorias acima referidas e das respetivas subcategorias, emergentes das respostas dos entrevistados, obtivemos respostas às questões de investigação que orientaram a presente investigação.

Assim, relativamente à primeira questão - **Que nível de conhecimento o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?** - verificámos que os professores, apesar de trabalharem, diariamente, com crianças incluídas ao abrigo do regime de educação especial são honestos ao assumirem que não são conhecedores exímios do normativo em questão. No entanto, a maioria, responde que conhece globalmente. Efetivamente, ao longo da entrevista podemos perceber, que existem aspetos que os entrevistados dominam melhor em detrimento de outros.

No que diz respeito à segunda questão - **Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo face à filosofia da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular?** - constámos que os sujeitos deste estudo, são positivos relativamente a este princípio, embora reconheçam que ainda há lacunas a colmatar quanto aos recursos materiais e humanos nas escolas regulares. Os professores destacaram, frequentemente, como uma mais valia imediata, a sociabilização entre crianças com e sem Necessidades Educativas Especiais.

No que concerne à terceira questão - **Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular resultante da aplicação do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?** - apurámos que todos os professores reconhecem que existem aspetos positivos na

operacionalização da Educação Especial, sendo que referem, regularmente, como positivo a interação entre pares, por outro lado, com exceção de um professor, todos os outros identificam aspetos negativos, que incidem, essencialmente, na falta de recursos físicos e humanos que dêem resposta às necessidades das crianças com Necessidades Educativas Especiais, bem como, falta de profissionais com formação específica, quer no corpo docente, quer no pessoal auxiliar.

Relativamente à quarta questão - **Que responsabilidades assumem na aplicação do Decreto-Lei 3 de 2008, de 7 de janeiro?** – verificámos que os professores consideram ter várias responsabilidades ao longo da operacionalização, assim, no âmbito da Referenciação, os professores consideram ter responsabilidade, essencialmente, na formalização, porém, apenas dois professores conhecem a existência de um modelo para esse efeito, no seu agrupamento. Os professores, de um modo geral, manifestaram que se sentem responsáveis, principalmente, pelo facto de estarem em contacto diário com as crianças.

No que concerne ao Relatório Técnico-Pedagógico e ao Programa Educativo Individual todos os professores consideram que têm alguma responsabilidade na sua realização ainda que partilhada, no entanto, nenhum professor menciona a sua responsabilidade enquanto coordenador do Programa Educativo Individual.

Relativamente ao Relatório Circunstanciado a maioria dos professores também considera ter responsabilidade, sempre partilhada com o professor de Educação Especial, ou com outro técnico, apenas dois professores se demitem desta responsabilidade.

No que diz respeito à quinta questão - **Que responsabilidades atribuem a outros agentes educativos de acordo com Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro?** pudemos verificar que, no refere à Referenciação, alguns professores responsabilizam a equipa multidisciplinar, identificando maioritariamente, psicólogos e professores de educação especial. Um dos professores considera que este papel compete, unicamente, ao Professor de Educação Especial.

No que diz respeito ao Relatório Técnico-Pedagógico, ao Programa Educativo Individual e ao Relatório Circunstanciado, a maioria, considera ser, uma vez mais, responsabilidade de uma equipa multidisciplinar.

Relativamente à sexta e última questão - **Qual o seu contributo na operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular, nomeadamente, nos processos de Referenciação e Avaliação do aluno e na elaboração do PEI e do Relatório Circunstanciado?** – podemos verificar que, como já foi referido, no processo de Referenciação a maioria dos professores colabora na formalização da mesma e considera ser um bom elemento pelo facto de contactar diariamente com a criança.

No que diz respeito ao contributo no Relatório Técnico-Pedagógico a maioria dos professores refere que contribui na caracterização da criança, dois dos professores

não clarificam o seu contributo e um professor refere que colabora na definição de objetivos, embora, nesta fase seja, claramente, precoce definir metas, uma vez que se trata de uma fase de avaliação.

No que concerne ao contributo no Programa Educativo Individual a maioria dos professores refere a definição de medidas e três professores referem que contribuem na caracterização do aluno, apenas um professor refere definição de objetivos. Dois professores manifestam que este é um momento de partilha de opiniões, no entanto, não clarificam sobre que parâmetros se debatem. Mais uma vez, nenhum professor menciona ser o coordenador deste documento.

Relativamente ao contributo no Relatório Circunstanciado, a maioria dos professores manifesta que é colaborante, no sentido em que contribui com a sua opinião/informação, no entanto, nenhum professor clarifica de forma pormenorizada o seu contributo. Por outro lado, quatro professores, assumem que não colaboram, sendo que dois desses professores não o fizeram porque não tiveram oportunidade.

6.3 Limitações

A presente investigação apresenta algumas limitações que condicionam as conclusões do trabalho. Assim, no que diz respeito à organização e execução do projeto, salientamos a dificuldade da autora em compatibilizar as responsabilidades pessoais e profissionais com a concretização do presente estudo. Paralelamente, este é o primeiro estudo investigativo realizado pela autora o que influenciou a gestão e celeridade de processo de investigação.

As opções metodológicas também tornam o estudo redutor pois a amostra não é representativa do panorama nacional, quer pelo facto de se circunscrever apenas a uma localidade, quer pelo facto do estudo contar apenas com 11 sujeitos.

6.4 Recomendações

Após terminarmos esta investigação, consideramos pertinente a concretização de estudos neste âmbito, especialmente com uma amostra superior que, simultaneamente, compreenda uma zona geográfica alargada, por forma a verificar como está a ser implementado o Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

Uma investigação mais extensa permitirá, eventualmente, identificar de forma mais coesa os pontos fortes e fracos, resultantes da aplicação desta legislação, e compreender o que está na sua origem.

Paralelamente, julgamos que em futuros estudos também poderão ser considerados outros pontos de vista, nomeadamente, do Professor de Educação Especial e do Encarregado de Educação.

Referências Bibliográficas

Ainscow, M. (1997). *Educação Para Todos: Torná-La Uma Realidade*. In M. Ainscow, G. Porter & M. Wang (Eds.), *Caminhos Para As Escolas Inclusivas* (Pp. 11-31). Lisboa: Instituto De Inovação Educacional.

Alasuutari, P. (1995). *Researching Culture. Qualitative Method And Cultural Studies*. London: SAGE Publications.

Amado, J. (2001). *Um Estudo Etnográfico Da Indisciplina Na Aula*. In A. Estrela E J. Ferreira (Org.). *Investigação Em Educação* (Pp. 167-179). Lisboa: Educa.

Almeida, L.; Freire T. (2000). *Metodologia De Investigação Em Psicologia E Educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Bairrão, J., Felgueiras, I., Fontes, P., Pereira, F. & Vilhena, C. (1998). *Os Alunos Com Necessidades Educativas Especiais. Subsídios Para O Sistema De Educação*. Lisboa: Conselho Nacional De Educação.

Bardin, L. (1995). *A Análise De Conteúdo*. Lisboa: Edições Presença.

Bautista, R. (1997). *Educação Especial E Reforma Educativa. Uma Escola Para Todos: A Integração Escolar*. In R. Bautista (Org.), *Necessidades Educativas Especiais* (Pp. 9-35). Lisboa: Dinalivro

Bell, J. (2008). *Como Realizar Um Projeto De Investigação* (3.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa Em Educação: Uma Introdução À Teoria E Aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Borg, W.; Gall, M. (1996). *Educational Research: An Introduction*. New York: Longman Publishers USA.

Carvalho, F. (2007). *Escola Para Todos? A Educação De Crianças Com Deficiência Na Perspetiva Da Ecologia Humana*. Ministério Do Trabalho E Solidariedade Social. Lisboa: Secretariado Nacional Para A Reabilitação E Integração Das Pessoas Com Deficiência.

Cohen, B. (1980). *Sociologia Geral*. São Paulo: Mcgraw-Hill.

Correia, L. M. (1997). *Alunos Com Necessidades Educativas Especiais Nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. & Cabral, M. C. (1997). *Uma Nova Política Em Educação*. In L. M. Correia (Org.), *Alunos Com Necessidades Educativas Especiais Nas Classes Regulares* (Pp. 17-43). Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. (2001). *Educação Inclusiva Ou Educação Apropriada?* In D. Rodrigues (Org.), *Educação E Diferença: Valores E Práticas Para Uma Educação Inclusiva* (Pp. 123-142). Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. (2003). *O Sistema Educativo Português E As Necessidades Educativas Especiais Ou Quando Inclusão Quer Dizer Exclusão*. In: L. M. Correia, (Org.). *Educação Especial E Inclusão. Quem Disser Que Uma Vive Sem A Outra Não Está No Seu Perfeito Juízo*. Porto: Porto Editora, 11-39.

Correia, M. (2005). *Inclusão E Necessidades Educativas Especiais. Um Guia Para Educadores E Professores*. Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. (2008). *A Escola Contemporânea E A Inclusão De Alunos Com NEE*. Porto: Porto Editora

Decreto-lei 319/91. (1991, de 23 de agosto). D. R.: I Série – A, n.º 98

Decreto-lei 241/2001. (2001, de 30 de agosto). D. R.: I Série – A, n.º 201

Decreto-lei 20/2006. (2006, de 31 de janeiro). D. R.: I Série – A, n.º 22

Decreto-lei 3/2008. (2008, de 7 de janeiro). D. R.: 1ª Série nº4

Despacho n.º 10856/2005. (2005, de 13 de maio). D.R. : II Série, n.º 93

Despacho n.º 3064/2008 (2008, de 7 de fevereiro) D.R.: II Série, n.º 27

Despacho Conjunto n.º38/SEAM/SERE/88 -

In: <http://portal.ua.pt/projetos/resea/legis/35.htm>

Despacho Conjunto nº 105/97. (1997, de 1 de Julho). D.R.: II Série, nº 149

Erikson, F.(1986). *Qualitative Methods Research Teaching*. In M. C. Wittrock (Ed.). *Handbook Of Research On Teaching* (Pp.119-162). New York: Macmillan.

Fernandes, H. S. (2002). *Educação Especial. Integração Das Crianças E Adaptação Das Estruturas De Educação. Estudo De Uma Caso*. Braga. Edições APPACDM.

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos Na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

Fox, D (1987). *El Proceso De Investigación En Educación*. Pamplona: Ediciones Universidad De Navarra, S.A.

Fullan, M. & Hargreaves, A. (2001). *Por Que É Que Vale A Pena Lutar? O Trabalho De Equipa Na Escola*. Porto: Porto Editora

Gómez, J. & Cartea, P. (1995). *A Perspetiva Ecológica: Referências Para O Conhecimento E A Praxis Educativa*. In A. Carvalho (Org.). *Novas Metodologias Em Educação* (Pp. 137-169). Porto: Porto Editora.

Jiménez, R. Et Al. (1997), *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Dinalivro.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A Construção Do Saber. Manual De Metodologia Da Pesquisa Em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Editora UFMG.

Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei nº46/86. (1986, outubro 14). D. R. Série Nº 273

Leitão, F. (2006). *Aprendizagem Cooperativa E Inclusão*. Sintra: Edição Do Autor.

Lemos, M. (1993). *A Motivação No Processo De Ensino/Aprendizagem Em Situação De Aula*. Porto: Tese De Doutoramento Apresentada À Faculdade De Psicologia E Ciências De Educação Do Porto

Lessard-Hébert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos E Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Madureira, I. E Leite, T. (2003), *Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Manjón, D. G. & Vidal, J. G. (1997). *Educación Especial: Temario De Oposiciones AlCuerpo De Maestros*. Madrid: Editorial EOS.
- Marconi, M.; Lakatos, E. (1990). *Técnicas De Pesquisa*. São Paulo: Edições Atlas.
- Mesquita, M. H. (2001) . *Educação Especial Em Portugal No Último Quarto Do Século XX*. Salamanca : US. Facultad De Educación. Departamento De Teoría E Historia De La Educación. 301 F. Tese De Doutoramento. In <http://Hdl.Handle.Net/10400.11/1506>
- Miles, M.; Huberman, M. (1994). *Qualitative Data Analyses: An Expanded Sourcebook*. (2ª Ed). Thousand Oaks: CA, Sage.
- Merriam, S. B. (1988). *The Case Study Research In Education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Morgado, J. (2003), *Qualidade, Inclusão E Diferenciação*. Lisboa: ISPA.
- Morgado, J. (2004), *Qualidade Na Educação: Um Desafio Para Os Professores*. Lisboa: Editorial Presença.
- Morgan, D. L. (1988). *Focus Groups As Qualitative Research*. Newbury Park, CA: SAGE Publications, Inc.
- Moser, C. A., & Kalton, G. (1971). *Survey Methods In Social Investigation* (2.ª Ed.). London: Heinemann.
- Neto, A. (1998). *Resolução De Problemas De Física: Conceitos, Processos E Novas Abordagens*. Lisboa: Instituto De Inovação Educacional.
- Nielsen, L. B. (1999) *Necessidades Educativas Especiais Na Sala De Aula: Um Guia Para Professores*. Porto: Porto Editora.
- Niza, S. (1996). *Necessidades Especiais De Educação: Da Exclusão À Inclusão Na Escola Comum*. Lisboa: Instituto De Inovação Educacional
- Nóvoa, A. (Org.) (1995) *Profissão Professor*. 2.ª Edição. Porto: Porto Editora.
- Patton, M. (1990). *Qualitative Evaluation And Research Methods*. London: SAGE Publications, Inc.
- Pereira, P. (2000). *Amor E Conhecimento. Reflexões Em Torno Da Razão Pedagógica*. Porto: Porto Editora.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L.V. (1998). *Manual De Investigação Em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Sanches, I. (2005). *Viver E Trabalhar Com A Diferença: Os Professores De Apoio Educativo A Caminho De Uma Educação Inclusiva*. In Duarte, J. E Franco D. (Orgs.) *Formar Professores, Para Que Escola? Teorias E Práticas*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Santos, F. (1982). *Entrevistar: A Teoria E A Prática*. Lisboa: Plátano Editora.
- Sousa, A. (2005). *Investigação Em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Rodrigues, D. (2001). *A Educação E A Diferença*. In: D. Rodrigues (Org.), *Educação E Diferença. Valores E Práticas Para Uma Educação Inclusiva*. Porto: Porto Editora.

Rodrigues, A. (2001). A Investigação Do Núcleo Magmático Do Processo Educativo: A Observação De Situações Educativas. In A. Estrela E J. Ferreira (Org.). *Investigação Em Educação* (Pp. 59-70). Lisboa: Educa.

Roldão, M. C. (2000). *Formar Professores: Os Desafios Da Profissionalidade E O Currículo*. Aveiro: Universidade De Aveiro.

Roldão, M. C. (2007). *Formação De Professores Baseada Na Investigação E Prática Reflexiva*. Comunicação Apresentada na Conferência “Desenvolvimento Profissional E De Professores Para A Qualidade E Equidade Da Aprendizagem Ao Longo Da Vida”, No Âmbito Da Presidência Portuguesa Do Conselho Da Europa.

Stake, R. (1994). *Case Studies*. In N. Denzin E Y. Lincon (Eds.). *Handbook Of Qualitative Research* (Pp. 236-247). London: SAGE Publications, Inc.

Sousa, A. (2005). *Investigação Em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Sousa, F. (2010). *Diferenciação Curricular E Deliberação Docente*. Porto: Porto Editora.

Taylor, S. & Bogdan, R. (1998). *Introduction To Qualitative Research Methods*. New York: John Wiley & Sons, Inc.

UNESCO (1994). *Declaração De Salamanca*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Vala, J. (1986). *A Análise De Conteúdo*. In Silva A. E Pinto J. (Orgs.). *Metodologia Das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, Pp. 101-128.

Vilelas, J. (2009). *Investigação – O Processo De Construção De Conhecimento*. Lisboa, Edições Silabo, Lda.

Wang, M. (1997). *Atendendo Alunos Com Necessidades Especiais: Equidade E Acesso*. In M. Ainscow, G. Porter & M. Wang (Eds.), *Caminhos Para As Escolas Inclusivas* (Pp. 49- 67). Lisboa: Instituto De Inovação Educacional

Warnock, M. Et Al (1978). *Special Education Needs Report Committee Of Inquiry Into The Education Of Handicapped Children And Young People*. London: Her Majesty's Stationery Office.

Warwick, C. (2001). *O Apoio Às Escolas Inclusivas*. In D. Rodrigues (Org.), *Educação E Diferença: Valores E Práticas Para Uma Escola Inclusiva* (Pp. 111-122). Porto: Porto

Yin, K. Robert (2005). *Planejamento E Métodos*. Porto Alegre: Bookman Editores.

ANEXOS

Anexo A - Guião de Entrevista

Bloco Temático	Objetivos do Bloco	Questões
I - Apresentação	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a natureza do trabalho a realizar; - Informar o entrevistado acerca da confidencialidade das suas respostas. 	-----
II - Dados do Entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterizar o entrevistado nas seguintes dimensões: <ul style="list-style-type: none"> a) Faixa etária b) Formação inicial c) Experiência profissional d) Formação contínua/especializada e) Situação profissional atual 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a sua idade? - Em que ano terminou a sua formação inicial? - Qual o seu grau académico? - Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011) <ul style="list-style-type: none"> - Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade? - Qual a sua categoria profissional? - Qual o ano que leciona atualmente? - Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

<p style="text-align: center;">III – Opiniões:</p> <p>- Princípio da Escola Inclusiva;</p> <p>- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.</p>	<p>- Analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo face ao princípio da Educação Especial nas escolas regulares de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;</p> <p>- Analisar as opiniões dos professores face à operacionalização da Educação Especial em escolas regulares resultante do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro;</p>	<p>- O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?</p> <p>- De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?</p> <p>- Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?</p> <p>- Que aspetos positivos destaca? E negativos?</p>
--	--	--

<p>IV – Responsabilidades e Contributos:</p> <p>Professor Titular de Turma;</p> <p>Outros agentes educativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; - Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo considera ter neste processo de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; - Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro; - Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo nos processos de Referenciação e Avaliação do aluno, bem como, na elaboração do PEI e do Relatório Circunstanciado. 	<ul style="list-style-type: none"> - No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude? - No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz? - A quem compete esta responsabilidade? Porquê? - Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê? - Colabora nesta fase? De que modo? - Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes? Participa na sua elaboração? De que forma? - De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “Dos resultados obtidos por cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no programa educativo individual, deve ser elaborado um relatório circunstanciado no final do ano lectivo”.- Participa na sua concretização? De que modo?
<p>V – Agradecimentos</p>	<p>- Agradecer a disponibilidade para responder à entrevista e possibilitar a realização deste estudo.</p>	<p>-----</p>

Anexo B - Requerimento para realização do estudo (autorizado)

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas:

Filipe Alexandre Bonito da Silva Carvalho, licenciado no Curso de Professores de Ensino Básico – 1º Ciclo e especializado em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor, vem por este meio solicitar autorização para desenvolver a sua tese de Mestrado numa das escolas de 1º Ciclo do agrupamento em questão.

Este projeto de investigação pretende saber "Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?"

Para esse efeito pretende-se aplicar uma entrevista a todos os Professores de 1º Ciclo cujas respectivas turmas tenham crianças abrangidas pelo Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.

Fede deferimento,

6 de Julho de 2012


Filipe Alexandre Bonito da Silva Carvalho

EXCELENCIA
SECRETARIA
DE EDUCAÇÃO
11/07/2012
15h
Visto e Deferido

Anexo C - Protocolos de Entrevista

PROTOCOLO – PROFESSOR 1

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;
- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;
- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

60 anos.

Em que ano terminou a sua formação?

Aaa...80/81.

Qual o seu grau académico?

Bacharelato.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

Trinta.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial?

Não.

Qual a sua categoria profissional?

Professora do quadro de agrupamento.

Qual o ano que leciona atualmente?

1º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Um aluno.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Não.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo...e agora porquê...Concordo porque as crianças ditas normais aprendem que as crianças diferentes não devem ser olhadas como umas pessoas raras e aprendem ...e aprendem...e as crianças diferentes conseguem ter um melhor relacionamento e uma melhor integração...com o ser humano.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Não concordo, porque o pessoal auxiliar que acompanha a criança numa turma não é especializado, não tem formação específica nenhuma, as turmas são demasiado numerosas para que o professor titular de turma possa dedicar mais tempo a criança em causa e o professor titular da turma não tem formação específica para lidar com esse tipo de crianças.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca (desta operacionalização)?

O aspeto positivo que destaco é que há uma grande interação das crianças da sala de aula com a criança diferente, tanto no recreio como dentro da sala.

Os aspetos negativos são que não há meios humanos, meios físicos e a escola não está de modo algum preparada para receber este tipo de crianças.

Bloco IV – Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Reúno com a família, encaminho a criança para uma consulta de médico de família para obter um relatório...

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a?

Referencio....

De que forma o faz essa referenciação?

Fazendo um relatório de tudo o quanto ouvi da família e o que me foi dito, escrito pelo médico.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança...

Ao professor primeiramente...

Porquê?

Porque é o professor que está em contato com a criança e que conhece o problema dela...

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

O professor titular da turma porque está mais em contato com a criança e o professor do ensino especial por ser especializado.

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro, na caracterização da família, na caracterização na criança e na elaboração dos objetivos que a criança deve atingir.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

O professor do ensino especial, primeiramente, e o professor titular de turma.

Colabora nesta fase do processo?

Colaboro.

Qual o seu contributo no Programa Educativo Individual?

Ouçó a opinião do professor de ensino especial e dou a minha opinião em relação aquilo que me é dito.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

O professor do ensino especial e o professor titular.

Colabora na sua concretização do mesmo?

Não, apenas assino um relatório que me é apresentado.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

Não fui obrigada.

PROTOCOLO – PROFESSOR 2

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

40 anos.

Em que ano terminou?

2000.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

11 anos

Qual o seu grau académico?

Licenciatura.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Apenas ações de formação.

Qual a sua categoria profissional?

Professor do quadro.

Qual o ano que leciona atualmente?

1º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Um, um.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Sim, de uma forma geral, mas não ao pormenor, de forma pormenorizada do decreto.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Sim, concordo com o princípio da escola inclusiva, desde que a escola apresente recursos, que dê resposta a essa, a essas, a essa solicitação por parte dos alunos.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular? A forma como ela está a ser levada a cabo? Concorda? Legislada, organizada, orientada?

Sim, concordo. E porque? Porque se....porque. Tenho de pensar... concordo desde que as escolas disponibilizem os recursos previstos na lei para esses tais alunos. O que até agora...e que muitos vezes não acontece.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Positivo...a socialização dos alunos, o contato com outros com outro com outro meio e não a realidade deles...pronto...Como negativo...a falta de respostas que a escola às vezes tem para esses mesmos alunos.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Fazer a sinalização da do aluno (Junto de quem?) da professora de educação especial.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma é que o faz?

Sim através da... referencio e através da, de um referência dada pela...do modelo de referência dado pela professora de educação especial.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

A responsabilidade...quanto a mim deve ser ao professor titular de turma, porque é ele que trabalha...diariamente com o aluno.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Os serviços...os SPOS, os serviços de psicologia da escola, o encarregado de educação, o professor titular de turma e o professor de educação especial.

Colabora nesta fase? De que modo?

Sim, colabo na elaboração do relatório fazendo a despistagem das dificuldades da aluna ou do aluno.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

O professor titular de turma...a professora ou professor de educação especial e outros intervenientes que tiveram na elaboração do relatório.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Sim, (E de que forma, em que momento?) definindo...não sei se é objetivos...objetivos que a aluna terá de atingir nesse programa educativo.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

A professora de educação especial (Só a professora de educação especial?) Pois...deve ser o professor titular de turma, mas...

Participa na sua concretização? De que modo?

Não...não. Apenas realizo uma avaliação trimestral do aluno... juntamente com a professora de educação especial.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 3

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

Tenho 30 anos.

Em que ano terminou?

Terminei no ano de 2007.

Qual o seu grau académico?

Licenciatura.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011).

Dois anos e duzentos e não sei quantos dias. (Quase 3.)

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não, não tenho nenhuma formação.

Qual a sua categoria profissional?

Contratada.

Qual o ano que leciona atualmente?

1º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Tenho uma criança.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Sim, considero que estou a par de uma forma simplificada, não conhecendo na totalidade o decreto-lei mas tendo uma noção abrangente do que está lá implementado dos princípios a organizar o decreto-lei.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...) não podem rejeitar a matrícula (...) de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...) à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Sim concordo, porque considero que a escola deve ser para todos independentemente das dificuldades que a criança apresenta... porque é nessas dificuldades que nós vamos aprendendo e nos vamos construindo como seres humanos e então isso é fundamental num grupo turma, sermos, estarmos preparados para trabalhar com todos, com todas as crianças, independentemente do grau de dificuldade que a criança apresenta. Mesmo para as crianças é fundamental porque eles ao estarem inseridos com uma criança que é diferente, que tem uma diferença relativa em relação a eles, prepara-os em termos sociais para estarem muito mais abertos a essa situação.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Eu concordo com a educação inclusiva e o facto de as crianças estarem neste momento de certa forma a serem incluídas no ensino regular, não concordo é com a forma como foi implementado o decreto-lei em que as crianças foram de certa forma para o ensino dito regular sem que existisse na escola qualquer tipo de recurso para dar resposta as necessidades destas crianças.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Um dos aspetos positivos deste decreto-lei e do facto de as crianças estarem a ser incluídas no ensino regular tem a ver com o facto de as crianças ditas normais poderem contactar cada vez mais cedo com estas crianças que apresentam diferenças e que as prepara para uma aceitação dessas diferenças que em termos sociais, há uns anos atrás, não era de igual forma. Outros aspetos positivos tem a ver também com o corpo docente em que acho nos prepara e nos dá uma abertura e nos leva a querer adquirir uma série de conhecimentos de acordo com as necessidades que nos vão sendo apresentadas pelos miúdos, leva a querer aprofundar uma série de competências e aptidões para nos preparar para aquela realidade que temos depois dentro de uma sala de aula, não é?! Quando temos uma criança que apresenta uma dificuldade, que é uma criança com Necessidades Educativas Especiais, temos de certa forma que pesquisar e tentar adquirir formação para conseguir colmatar e conseguir trabalhar de uma forma mais eficaz com a criança.

Aspetos negativos, acho que nós estamos... aí está a falta de formação que muitas vezes nos professores não temos que muitas vezes não conseguimos, não percebemos muito bem como havemos de trabalhar com a criança e como é que havemos de definir toda a nossa estratégia e também a falta de recursos, a escola tem muita falta de recursos e parece que só nós professores titulares e um professor de educação especial é que tem que colmatar esta necessidade e não pode ser assim...

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

A minha atitude é contactar com a professora de ensino especial e mesmo psicólogos e outros técnicos e tentar de certa forma perceber a problemática da criança que naquele momento está a trabalhar comigo no contexto de sala de aula.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma é que o faz?

Sim. A escola tem um modelo interno de sinalização que é elaborado pelo docente de turma, que tem conhecimento de todo o histórico da criança até ao momento e acaba por fazer essa mesma referenciação, para que haja depois uma posterior acompanhamento e avaliação.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

Considero que compete ao professor titular de turma porque é ele quem tem conhecimento das dificuldades da criança e de todo o histórico que acompanha essa criança.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Na elaboração do relatório os intervenientes devem ser, os professores, todos os professores que estão a acompanhar a situação, desde o professor titular, o professor de ensino especial, desde psicólogos e todos os técnicos que existam na escola.

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro nesta fase, no preenchimento conjunto com todos os envolvidos no processo, nos relatórios e todos os documentos que são necessários para que a criança possa vir a ser enquadrada no decreto-lei.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Mais uma vez os intervenientes devem ser todos aqueles que têm conhecimento relativo à criança e que acompanham o processo, inicialmente o professor, o docente titular de turma que é o que o acompanha há mais tempo, de certa forma, e com ajuda e colaboração de todos os outros docentes e técnicos disponibilizados.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Participo na parte de toda a identificação e histórico da criança até às adequações curriculares e à modalidade de avaliação.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Os intervenientes devem ser todos aqueles que trabalharam diretamente com a criança para que o relatório seja o mais abrangente possível e possa dar um parecer para que nos anos seguintes a criança venha a ser acompanhada de forma coerente e o mais corretamente possível.

Participa na sua concretização? De que modo?

Sim, participo em que menciono as competências e as aquisições feitas durante o ano letivo pela criança até aquilo que se pretende, que considero pertinente nos próximos anos a criança consiga adquirir para que esteja preparada para uma vida social mais próxima da realidade.

Bloco V– Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

Protocolo – Professor 4

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

Boa tarde, 27 anos.

Em que ano terminou?

2007.

Qual o seu grau académico?

Licenciatura e estou neste momento a frequentar o Mestrado em Educação Especial.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

Três anos de serviço completos.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Estou a frequentar o Mestrado em Educação Especial no domínio cognitivo e motor.

Qual a sua categoria profissional?

Contratado.

Qual o ano que leciona atualmente?

2º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Dois alunos apresentam necessidades educativas especiais.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Sim, de um modo geral, sinto que estou a par dos princípios que estão em causa no documento.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Sim, concordo com o princípio da escola inclusiva e com os fundamentos que estão em causa, essencialmente porque o princípio da escola inclusiva parte do princípio de que devemos aceitar a criança no seu

todo e que devemos ir ao encontro das suas necessidades, oferecendo todo o tipo de ajudas e ferramentas, quer técnicas, quer humanas, para que essa mesma criança consiga progredir...por isso tendo em conta que esse é o princípio chave, concordo com ele.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Infelizmente não...ainda que ache que a educação especial tem um princípio fundamental que é ir ao encontro da necessidade dos alunos... acho que atualmente se valoriza muito esta questão do alunos que precisam de ajudas...ajudas técnicas...a nível de recursos humanos, recursos materiais...infelizmente, por esse mesmo motivo acho que a educação especial não é aplicada da melhor forma nas nossas escolas, deturpamos há pouco...deturpamos um pouco o contexto em causa e aquilo que se pretende, as reduções dos professores do ensino especial são cada vez maiores, as reduções de material para trabalharmos com esses mesmos alunos e a própria formação também é cada vez mais restrita ou tem de ser sustentada pela pessoas que quer ter essa mesma formação, o que dificulta todo este processo.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Os aspetos positivos, acho que só o facto de já haver uma preocupação com esta temática já é um aspeto positivo...acho também que quando este assunto da educação especial começou a ser mais debatido, foi se fazendo um certo investimento que depois acabou por ser deturpado face à conjuntura atual, logo aí, o investimento que se fez em tempo anteriores foi um aspeto positivo...acho também que a educação especial tem...põe em causa princípios de harmonia entre os próprios colegas, ou seja, entre o professor titular de turma e o professor de ensino especial o que faz com que...com que possamos estabelecer forças para ir ao encontro das necessidades dos alunos, e outro aspeto positivo é o próprio benefício que esses alunos tem, não só da articulação entre os próprios professores mas também das atividades, dos recursos, e das estratégias que os docentes preparam para eles.

E negativos?

Creio que os negativos são essencialmente os corte orçamentais que tem acontecido que acabam por desvalorizar um pouco a ideia de...de que os alunos com algum tipo de dificuldade de aprendizagem precisam de auxílio, e creio que este é principalmente o aspeto mais negativo, porque é esta questão e o facto de muitas vezes as pessoas não se sentirem apoiadas e não saberem como é que hão-de trabalhar e como é que hão-de potenciar as suas próprias dificuldades para ir ao encontro dos alunos acaba por criar uma certa desmotivação e uma certa desvalorização destes casos...muito graves que há na sala de aula.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

A primeira atitude é contactar o encarregado de educação e tentar através deste um despiste ou uma sinalização técnica tentar através de... depende da problemática que esteja em causa... mas tentar um despiste de um medico ou de alguém com capacidade para tal.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referenciação?

A minha atitude, como professor titular da turma, é em primeiro lugar averiguar o que é que se está a passar, ou seja, tentar perceber a causa do problema, a partir daí entrar em contacto com a família, explicar esta mesma situação e ver se opinião da família vai ao encontro da do professor, ver se a família já se tinha apercebido de alguma questão relacionada com este mesmo problema, ver se mesmo a nível de nascimento, alguma coisa a nível de percurso de vida se aconteceu alguma situação que pudesse desencadeado este mesmo assunto...e depois disto...depois de ter, como professor, o meu parecer e ter também a opinião do encarregado de educação, então aí entro em contacto com o professor de ensino especial e também com os técnicos, ou seja, com a psicóloga, com a terapeuta da fala e com a assistente social.

Como tinha dito anteriormente, acabo por referencia-la em conjunto com os outros colegas e com os outros técnicos, e costumo fazer essa mesma referência por escrito, ou seja, um documento escrito onde estejam expressos as potencialidades da criança, as dificuldades, os aspetos que enquanto professor acho que tem de ser

melhorados e também os aspetos que das observações com...que...que o professor titular de turma e o professor de educação especial e os outros técnicos fizeram...um apanhado geral daquilo que está a ser, daquilo que está em causa...o problema em causa.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

A minha opinião, ainda que possa não ser aquela que está expressa no decreto, é que esta é uma responsabilidade de todos os intervenientes, e é assim que eu enquanto professor titular de uma turma tento ver estas situações...parece-me que, inicialmente, é a mim enquanto professor titular que me cabe detetar estas questões, porque são eu que passo mais tempo com os meus alunos e que consigo detetar mais facilmente as suas dúvidas, mas depois creio que todo o processo de referenciação compete a uma equipa, a uma equipa multidisciplinar que abarque um pouco todo o tipo de conhecimento para podermos estruturar atividades, tarefas, metodologias, estratégias que vão ao encontro da criança. Parece-me que se trabalhar-mos num todo, é muito mais simples ir-mos ao encontro daquilo que é necessário do que se trabalhar-mos de forma individual.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Em relação à elaboração do relatório parece-me que os intervenientes no processo foram...deverão ser aqueles que acabaram por ter um papel de destaque já anteriormente, quer no momento da referenciação quer depois no desencadear do documento, ou seja, o professor titular de turma, o professor de educação especial, o encarregado de educação, a psicóloga do agrupamento ou da escola, o terapeuta da fala, a assistente social e outro tipo de técnicos que para o caso da criança de forma específica, tenha algum tipo de relevância

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro nesta fase porque acho que é minha obrigação enquanto professor titular de turma e é também minha responsabilidade enquanto professor daqueles alunos com aquelas dificuldades, por isso, não faria qualquer sentido não colaborar. De que forma é que o faço? Acabo por fazê-lo em cooperação com todos os intervenientes que referi anteriormente, ou seja, muitas vezes através de reuniões partilhadas, se é necessário chamar alguém à atenção, algum encarregado de educação, aferir algum tipo de questões, acabamos por fazê-lo também de forma partilhada, ou seja, onde estou eu como professor titular, onde está o professor de educação especial, onde está a psicóloga, etc. Acaba por ser uma participação coletiva, digamos assim.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Os intervenientes...para além dos técnicos que tem um papel preponderante também nesta fase, creio que o professor titular de turma, e o professor de educação especial acabam por ter aqui um papel de relevância muito significativa, por serem principalmente os intervenientes que na maioria das vezes tem um contato mais direto com o aluno, ainda assim, creio que este PEI antes de ser aprovado terá de passar também pela observação e pela opinião dos técnicos intervenientes.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

De que forma é que a minha participação acaba por se gerir nesta questão? Principalmente na parte de caracterização do aluno, visto que como professor titular de turma, estou mais tempo com ele, acabo também por ter uma noção mais completa das suas dificuldades e das suas potencialidades, dos problemas que me parecem ser mais urgentes... tentar-mos resolver em cooperação e também tento sempre mudar de estratégias porque creio que é esta definição de estratégias de metodologias de trabalho, de orientação de um trabalho para o próprio aluno, se for feito em cooperação entre professor titular e professor de educação especial tornar-se-á mais frutífera, depois mais tarde na própria avaliação no final de cada período tento também participar sempre de forma ativa, ou seja, juntar-me com o professor de educação especial e aferir-mos em conjunto os objetivos que já foram alcançados, aqueles que tem de continuar a ser trabalhados e quais é que foram os aspetos que foram ganhos, digamos assim, com este PEI e aqueles que acabamos por não conseguir trabalhar de forma tão produtiva e como é que os podemos trabalhar.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Creio que os intervenientes são todos aqueles que já forma referidos, provavelmente os técnicos, os professores de educação especial, professor titular e neste caso o encarregado de educação já não tem um papel tão ativo parece-me na medida em que o papel do encarregado de educação centra-se essencialmente na fase da referência, ou seja, apesar de dever, e de ter como dever e como obrigação, digamos assim se quisermos ser um pouco mais exigentes, ter este dever de acompanhar todo este processo e de ser produtivo para saber aquilo que a escola está a fazer pelo seu educando e como é que em casa poderão ajudar, creio que neste aspeto o encarregado de educação não tem uma interferência tão direta.

Participa na sua concretização? De que modo?

A minha participação enquanto professor titular de turma,...neste relatório é essencialmente a avaliação...mais uma vez e como referi também anteriormente é o momento em que me junto com o professor de educação especial, em que recebemos as opiniões e os ganhos conseguidos dos outros técnicos e aí tentamos estruturar um todo para vermos o que foi alcançado e aquilo que tem de continuar a ser trabalhado.

Como referi anteriormente, na outra questão, participo de forma ativa essencialmente na parte da avaliação deste mesmo relatório, a, ou seja, onde tentamos ir ao encontro daquilo que foi alcançado durante um determinado período, daquilo que tem de continuar a ser melhorado e ao fazermos este balanço acabamos também por definir e por delinear algumas estratégias extra para podermos colmatar algum tipo de falha que tenhamos sentido.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 5

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

35 anos.

Em que ano terminou a sua formação inicial?

Em 1998.

Qual o seu grau académico?

Licenciatura, licenciatura em professores do ensino básico na variante de português/inglês.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

13 anos.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não, infelizmente não.

Qual a sua categoria profissional?

Professora de quadro de agrupamento

Qual o ano que leciona atualmente?

2º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Iniciei o ano letivo com 2 alunos, mas em Fevereiro houve um aluno que foi transferido para um colégio de ensino especial.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Sim, de um modo geral julgo que estou a par desta legislação.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Sim, em parte, concordo mas depende também da problemática ou da especificidade apresentada por cada aluno de acordo com a sua problemática terão que ser adaptadas estratégias e medidas. (Então no geral a filosofia da educação inclusiva concorda, não concorda?) No geral, no geral, concordo sim incluir no ensino regular sim é um bom princípio.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Não, realmente a operacionalização não vai muito de acordo com o pressuposto teórico de incluir este alunos no ensino regular na medida em que há aspetos que eu considero negativos, nomeadamente o excesso de numero de alunos por turma, que estes alunos precisam de um apoio mais individualizado e de terapias adaptadas a sua problemática e precisam de uma atenção particular por parte do professor e maior disponibilidade por parte deste o que acho que não esta a acontecer neste momento...outro aspeto negativo é o professor ter que gerir outros problemas dentro da sala de aula, como problemas comportamentais, dificuldades de aprendizagem, dislexia, ou outros problemas que possam surgir problemas de adaptação de imaturidade, e que o professor tem

que conseguir gerir e nem sempre é fácil e nem sempre há disponibilidade porque há ali outros alunos que também merecem essa atenção especial e disponibilidade por parte do professor.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Os aspetos positivos que eu destaco são a sociabilização com outros colegas, a partilha de experiencias de conhecimentos o facto dos colegas aceitarem bem, relativamente aos adultos a diferença, e identificam e aceitam...

Os aspetos negativos, lá está, por parte do professor deveria haver outro tipo de apoios, terapias adaptadas a problemática do aluno e a pouca disponibilidade que o professor às vezes tem para conseguir fazer face a estas problemáticas ou adaptar-se a estes alunos. Não sei se me escapou alguma...

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

A minha atitude em 1º lugar é encaminhar para a psicóloga do agrupamento ou da escola para fazer um despiste, portanto para um diagnóstico, e depois à posteriori para... em simultâneo com professora de educação especial se existir na escola.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referenciação?

Depois de ouvir o parecer da psicóloga e da colega de educação especial e de acordo com o parecer que for feito em conjunto com outros técnicos será referenciada essa criança.

Poderá ser por escrito, normalmente, em primeiro lugar verbalmente e depois por escrito de acordo com os procedimentos que a lei o exige.

A quem compete esta responsabilidade? Porquê?

Esta responsabilidade compete ao professor titular de turma uma vez que é o professor que está em contato mais direto com o aluno e conhece-o pronto pode conhecê-lo até há vários anos e a partir daí dar conhecimento quando a referenciação já estiver praticamente consolidada dar conhecimento ao encarregado de educação acho que compete ao professor titular de turma que é quem conhece melhor o aluno.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Os intervenientes deverão ser todos os técnicos que tiveram envolvidos na avaliação e no processo do aluno, nomeadamente, a psicóloga a professora titular de turma a professora de educação especial e outros técnicos ou terapeutas que tiveram em contacto mais direto e que fizeram a avaliação do aluno.

Colabora nesta fase? De que modo?

Na elaboração do relatório técnico pedagógico colaborei mais verbalmente prestando informações a colega de educação especial.

Portanto de acordo com as atitudes e comportamentos observados em sala de aula e de acordo com as capacidades e conhecimentos que o aluno demonstrou.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Os intervenientes a meu ver deverão ser o professor titular de turma, que é da sua responsabilidade o PEI, o professor em conjunto com a professora de educação especial e outros técnicos que contribuem diretamente no trabalho com o aluno...(Mais algum interveniente?) e o encarregado de educação também tem que ser responsabilizado pela implementação do PEI, pelo cumprimento, ajudar o aluno no cumprimento desse mesmo programa.

Participa na sua elaboração? De que forma?

Sim, portanto como já foi dito em colaboração com o professor de educação especial e outro técnicos na medida em que ajudo a definir as estratégias, na caracterização do aluno nas medidas educativas a implementar, nas adaptações curriculares etc.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Os intervenientes deverão ser os mesmos que já foram citados nas respostas anteriores.

Participa na sua concretização? De que modo?

Em relação a esse nome, relatório circunstanciado, não o conheço por tal mas é feita uma avaliação periódica, juntamente com a professora de educação especial, para avaliar realmente se as medidas implementadas se foram cumpridas ou não e, relativamente as adaptações curriculares, é preenchida um a grelha por período e feita a avaliação de acordo com o que foi atingido ou não pelo aluno.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 6

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

29 anos.

Em que ano terminou?

Terminei em 2005.

Qual o seu grau académico?

Licenciatura.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

Dois anos de serviço.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não, não tenho nenhuma formação.

Qual a sua categoria profissional?

Professora contratada.

Qual o ano que leciona atualmente?

Terceiro ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

Uma aluna.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Sim, considero que estou a par de alguns princípios que o documento encerra, todos não.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo que eles sejam integrados na escola, também para que todas as outras crianças consigam, mais cedo ou mais tarde, lidar com estas crianças especiais, mas se calhar pela experiência, pelo que vejo, tenho algum receio, algumas reservas e penso que eles são incluídos mas excluídos, ao mesmo tempo, são incluídos porque estão na escola e fazem parte da escola, mas acabam muitas vezes por não ter atividades em que estejam incluídos ou em que todos façam parte, mas concordo acho que tem é que ser um bocadinho revisto ou visto.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Concordo mais-ou-menos, acho que para os casos graves, mais graves, existem soluções que, quando colocadas em prática, são boas e ajudam essas crianças, para os casos mais leves, realmente, acompanham a turma, com algumas adequações, alguns ajustes, agora para aqueles casos que não são nem leves para acompanhar, nem graves para serem integrados nas unidades fica um bocadinho aquém e não há ninguém que defenda essas crianças e que as ajude, pronto e que...portanto, para esse tipo de crianças acho que a lei está um bocadinho em falta. Depois a forma como ela é posta em prática é...se calhar não chega a todos e pronto e lá está, depois a lei também é interpretada de várias maneiras, cada escola acaba por interpretar à sua maneira, se calhar nuns sítios interpretam muitíssimo bem de forma a ajudar os miúdos, noutros sítios não, portanto acho que...sim está a ser posta em prática mas com alguns melhoramentos, se calhar, ficaria melhor.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Ora aspetos positivos, o contacto entre as crianças, quer as especiais quer as não especiais, faz com que todos consigam trabalhar ou saibam ou se tentem adequar a trabalhar em conjunto, negativos, se calhar, a escola e a inclusão não dar resposta ou a resposta necessária a este tipo de crianças que se calhar não precisam tanto de saber fazer grandes contas ou assim no futuro mas precisam de identificar moedas, notas, números, letras, e saber

fazer tarefas do seu dia-a-dia, autonomamente, porque um dia mais tarde não são mais crianças, não têm um adulto a tomar conta delas, vão ser adultos, nesse aspeto acho que a escola e a inclusão acaba por deixar um bocadinho para trás esse tipo de aprendizagens que deviam ser o principal, portanto para mim é um aspeto negativo.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Encaminho ou peço à psicóloga da escola ou à equipa de psicologia da escola, à professora do ensino especial, ambas para avaliarem a criança e peço ao encarregado de educação para tentar arranjar um relatório médico ou alguma coisa que vá ao encontro das minhas suspeitas.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referência?

Realizo um relatório onde evidencio as dificuldades que a criança tem, a meu ver, o meu ponto de vista no qual anexo todos os documentos que me chegaram, o da psicóloga, o da professora de ensino especial e do médico de família ou do médico que acompanha a criança e encaminhado para a professora do ensino especial para que ele leve ao seu departamento para sabermos se a criança realmente tem hipótese de usufruir do ensino especial ou não.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

Acredito...nunca tive...nunca vivi essa situação, acredito que compete ao professor titular até porque foi ele que notou essas dificuldades, é ele que passa mais tempo com a criança e portanto acho que deve ser ele a tomar a iniciativa, pode utilizar a ajuda do professor de ensino especial, dos pais, dos encarregados de educação, para, pronto, para em conjunto conseguirem fazer isso melhor, mas deve partir a iniciativa do professor titular.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Os intervenientes deverão ser a professora do ensino especial, a psicóloga da escola, ou a equipa de psicólogos da escola, o professor titular, os encarregados de educação, o médico que segue a criança, se ele assim o entender e alguma equipa de terapeutas que existam ou que tenham ligação com a escola. Estes técnicos são importantes porque cada um deles vai contribuir com o seu conhecimento teórico para conseguirmos identificar quais são as dificuldades, as problemáticas da criança, e a forma de agirmos daí para a frente com esta criança.

Colabora nesta fase? De que modo?

Nunca fiz porque nunca sinalizei, nunca referenciei nenhuma criança, mas acredito que deva colaborar, acho que deve passar por aí o meu papel. De que forma?! Acho que observando a criança, as atitudes, o desenvolvimento dele na sala de aula, conseguirei se calhar indicar quais são as aquisições que ele facilmente consegue ter, quais são aquelas grandes dificuldades que ele tem, e coisas ele não irá conseguir atingir e se calhar o meu contributo será depois para adequar aquilo que esta criança deverá saber, adequar às especificidades dela.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Deverá ser a equipa, que é formada pelo titular, pela professora do ensino especial e pelas terapeutas se a criança usufruir de terapias.

Participa na sua elaboração e de que forma, qual o seu contributo?

Já tive duas situações, uma em que participei, nomeadamente nas adequações curriculares, uma vez que, que o PEI já estava feito do ano anterior, portanto foi só dar uma continuidade porque não havia nada a reformular e sim em conjunto com a professora do ensino especial reformulámos e adequámos as adequações curriculares, também já tive outra experiência em que as adequações foram feitas pelas professoras da sala do

ensino estruturado e era me limitado que assinalasse no final de cada período a avaliação da aluna, enquanto atingiu não atingiu, adquiriu, não adquiriu, não foi trabalhado, pronto apenas isso.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Deverão ser o professor do ensino especial e o professor titular e os terapeutas se tiver terapeutas.

Participa na sua concretização? De que modo?

Nunca participei, dos poucos alunos que tive, que usufruíram do decreto-lei 3, nunca participei na elaboração de nenhum relatório circunstanciado.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 7

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados não revelados ou seja a entrevista será tratada de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

53 anos.

Em que ano terminou a sua formação?

O Magistério primário 1982, licenciatura em ensino...e licenciatura em ensino ciências da natureza e matemática...1990...e agora falha-me, se calhar 4, não tenho a certeza, sim salvo erro 94.

Qual o seu grau académico?

Então é licenciatura em ensino, certo?

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

29 anos.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não tenho, tenho é prática.

Em que domínio?

Portanto vários anos acumulei serviço, portanto estava a trabalhar no regular no 1º ciclo e acumulava serviço em colégios de reeducação especial, estive cerca de 3 anos num colégio, mais 2 noutro colégio e seguidamente já em...1991/92 e 1992/93 fui colocada, pronto devido a pratica pedagógica, na equipe de ensino especial de Odivelas à qual estive ao serviço durante 7 anos letivos.

Qual a sua categoria profissional?

Professora do quadro de escola.

Qual o ano que leciona atualmente?

3º ano de escolaridade.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

2 crianças.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Não, não estou a par.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorde com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo porque as crianças tem que ser socializadas com os outros não estão a parte da sociedade...discordo é das condições de trabalho que não são as mais adequadas.

Ou seja, concorda, no fundo... Concorde, ou não, com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular? A forma como esta a ser implementada, concorda?

Concordo que ela esteja a ser implementada acho é que ainda não há as condições em todas as escolas para que realmente a integração se faça da melhor forma, principalmente, para essas crianças...principalmente para essas porque acho que não há...não há recursos humanos, não há (como hei-de dizer) conhecimento na generalidade dos professores de 1º ciclo, do que é que realmente essas crianças são e qual a maneira de se lidar com elas no dia-a-dia, não sei quase nada do decreto, também porque não há tempo útil, porque não há tempo de dialogar as horas que seriam necessárias com os próprios colegas do ensino especial, porque não há, não há, e portanto concordo mas ainda não temos as condições para...

Então de forma sucinta - Quais aspetos positivos e quais os negativos?

Aspetos positivos é a integração das crianças, o direito a escolaridade seja ela atingida a que nível for, porque uns são casos mais pesados do que outros, isso concordo perfeitamente que as crianças tem o direito de também fazer a sua escolaridade dentro das limitações que cada um tem, concordo também porque toda a criança tem que ser integrada em meio escolar e cada vez mais os recursos económicos das famílias são inferiores e portanto se não lhe dermos oportunidade de se integrar no ensino oficial coitadinhos ficam em casa tornando-se

bichinhos, pronto... o que eu ainda não concordo é realmente em recursos humanos técnicos e por aí fora, por aí fora...

Bloco IV – Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

A minha atitude é havendo na escola colegas do ensino especial ter um bocadinho de tempo, falar com a colega e dizer-lhe esta criança está a ter este comportamento, esta a ter aquele...aqui minimamente progride, acolá não progride, o que é que achas que esta acontecer ...eu da minha experiência profissional de 29 anos de serviço, a esta data, já tenho alguma prática que me pode alertar para determinados comportamentos e andamentos das crianças e portanto tento dialogar...dialogando com a colega que melhor esta dentro do ensino especial chegamos a um acordo...ou realmente é uma criança para a educação especial ou realmente são só dificuldades de aprendizagem e nesse caso vou recorrer-me da colega do apoio, do ensino normal.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz?

Se chegar à conclusão que realmente a criança é para referenciar pois referencio, dou a conhecer todo os comportamentos, aprendizagens ou não aprendizagens que a criança já tem até ao momento, e pronto depois a colega melhor do que eu que está dentro das limitações do ensino especial...poderá ajudar-me se houver relatórios a fazer, se houver médicos a quem possamos recorrer para ter relatórios médicos, contactar os pais para os orientar aqui ou acolá e medicamente a criança estar com apoio formal...e pronto tudo o que seja necessário vou colaborando...

Então essa responsabilidade de referenciar a criança considera que é de quem? Porquê?

A responsabilidade de referenciar e do professor titular da turma porque é ele que esta a trabalhar no dia a dia com a criança e melhor do que ninguém tem que saber se realmente há ou não dificuldades para poder o mais rápido possível colmata-as...

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Os intervenientes serão o professor titular de turma, o próprio o encarregado de educação, que também faz parte da educação da criança, o professor de ensino especial, os médicos, quer seja de família, quer seja psicólogo, quer seja medico de desenvolvimento, ou seja todos aqueles que a partida conseguimos contactar e ter algum feedback do não aproveitamento da criança e, provavelmente, qual a causa para esse não aproveitamento

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro, colaboro em tudo o que me é solicitado, através de preenchimento de inquéritos, de pequenos relatório, de diálogos as vezes ate telefónicos porque é mais fácil dialogar com os medicos do que propriamente ir a reuniões sempre que sou solicitada se tiver que me ausentar da escola e ir a qualquer lado vou...sempre que haja eu colaboro o máximo possível.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Os interveniente deverão ser o professor titular e realmente o professor de ensino especial e mais alguém que seja solicitado.

Participa na sua elaboração? De que forma?

Participo o máximo possível, dou sempre o meu contributo para relatórios, reuniões para tudo o que seja preciso.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

A elaboração do relatório deveria ser p professor titular de turma e o professor de educação especial e porque são os professores que diretamente trabalham com a criança ao longo do ano e por isso deverão ser os dois a fazer esse relatório.

Participa na sua concretização? De que modo?

Participo sim senhora....

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 8

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

33 anos.

Em que ano terminou?

Em 2000.

Qual o seu grau académico?

Mestrado.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

Onze.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Especialização não, mas fiz algumas formações ligadas ao autismo. O mestrado e na área da formação social e pessoal.

Qual a sua categoria profissional?

Quadro de agrupamento.

Qual o ano que leciona atualmente?

3º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

3.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Acho que conheço o decreto-lei de uma forma muito vaga, mesmo tendo 3 alunos o ensino especial acho que o deveria conhecer melhor do que o conheço.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorde com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo com a escola inclusiva só acho que muitas vezes ou a maior parte das vezes não temos os recursos necessários para fazer a inclusão acho que sim que não devemos recusar a entrada desses meninos mas acho que temos é que ter outras condições para isso.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Como referi anteriormente acho que a inclusão não está a ser feita... sou pela inclusão mas não da forma que está a ser feita...porque acho que os miúdos estão a ser integrados na escola regular assim...São deixados, caem de pára-quedas, caem nos no colo e nos não sabemos nada, sobre a problemática, porque é que eles nos vieram parar as mãos portanto há muito falta de meios e acho que é isso qe esta a falar são estão se a fechar os colégios de educação e estão-se a distribuir os alunos assim ao caso.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Então relativamente a aspetos positivos acho que todos os alunos ditos normais devem contactar com outras crianças com outras problemáticas, acho que a nível de sociabilização estes miúdos também precisam de contactar mais com digamos não é normal não se diz normal mas pronto em vez de estarem enfiados todos dentro de um colégio em termos de sociabilização acho que é melhor mesmo para o outros miúdos evoluírem um bocadinho mais porque há crianças que recusam os outro com alguns problemas. Em termos negativos falta de formação de pessoal de docente é sem duvida o maior, o maior buraco, o maior que existe, falta de pessoal auxiliar, falta de tempo para investigar mais para estudar mais para planificar-mos as coisas que lhes fazem falta.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Primeiro tento falar com a colega do ensino especial expor-lhe o caso, expor-lhe as dificuldades que assinalo no aluno para que possa ou outro colega fazer algum despeite Para assinalar realmente se as dificuldades que identifico estão lá ou não.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referência?

Faço verbalmente com a colega de educação especial mas também por escrito, faço o pedido por escrito para que se inicie decorra o processo o mais rapidamente possível.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

E assim ao professor titular de turma que inicialmente identifica as dificuldades mas acho que nos não temos competência pelo menos eu não me reconheço competência suficiente para identificar e assinalar a criança portanto preciso de um parecer psicológico, de um parecer da colega de educação especial, terapeutas da fala e se efetivamente se chegar a conclusão que é para ingressar no ensino especial sim - mas eu sozinha acho que não tenho competência para isso

Acho que a elaboração desse documento deveria passar por todos elementos da equipa que trabalham ou que irão no futuro que vão trabalhar com o menino ou que já fizeram a sua avaliação precisa, professor titular de turma, professor de educação especial, psicólogos se houver, médicos se houver, terapeutas, acho que a equipa toda deveria trabalhar em conjunto para elaborar o documento.

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro normalmente a colega do ee dá-me uma listinha---tem um nome... (a checklist) onde eu sinalizo os pontos fortes e fracos do aluno.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Acho que o professor titular de turma e os professores que apoiam o aluno seja de ensino especial seja de apoio sócio educativo.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Participo elaborando as adequações curriculares nos alunos que precisam e normalmente nas reuniões que fazemos com os encarregados de educação para dar a conhecer o PEI para assinar o PEI.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, "o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado". Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Penso que tb o pt e o prof de ee o prof de apoio se houver.

Esta parte do relatório refere-se mais há parte curricular do PEI, psicólogos terapeutas há sempre relatórios mas acho que acabam por não...vem sempre fora de horas.

Participa na sua concretização? De que modo?

Trimestralmente ou seja no final de cada período as adequações são revistas são avaliadas vimos o que ele atingiu e o que ele não atingiu e tentamos fazer reestruturações para o futuro.

Bloco V- Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO - PROFESSOR 9

Bloco I - Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir *“Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?”*.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

31 anos

Em que ano terminou?

2002.

Qual o seu grau académico?

Licenciada.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

9 anos.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não

Qual a sua categoria profissional?

QA (Filipa – Explícite!), quadro de agrupamento

Qual o ano que leciona atualmente?

4º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

2 alunos.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Não, não conheço na íntegra, mas conheço vagamente algumas coisas porque tive dois alunos nessas condições.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...) não podem rejeitar a matrícula (...) de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...) à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo, acho que acho que todas as crianças tem direito à educação, obviamente portanto, as crianças com necessidades educativas especiais tem de ser integradas, desde que haja condições pra isso, portanto, que haja formação, que haja materiais, e numa perspetiva mais, ou seja, as crianças deviam ser integradas nas turmas numa parte quanto a mim... mais prática e mais lúdica.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

É assim, aaa concordo em parte, pronto. De uma realidade que conheço, acho que as coisas não funcionam muito mal, mas penso que poderiam funcionar melhor, pronto. Porque... no caso da minha escola... há as técnicas, há professoras especializadas aaa e pronto... e depois há as auxiliares e eu penso que o trabalho acaba por ser mais desenvolvido pelo menos do que vejo, que trabalho acaba por ser mais desenvolvido pelas auxiliares do que propriamente pelas professoras. Portanto, acho que se houvesse ali uma especialização, as próprias crianças tinham uma melhor evolução.

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca?

Em relação aos aspetos positivos, eu acho que realmente as crianças acabam por ser integradas, a própria turma acaba por ... humm... acolher as crianças, e acho que eles convivem e acabam por crescer de forma saudável. Em relação às aprendizagens propriamente ditas, eu..., também depende dos casos obviamente, há casos mais graves, há casos mais leves, acho que a nível das aprendizagens eles acabam por desenvolver pouco, acho que se houvesse um trabalho mais... direcionado, mais aaaa mais específico, no caso de alguns alunos, acho que poderiam evoluir muito mais. (São portanto esses dois aspetos?). Em relação às aquisições que fazem, portanto, são realmente um bocado limitadas, tenho um caso de um aluno deste ano que entretanto, apesar de estar integrado, aaaa passava grande parte do tempo na sala de aula e tinha pouco acompanhamento quanto a mim... acho que para integrar alunos com necessidades educativas especiais é necessário haver mais recursos humanos, mais pessoas, mais profissionais... portanto, com formação obviamente... aaa, para ajudar esses alunos a colmatar as inúmeras dificuldades que apresentam.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Portanto, num primeiro momento, iria simplificar o trabalho dessa criança, nomeadamente através de fichas ou de outros materiais, portanto, tentando que ela percebesse o que estivesse a ser abordado, entretanto, se se isso não resultasse, portanto, iria falar se calhar com a coordenadora, a dizer que tinha um caso de uma criança que não estava a acompanhar os outros... aaa... solicitaria a ajuda de uma psicóloga para fazer algum algum despiste, aaa, se calhar chamaria os encarregados de educação para também tentar perceber se havia algum problema que não estivesse referido, pronto.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referência?

Pronto, aaa, iria referenciar... nunca me aconteceu, mas, hipoteticamente iria referenciar, aaa, se calhar num primeiro momento verbalmente, falando com colegas também especializadas, aaa, e depois... formalizada, passava para a parte escrita, fazendo um relatório, portanto, descrevendo a situação da criança, para também servir como suporte ao que tinha sido referido.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

Portanto, eu acho que compete a uma equipa, se calhar, em primeiro ao professor titular que é quem está com a criança diariamente, depois, a psicóloga também, que ao fazer um despiste vai por em prática alguns exames, alguns testes e vai chegar a uma conclusão, portanto essa conclusão também aaa, compete lhe alguma responsabilidade, e depois alguém mais especializado, nomeadamente, professoras de educação especial.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Apesar de nunca ter elaborado nenhum, portanto, nem ter participado integralmente em nenhum, penso que será a mesma equipa técnica, ou seja, professor titular de turma, psicóloga e professoras de ensino especial

Colabora nesta fase? De que modo?

Não, até à data ainda não aconteceu, porque os alunos que recebi, já estavam sempre integrados no regime.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Portanto, o professor titular de turma, os professores ou professoras de educação especial e a psicóloga.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Nunca participei na íntegra na elaboração, mas fiz algumas atualizações com a professora de ensino especial, portanto, ela normalmente fazia as atualizações e depois dava-me para eu ter conhecimento e pras...pra dizer se concordava, se não concordava, e para alterar aquilo que achasse pertinente alterar.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, "o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado". Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Pronto, em relação ao relatório circunstancial, pronto, eu não conhecia portanto esse nome, esse esse termo, o que eu faço normalmente é...acaba o período, em reunião de docente exponho a situação, portanto, falo sobre o aluno, se há evolução, se não há evolução e fica registado em ata, portanto, faço o registo e aaa, o registo de avaliação individual do aluno, pronto. A parte do relatório fica sempre à responsabilidade da professora de educação especial e de algumas técnica, portanto...que tenham acompanhado o aluno, isto também acontece a meu ver porque não há um conhecimento da lei, pronto, ou a lei acaba por ser muito específica e acaba por não dar as diretrizes aaa portanto mais corretas aos profissionais, se calhar se cada um soubesse o papel a desempenhar com estas crianças, se calhar as coisas funcionariam melhor.

Participa na sua concretização? De que modo?

Pegando no que disse há pouco...não, não participo.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 10

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir "*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*".

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

34.

Em que ano terminou?

1999.

Qual o seu grau académico?

Licenciatura.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

12.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Não.

Qual a sua categoria profissional?

QA, quadro de agrupamento.

Qual o ano que leciona atualmente?

4º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

3.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Relativamente, poderia ter lido de forma mais aprofundada, falha minha se calhar...

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Sim, concordo pelo aspeto moral, ou seja, a filosofia e a ideologia que é defendida pelo decreto sou plenamente de acordo não concordo porque acho que não há recursos humanos muitas vezes nem materiais para por em prática.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Não, ou seja, como tinha dito anteriormente concordo que estas crianças sejam incluídas no ensino regular numa perspectiva de integração mas muitas vezes nem os professores titulares de turma nem a própria escola tem condições para lhes dar a oferta mais adequada quer humana quer material quer em todos os aspetos...concordo por exemplo que haja uma filosofia como no ensino estruturado em que eles acabam por participar e estar integrados na sala de aula em momentos mais práticos em momentos que são preparados para eles, no recreio, numa forma de sociabilização, mais nesse aspeto mas também depende do grau de deficiência não é... ou de de necessidades educativas

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Aspetos positivos são aqueles que eu disse anteriormente a nível de sociabilização é muito importante não só para as crianças com necessidades educativas e como para as outras não e?! Porque contactam com crianças diferentes e estamos a propiciar valores de solidariedade, companheirismo, entreaajuda, pronto, aceitação da diferença e tudo isso é importante. Negativos tem a ver como eu tinha dito anteriormente porque muitas vezes não há condições e, não só, são prejudicas as crianças com NEE como as outras também do ensino regular.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

A primeira atitude é contactar o encarregado de educação e tentar através deste um despiste ou uma sinalização técnica tentar através de... depende da problemática que esteja em causa... mas tentar um despiste de um medico ou de alguém com capacidade para tal.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referenciação?

A primeira atitude é contactar o encarregado de educação e tentar através deste um despiste ou uma sinalização técnica tentar através de... depende da problemática que esteja em causa... mas tentar um despiste de um medico ou de alguém com capacidade para tal.

Sim, pronto... embora atualmente todas as crianças que eu referi inicialmente portanto as três crianças com NEE quando integraram a minha turma porque nenhuma delas era minha desde o inicio, desde primeiro ano já vinham referenciadas e com todas as medidas minimamente estabelecidas apesar de terem sido feitas reformulações e reavaliações apesar disso se pronto acontecer isso até para o ano vou ter 1º ano penso que terei que fazer a sinalização junto da professora de ensino especial e juntas proceder ao preenchimento da ficha de referenciação.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

Eu acho que pode...acho que compete a varias pessoas inicialmente poderá competir ao professor titular de turma conforme descrevi anteriormente poderá também competir ao encarregado de educação mão é? também poderá passar por este e pelo professor de ensino especial também ou de outro apoio qualquer, um técnico.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

Pronto como eu já referi não participei ainda em nenhum processo de referenciação do inicio ao fim ma já vinham todos referenciados mas deduzo que será feito pelos elementos das equipa do ensino especial talvez elementos do SPO psicólogo ou outros técnicos e pelo professor de ensino regular.

Colabora nesta fase? De que modo?

Não, por enquanto, conforme tinha dito, ainda não participei por ainda não referenciei nenhuma criança.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

Professor do ensino especial e professor do ensino regular

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Portanto nunca participei desde o início mas tenho participado nas adequações curriculares que são feitas a alguns alunos que tem isso previsto, nas medidas de adequação da avaliação do aluno, muitas vezes até para a atualização de alguns dados junto dos encarregados de educação ou algum relatório médico que seja necessário para proceder a respetiva atualização mas essencialmente nas adequações curriculares e na avaliação das mesmas.

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Portanto a revisão do programa foi sempre feita em conjunto com a professora de ensino especial fazemos o balanço no final do período se foram atingidos os objetivos ou não quais ainda vão ser trabalhados para o próximo período e fizemos também de igual modo no final do ano de forma conjunta...relatório propriamente formal não foi feito por mim mas sim pela colega... deduzo eu embora tenha participado neste balanço e a minha opinião tenha sido tida em conta, penso eu.

Participa na sua concretização? De que modo?

Quem considero que acho que deveria participar era a professora de educação especial, a professora de ensino regular e provavelmente o encarregado de educação também poderia.

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

PROTOCOLO – PROFESSOR 11

Bloco I – Apresentação

Caro entrevistado,

A presente entrevista integra um projeto de investigação conducente ao grau de Mestre em Educação Especial – Domínio Cognitivo e Motor.

O projeto em causa pretende aferir “*Que opiniões têm os Professores de 1º Ciclo acerca da operacionalização da Educação Especial em Escolas do Ensino Regular?*”.

A entrevista encontra-se organizada em cinco blocos:

I - Apresentação

II – Dados do Entrevistado

III – Opiniões:

- Princípio da Escola Inclusiva;

- Operacionalização da Educação Especial em escolas de Ensino Regular de acordo com o decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

IV – Responsabilidades e Contributos:

- Professor Titular de Turma;

- Outros agentes educativos.

V – Agradecimentos

Relembro que, uma vez que se trata de uma entrevista que pretende aferir opiniões, não existem respostas certas ou erradas, pelo que deverá responder com honestidade. A entrevista será gravada em suporte áudio, não obstante, a confidencialidade da mesma está assegurada, os dados serão tratados de forma anónima, ou seja, nem a instituição nem os entrevistados serão identificados.

Agradeço desde já a sua disponibilidade para participar neste estudo.

Bloco II – Dados do Entrevistado

Qual a sua idade?

51.

Em que ano terminou?

1984.

Qual o seu grau académico?

Licenciada.

Quantos anos de serviço tem? (Contabilizados até 31 de agosto de 2011)

27.

Tem alguma formação no âmbito da Educação Especial? Qual? Em que especialidade?

Apenas fiz uma formação durante este ano sobre o autismo.

Qual a sua categoria profissional?

Professora de quadro de agrupamento.

Qual o ano que leciona atualmente?

4º ano.

Quantos alunos tem no regime de Educação Especial ao abrigo do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro no presente ano letivo?

1 aluno.

Bloco III - Opiniões

O Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário(...)visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais(...). Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?

Aaa.. em 2008 à saída do despacho, eu li todo o despacho, inteirei-me pronto dos vários passos, e de uma maneira geral pronto...fiquei ciente do que lá estava...agora assim muito particularmente não.

De acordo com o mesmo Decreto-Lei, “as escolas (...)não podem rejeitar a matrícula(...)de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais.” Sendo que estes “gozam de prioridade na matrícula” e “têm direito (...)à oferta de respostas educativas adequadas”. Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?

Concordo inteiramente aaa... e pela minha experiência há escolas em que essa integração é bem feita e há outras em que é um pouco deficiente devido à falta de recursos humanos e até físicos em alguns locais...Reportando-me a minha escola penso que sim e desde que haja também professores para fazer o devido acompanhamento portanto os recursos humanos necessários...Porque um professor titular de turma sente-se muitas vezes sente-se incapaz de dar resposta a essas crianças derivado ao numero de alunos que tem na turma.

Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?

Sim tendo em conta a resposta que dei a pergunta anterior e um pouco nessa linha temos que reconhecer que há certas escolas que não oferecem as condições físicas para determinadas perturbações que essas crianças possam apresentar inclusivamente motoras...E também muitas debatem-se com a falta de recursos humanos de professores suficientes para poderem ter tempo disponibilidade e até formação específica para essas crianças...

Que aspetos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca ?

Acho benéfico, além...portanto, partindo do principio de que essas crianças tem problemáticas diferentes acho positivo no sentido de aprender a conviver com os outros e que apenas são diferentes na doença mas que,

alem...apesar disso podem conviver com as outras crianças da mesma idade e pelo menos a sociabilizarem-se...como aspetos negativos de repente não estou a ver assim que haja aspetos negativos.

Bloco IV - Responsabilidades e Contributos

No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua atividade e participação, qual a sua atitude?

Em primeiro lugar portanto faço uma observação da criança e vejo que realmente há ali comportamentos e mesmo a nível de aprendizagem que não se coadunam com a faixa etária e não está integrada com os outros elementos da turma. Tento dar um apoio mais personalizado e posteriormente fazer um encaminhamento para a psicóloga.

No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referência?

Partindo do princípio que já foi feita a sinalização dessa criança para a psicóloga ela própria a encaminhara para a educação especial e em conjunto com a colega do ensino especial fazemos a referência.

A quem compete esta responsabilidade? A responsabilidade de referenciar a criança... Porquê?

A responsabilidade a maior evidentemente que será da professora do ensino especial.

Após esta fase do processo, e de acordo com o mesmo normativo, compete ao conselho executivo desencadear o processo de avaliação que, posteriormente, se traduz na elaboração de um relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?

A professora do ensino especial e a professora titular de turma e outros técnicos que eventualmente possam estar envolvidos.

Colabora nesta fase? De que modo?

Colaboro fazendo a avaliação em conjunto com a colega de ensino especial uma vez que eu possuo ate mais dados do que ela própria.

Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?

P ensino especial e professora titular de turma.

Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?

Colaboro sempre...mesmo na construção do próprio relatório do inicio ao fim eu tento fazer sempre em parceria com a com a colega porque há partida tenho mais conhecimento do aluno

De acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de janeiro, “o programa deve ser revisto e ...dos resultados obtidos...deve ser elaborado um relatório circunstanciado”. Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?

Portanto continuam a ser essencialmente pee, per e como já referi nas questões anteriores outros técnicos ai posso envolver encarregado de educação e até mesmo a ligação com o medico de família ou outra especialidade em que o aluno esta a ser seguido.

Participa na sua concretização? De que modo?

Todo o contributo que eu dou depende de todos os parâmetros que estavam a ser avaliados, os resultados se atingiu se não atingiu e se é necessário fazer alterações para o ano seguinte

Bloco V – Agradecimentos

Obrigada, mais uma vez, pela sua participação, sem ela não seria possível a realização deste estudo.

Anexo D - Grelhas de Análise de Conteúdo (1ª categorização)

Objetivo: Analisar o nível de conhecimento que o Professor de 1º Ciclo tem do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: "Considera que está a par dos princípios que este documento encerra?"		
Categoria 1 : Conhecimento do decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro		
Professor	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Desconhecimento	"Não."
Prof. 2	Conhecimento relativo	"Sim, de uma forma geral, mas não ao pormenor (...)"
Prof. 3	Conhecimento relativo	"(...) noção abrangente do que está lá implementado dos princípios a organizar o decreto-lei."
Prof. 4	Conhecimento relativo	"Sim, de um modo geral(...)",
Prof. 5	Conhecimento relativo	"Sim, de um modo geral (...)"
Prof. 6	Conhecimento relativo	"Sim, considero que estou a par de alguns princípios que o documento encerra, todos não."
Prof. 7	Desconhecimento	"Não, não estou a par."
Prof. 8	Conhecimento relativo	"(...)conheço o decreto-lei de uma forma muito vaga(...)"
Prof. 9	Conhecimento relativo	"(...) conheço vagamente (...)"
Prof. 10	Conhecimento relativo	"Relativamente, poderia ter lido de forma mais aprofundada."
Prof. 11	Conhecimento relativo	(...) fiquei ciente do que la estava...agora assim muito particularmente não(...).

Objetivo: Analisar as opiniões do Professor de 1º Ciclo face ao princípio da Educação Especial nas escolas regulares de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro		
Questão: "Concorda com este princípio implícito de escola inclusiva? Porquê?"		
Categoria 2: Educação Especial em Escolas de Ensino Regular: Escola Inclusiva		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Concorda	"Concordo (...)"
	Sociabilização; Aceitação Social	"(...) as crianças ditas normais aprendem que as crianças diferentes não devem ser olhadas como umas pessoas raras (...) e as crianças diferentes conseguem ter um melhor relacionamento e uma melhor integração ... com o ser humano (...) "
Prof. 2	Concorda	"Sim, concordo com o princípio da escola inclusiva (...) "
	Direito à educação	"(...) desde que a escola apresente recursos, que dê resposta (...) "
Prof. 3	Concorda	"Sim concordo (...) "
	Aceitação social	"(...) nessas dificuldades (...) nós vamos construindo como seres humanos (...) estamos preparados para trabalhar com todos, com todas as crianças (...) "
Prof. 4	Concorda	"Sim (...) "
	Direito à educação	"(...) a escola inclusiva parte do princípio de que devemos aceitar a criança no seu todo e que devemos ir ao encontro das suas necessidades (...) "
Prof. 5	Concorda	"Sim (...) "
	Direito à educação	"(...) depende também da problemática (...) apresentada (...) terão que ser adaptadas estratégias e medidas. "
Prof. 6	Concorda	"Concordo (...) "
	Aceitação social	"(...) para que todas as outras crianças consigam, mais cedo ou mais tarde, lidar com estas crianças especiais " (...) "
Prof. 7	Concorda	"Concordo (...) "
	Sociabilização	"(...) as crianças tem que ser socializadas com os outros não estão a parte da sociedade (...) "
Prof. 8	Concorda	"Concordo, com a escola inclusiva (...) "
	Direito à educação	"(...) não devemos recusar a entrada desses meninos mas acho que temos é que ter outras condições para isso (...) "
Prof. 9	Concorda	"Concordo (...) "
	Direito à educação	"(...) todas as crianças tem direito à educação (...) desde que haja condições pra isso as crianças deviam ser integradas nas turmas numa parte (...) prática e mais lúdica. "
Prof. 10	Concorda	"(...) Sim, concordo (...) "
	Direito à educação	"(...) pelo aspeto moral (...) " (...) incluídas no ensino regular numa perspetiva de integração (...) "
Prof. 11	Concorda	"Concordo, inteiramente (...) "
	Direito à educação	"(...) há escolas em que essa integração é bem feita e há outras em que é um pouco deficiente devido à falta de recursos humanos e até físicos (...) um professor titular de turma sente-se muitas vezes incapaz de dar resposta a essas crianças derivado ao número de alunos que tem na turma. "

Objetivo: Analisar as opiniões dos professores face à operacionalização da Educação Especial em escolas regulares resultante do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: "Concorda com a forma como está a ser operacionalizada a Educação Especial em escolas de ensino regular?"		
Categoria 3 : Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Não concorda	"(..)pessoa auxiliar que acompanha a criança numa turma não é especializado(..)", "as turmas são demasiado numerosas(..)".
	Falta de formação especializada	"(..)o professor titular da turma não tem formação específica(..)"
Prof. 2	Concorda	"(..)concordo(..)"
	Falta de recursos	"(..) desde que as escolas disponibilizem os recursos previstos na lei para esses tais alunos(..)"
Prof. 3	Não concorda	"(..) não concordo é com a forma como foi implementado o decreto-lei(..)"
	Falta de recursos	"(..) as crianças foram...para o ensino dito regular sem que existisse na escola qualquer tipo de recurso(..)"
Prof. 4	Não concorda	"infelizmente não(..)"
	Falta de recursos	"(..) as reduções dos professores do ensino especial(..) as reduções de material(..) a própria formação(..) tem de ser sustentada(..)"
Prof. 5	Não concorda	"Não(..)"
	Falta de recursos	"(..) o excesso de número de alunos por turma(..) (ausência de) apoio mais individualizado e de terapias adaptadas a sua problemática(..) "(..) o professor tem que gerir outros problemas dentro da sala de aula(..)"
Prof. 6	Indefinido	"(..) para os casos graves, mais graves, existem soluções que, quando colocadas em prática, são boas e ajudam essas crianças(..) casos mais leves, realmente, acompanham a turma, com algumas adequações"("casos que não são nem leves para acompanhar, nem graves para serem integrados nas unidades(..) não há ninguém que(..) ajude(..)."
	Falta de recursos	
Prof. 7	Concorda	"Concordo que esteja a ser implementada(..)"
	Falta de recursos	"(..) não há as condições (...) não há recursos humanos, não há (...) conhecimento na generalidade dos professores de 1º ciclo, do que é realmente essas crianças(...) não há tempo de dialogar as horas que seriam necessárias com os próprios colegas do ensino especial, (...) "
Prof. 8	Não concorda	"(..) não da forma que está a ser feita(..)"
	Falta de recursos	"(..) há muito falta de meios(..) estão-se a fechar os colégios de educação e estão-se a distribuir os alunos assim ao caso."
Prof. 9	Indefinido	"(..) concordo em parte(..)"
	Falta de formação especializada	"(..) com especialização, as próprias crianças tinham uma melhor evolução. (...) "
Prof. 10	Não concorda	"Não(..)"
	Falta de recursos	"(...) concordo que estas crianças sejam incluídas no ensino regular numa perspetiva de integração mas muitas vezes nem os professores titulares de turma nem a própria escola tem condições para lhes dar a oferta mais adequada quer humana quer material(..)"
Prof. 11	Não concorda	Não responde: resposta implícita.
	Falta de recursos	"(..) não oferecem as condições físicas(..) falta de recursos humanos, de professores suficientes, (...) de formação específica para essas crianças(..)"

Objetivo: Analisar as opiniões dos professores face à operacionalização da Educação Especial em escolas regulares resultante do Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: "Que aspectos positivos destaca? E que aspetos negativos destaca?"		
Categoria 4 : Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspetos Positivos		
Categoria 5: Operacionalização da Educação Especial em Escolas de Ensino Regular : Aspetos Negativos		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Positivos: Interação entre pares	"(...) grande interação das crianças da sala de aula com a criança diferente(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos e físicos	"(...) não há meios humanos, meios físicos(...)"
Prof. 2	Positivos: Interação entre pares	"(...) a socialização dos alunos, o contato com outros(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos e físicos	"(...) a falta de respostas que a escola às vezes tem(...)"
Prof. 3	Positivos: Interação entre pares; formação do corpo docente	"(...) as crianças ditas normais poderem contactar cada vez mais cedo com estas crianças"; "dá uma abertura e nos leva a querer adquirir uma série de conhecimentos(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos; falta de formação especializada	"(...) falta de formação ... nos professores (...) falta de recursos"
Prof. 4	Positivos: Articulação entre professores; Adequação de estratégias	"(...) preocupação com esta temática (...) princípios de harmonia (...) entre o professor titular de turma e o professor de ensino especial(...)"
	Preparação de atividades, estratégias adequadas	benefício que esses alunos tem (...) das actividades, dos recursos, e das estratégias que os docentes preparam para eles."
	Negativos: Cortes orçamentais	"(...) essencialmente os cortes orçamentais(...)"
Prof. 5	Positivos: Interação entre pares	"(...) sociabilização com outros colegas, a partilha de experiências de conhecimentos(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos e físicos; Falta de tempo	"(...) deveria haver outro tipo de apoios, terapias adaptadas a problemática do aluno (...) pouca disponibilidade que o professor (...)"
		"(...) tem para conseguir fazer face a estas problemáticas(...)"
Prof. 6	Positivos: Interação entre pares	"(...) o contato entre as crianças (...) faz com que todos consigam trabalhar ou saibam ou se tentem adequar a trabalhar em conjunto(...)"
	Negativos: Falta de recursos	"(...) escola e a inclusão não dar resposta ou a resposta necessária a este tipo de crianças(...)"
Prof. 7	Positivos: Direito à educação	"(...) integração das crianças, o direito a escolaridade seja ela atingida a que nível for (...) tem que ser integrada em meio escolar(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos e físicos	"(...) recursos humanos técnicos (...)"
Prof. 8	Positivos: Interação entre pares	"(...) os alunos ditos normais devem contactar com outras crianças com outras problemáticas, acho que a nível de sociabilização estes miúdos também precisam
	Negativos: Falta de recursos humanos; Falta de tempo	de contactar mais com digamos não é normal (...)"
		"(...) falta de formação de pessoal de docente, (...) falta de pessoal auxiliar, falta de tempo para investigar mais para estudar mais para planificar-mos(...)"
Prof. 9	Positivos: Interação entre pares	"(...) as crianças acabam por ser integradas, a própria turma acaba por (...) acolher as crianças, e acho que eles convivem e acabam por crescer de forma saudável."
	Negativos: Falta de recursos humanos; Falta de formação especializada	"(...) é necessário haver mais recursos humanos, mais pessoas, mais profissionais (...) com formação obviamente(...)"
Prof. 10	Positivos: Interação entre pares	"(...) sociabilização é muito importante não só para as crianças com necessidades educativas e como para as outras (...) porque contactam com crianças diferentes(...)"
	Negativos: Falta de recursos humanos e físicos	"(...) não há condições e não so são prejudicadas as crianças com necessidades educativas especiais como as outras também do ensino regular."
Prof. 11	Positivos: Interação entre pares	"(...) acho positivo no sentido de aprender a conviver com os outros e que apenas são diferentes na doença (...) pelo menos a sociabilizarem-se..."
	Negativos: Não considera que hajam aspetos negativos	"(...) de repente não estou a ver assim que haja aspetos negativos."

Objetivo: Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: No momento em que identifica, numa criança não sinalizada, dificuldades que considera atípicas para a sua faixa etária e que comprometem a sua actividade e participação, qual a sua atitude?		
Categoria 6: Referenciação: Atitude		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Contacta Enc. Educação	"Reúno com a família, encaminho a criança para uma consulta de médico de família(...)"
Prof. 2	Contacta Professora de Educação Especial	"Fazer a sinalização da do aluno (...)da professora de educação especial(...)"
Prof. 3	Contacta Equipa Multidisciplinar	"(...)contactar com a professora de ensino especial e mesmo psicólogos e outros técnicos(...)"
Prof. 4	Contacta Enc. Educação; Equipa Multidisciplinar	"(...)em primeiro lugar averiguar o que é que se está a passar, ou seja, tentar perceber a causa do problema,
		a partir daí entrar em contacto com a família (...) contacto com o professor de ensino especial e também com os técnicos(...)"
Prof. 5	Contacta Equipa Multidisciplinar	"(...)encaminhar para a psicóloga do agrupamento(...) para um diagnostico(...)em simultâneo com professora de educação especial (...)"
Prof. 6	Contacta Equipa Multidisciplinar	"(...) encaminho ou peço à psicóloga da escola(...), à professora do ensino especial, ambas para avaliarem a criança e peço ao encarregado
		de educação para tentar arranjar um relatório médico ou alguma coisa que vá ao encontro das minhas suspeitas(...)"
Prof. 7	Contacta Professora de Educação Especial	"(...) havendo na escola colegas do ensino especial ter um bocadinho de tempo, falar com a colega e dizer-lhe esta criança está a ter
		este comportamento(...)"
Prof. 8	Contacta Professora de Educação Especial	"(...) falar com a colega do ensino especial (...) expor-lhe as dificuldades que assinalo no aluno para que possa ou outro colega fazer algum despiste (...)"
Prof. 9	Adequação do trabalho; Contacta com a coordenadora; a Psicóloga e o Enc. Educação.	"(...)num primeiro momento, iria simplificar o trabalho dessa criança(...) se isso não resultasse (...) iria falar (...)coordenadora, (...) solicitaria a ajuda de uma
		psicóloga (...) chamaria os encarregados de educação."
Prof. 10	Contacta o Enc. Educação	"A primeira atitude é contactar o encarregado de educação e tentar através deste um despiste ou uma sinalização técnica (...) tentar um despiste de
		um medico ou de alguém com capacidade para tal "
Prof. 11	Adequação do trabalho, contacta Psicóloga.	" (...)Tento dar um apoio mais personalizado e posteriormente fazer um encaminhamento para a psicóloga."

Objetivo: o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.		
Questão: No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referênciação?		
Categoria 7: Referênciação: Formalização		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Referencia	"Referencio(...)"
	Documento escrito	"Fazendo um relatório de tudo o quanto ouvi (...)"
Prof. 2	Referencia	"(...)referencio(...)"
	Preenchimento de um modelo	"(...) referencio e através da, de um referênciação dada pela...do modelo de referênciação dado pela professora de educação especial(...)"
Prof. 3	Referencia	" Sim."
	Preenchimento de um modelo	"A escola tem um modelo interno de sinalização que é elaborado pelo docente de turma(...)"
Prof. 4	Referencia	Não responde: resposta implícita.
	Documento escrito com informações de outros profissionais	"(...) acabo por referenciá-la em conjunto com os outros colegas e com os outros técnicos(...)um documento escrito onde estejam expressos as potencialidades da criança, as dificuldades (...)"
Prof. 5	Referencia	Não responde: resposta implícita.
	Documento escrito com informações de outros profissionais	"(...) Depois de ouvir o parecer da psicóloga e da colega de educação especial (...) em conjunto com outros técnicos será referenciada essa criança (...) por escrito, normalmente, em primeiro lugar verbalmente e depois por escrito (...)"
Prof. 6	Referencia	Não responde: resposta implícita.
	Documentos escrito com informações de outros profissionais	"Realizo um relatório onde evidencio as dificuldades que a criança tem (...) anexo todos os documentos (...) o da psicóloga, o da professora de ensino especial e do médico de família ou do médico que acompanha a criança e encaminho para a professora do ensino especial (...)"
Prof. 7	Referencia	"(...)referencio(...)"
	Documento escrito em conjunto com o professor de educação especial	"(...)dou a conhecer todo os comportamentos, aprendizagens ou não aprendizagens que a criança já tem até ao momento (...)a colega (...)que está dentro das limitações do ensino especial...poderá ajudar-me se houver relatórios a fazer (...) ter relatórios médicos(...)"
Prof. 8	Referencia	Não responde: resposta implícita.
	Documento escrito em conjunto com o professor de educação especial	"Faço verbalmente com a colega de educação especial mas também por escrito(...) para que se inicie decorra o processo(...)."
Prof. 9	Referencia	"(...)hipoteticamente iria referencia (...)"
	Documento escrito com informações de outros profissionais	(...) num primeiro momento verbalmente, falando com colegas também especializadas (...) formalizada, passava para a parte escrita, fazendo um relatório, (...) descrevendo a situação da criança, para também servir como suporte ao que tinha sido referido,"
Prof. 10	Referencia	"(...) penso que terei que fazer a sinalização junto da professora de ensino especial e juntas proceder ao preenchimento da ficha de referênciação."
	Preenchimento de um modelo com a professora de educação especial	(...)professor de ensino especial (...) ou de outro apoio qualquer, um tecnico(...)"
Prof. 11	Referencia	Não responde: resposta implícita.
	Preenchimento de um modelo com a professora de educação especial	"(...) em conjunto com a colega do ensino especial fazemos a referênciação."

Objetivo: Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: No momento em que chega à conclusão que a criança deve ser referenciada para a Educação Especial, referencia-a? De que forma o faz essa referência?		
Categoria 8: Referência: Responsabilidade		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Professor Titular de Turma	"Ao professor, primeiramente (...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"Porque é o professor que está em contato com a criança e que conhece o problema dela(...)"
Prof. 2	Professor Titular de Turma	"(...)quanto a mim deve ser ao professor titular de turma (...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"(...) porque é ele que trabalha...diariamente com o aluno(...)"
Prof. 3	Professor Titular de Turma	"(...)compete ao professor titular de turma(...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"(...) porque é ele quem tem conhecimento das dificuldades da criança e de todo o histórico que acompanha essa criança (...)"
Prof. 4	Professor Titular de Turma e Equipa Multidisciplinar	"(...) é uma responsabilidade de todos os intervenientes ", "todo o processo de referência compete a uma equipa, a uma equipa multidisciplinar(...)"
	PTT (mais contato com o aluno) E.M. (mais conhecimentos)	"(...)porque sou eu que passo mais tempo"; "todo o tipo de conhecimento para podermos estruturar atividades(...)"
Prof. 5	Professor Titular de Turma	"(...)responsabilidade compete ao professor titular de turma (...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"(...) o professor que esta em contato mais direto com o aluno (...)"
Prof. 6	Professor Titular de Turma	"(...) que compete ao professor titular (...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"(...)porque foi ele que notou essas dificuldades, é ele que passa mais tempo com a criança (...)"
Prof. 7	Professor Titular de Turma	"(...) referenciar e do professor titular da turma (...)"
	Mais contato com o aluno, mais conhecedor do caso	"(...) é ele que esta a trabalhar no dia a dia com a criança e melhor do que ninguém tem que saber se realmente há ou não dificuldades (...)"
Prof. 8	Professor Titular de Turma e Equipa Multidisciplinar	"(...) ao professor titular de turma (...)preciso de um parecer psicológico, de um parecer da colega de educação especial, terapeutas da fala (...)"
	E.M. (mais conhecimentos)	"(...) inicialmente identifica as dificuldades (...)sozinha acho que não tenho competência para isso (...)"
Prof. 9	Professor Titular de Turma e Equipa Multidisciplinar	"(...) compete a uma equipa (...) ao professor titular (...) a psicóloga (...) as professoras de educação especial (...)"
	PTT (mais contato com o aluno) ; E.M. (mais conhecimentos)	"(...)quem está com a criança diariamente(...)" " fazer um despiste vai por em prática alguns exames, alguns testes e vai chegar a uma conclusão(...)"
		"(...)especializado(...)"
Prof. 10	Professor Titular de Turma e Equipa Multidisciplinar	"(...)equipa do ensino especial, talvez elementos do spo, psicologo ou outros tecnicos e pelo professor de ensino regular."
	Não responde	
Prof. 11	Professora de Educação Especial	"A responsabilidade a maior evidentemente que será da professora do ensino especial(...)"
	Não responde	

Objetivo: Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: - (...) relatório técnico-pedagógico. Quem deverão ser os intervenientes neste processo? Porquê?		
Categoria 9: Relatório Técnico-Pedagógico: Intervenientes		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	P TT e P EE.	"O professor titular (...) e o professor do ensino especial(...)."
	Mais contato. Especialização.	"(...) porque está mais em contato com a criança(...); "(...) por ser especializado(...)."
Prof. 2	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) os serviços de psicologia da escola, o encarregado de educação, o professor titular de turma e o professor de educação especial(...)"
		Não responde.
Prof. 3	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) o professor titular, o professor de ensino especial, des de psicólogos e todos os técnicos que existam na escola(...)"
		Não responde.
Prof. 4	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) o professor titular de turma, o professor de educação especial, o encarregado de educação, a psicóloga do agrupamento ou da escola,
		o terapeuta da fala, a assistente social e outro tipo de técnicos que para o caso da criança de forma específica, tenha algum tipo de relevância(...)"
Prof. 5	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"Os intervenientes deverão ser todos os técnicos que tiveram envolvidos na avaliação e no processo do aluno (...)."
	Contataram e avaliaram	"(...) contato mais directo e que fizeram a avaliação do aluno."
Prof. 6	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) a professora do ensino especial, a psicóloga da escola (...) o professor titular, os encarregados de educação, o médico que segue a criança (...) terapeutas (...)"
	Partilha de conhecimentos	"(...) cada um deles vai contribuir com o seu conhecimento teórico para conseguirmos identificar quais são as dificuldades (...) e a forma de agirmos daí para a frente (...)"
Prof. 7	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) professor titular de turma (...) o encarregado de educação, (...), o professor de ensino especial, os médicos (...)"
	Contataram e avaliaram	"(...) todos aqueles que a partida conseguimos contactar e ter algum feedback do não aproveitamento da criança(...)"
Prof. 8	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) professor titular de turma, professor de educação especial, psicólogos (...) médicos (...) terapeutas (...)"
	Trabalharam e avaliaram	"(...) trabalham ou que irão no futuro que vão trabalhar com o menino ou que já fizeram a avaliação (...)"
Prof. 9	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) a equipa técnica, ou seja, professor titular de turma, psicóloga e professoras de ensino especial."
	Não responde	
Prof. 10	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"(...) deduzo que será feito pelos elementos da equipa do ensino especial talvez elementos do spo, psicólogo ou outros técnicos e pelo professor de ensino regular."
	Não responde	
Prof. 11	Equipa Multidisciplinar (professores e técnicos)	"A professora do ensino especial e a professora titular de turma e outros técnicos (...)"
	Envolvimento no processo	"(...) que eventualmente possam estar envolvidos(...)"

Objetivo: Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.		
Questão: Colabora nesta fase? De que modo?		
Categoria 10: Relatório Técnico-Pedagógico: Contributo		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Colabora	"Colaboro."
	Caracterização da criança; Definição de objetivos	"(...) na caracterização da família, na caracterização na criança e na elaboração dos objetivos que a criança deve atingir (...)"
Prof. 2	Colabora	"Sim, colaboro (...)"
	Caracterização da criança	"(...) relatório fazendo a despistagem das dificuldades da aluna ou do aluno."
Prof. 3	Colabora	"Colaboro nesta fase."
	Preenchimento de documentação	"(...) preenchimento conjunto com todos os envolvidos no processo, nos relatório e todos os documentos (...)"
Prof. 4	Colabora	"Colaboro nesta fase (...)"
	Reunião de equipa	"(...) em cooperação com todos os intervenientes que referi anteriormente, ou seja, muitas vezes através de reuniões partilhadas (...)"
Prof. 5	Colabora	"Colaborei (...)"
	Caracterização da criança	"(...) verbalmente prestando informações a colega de educação especial (...) de acordo com as atitudes e comportamentos observados em sala (...)"
Prof. 6	Colabora	"(...) acredito que deva colaborar (...)"
	Caracterização da criança	"(...) observando a criança, as atitudes, o desenvolvimento dele na sala de aula, (...) indicar quais são as aquisições (...) dificuldades que ele tem (...)"
Prof. 7	Colabora	"(...) colaboro em tudo o que me é solicitado (...)"
	Caracterização da criança	"(...) através de preenchimento de inquéritos, de pequenos relatório, de diálogos (...)"
Prof. 8	Colabora	"Colaboro (...)"
	Caracterização da criança	"(...) a colega do ensino especial dá-me uma listinha... tem um nome... (a checklist) onde eu sinalizo os pontos fortes e fracos do aluno. (...)"
Prof. 9	Não aplicável	"Não, até à data ainda não aconteceu, porque os alunos que recebi, já estavam sempre integrados no regime."
	Não aplicável	
Prof. 10	Não aplicável	"Não por enquanto conforme tinha dito ainda não participei por ainda não referenciei nenhuma criança."
	Não aplicável	
Prof. 11	Colabora	"Colaboro (...)"
	Caracterização da criança	"(...) fazendo a avaliação em conjunto com a colega de ensino especial uma vez que eu possuo até mais dados do que ela própria."

Objetivo: Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: Posteriormente, à luz da referida legislação, deverá ser elaborado um Programa Educativo Individual. Quem deverão ser os intervenientes?		
Categoria 11: Programa Educativo Individual: Intervenientes		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Professor de Educação Especial e Professor Titular de Turma	"O professor do ensino especial(...), e o professor titular de turma."
Prof. 2	Professor de Educação Especial e Professor Titular de Turma	"O professor titular de turma... a professora ou professor de educação especial(...)."
Prof. 3	Equipa Multidisciplinar	"(...) o docente titular de turma (...) com ajuda e colaboração de todos os outros docentes e técnicos disponibilizados."
Prof. 4	Equipa Multidisciplinar	"(...) técnicos que tem um papel preponderante também nesta fase, creio que o professor titular de turma, e o professor de educação especial."
Prof. 5	Equipa Multidisciplinar + Encarregado de Educação	"(...) o professor titular de turma, que é da sua responsabilidade o PEI (...) a professora de educação especial e outros técnicos (...) o encarregado de educação (...) "
Prof. 6	Equipa Multidisciplinar	"(...) a equipa, que é formada pelo titular, pela professora do ensino especial e pelas terapeutas (...) "
Prof. 7	Equipa Multidisciplinar	" (...) o professor titular e realmente o professor de ensino especial e mais alguém que seja solicitado (...) "
Prof. 8	Professor Titular de Turma e outros professores	" (...) o professor titular de turma e os professores que apoiam o aluno seja de ensino especial seja de apoio sócio educativo (...) "
Prof. 9	Equipa Multidisciplinar	"Portanto, o professor titular de turma, os professores ou professoras de educação especial e a psicóloga."
Prof. 10	Professor de Educação Especial e Professor Titular de Turma	"Professor do ensino especial e professor do ensino regular (...) "
Prof. 11	Professor de Educação Especial e Professor Titular de Turma	"Professor do ensino especial e professora titular de turma."

Objetivo: Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.		
Questão: Colabora nesta fase do processo? Qual o seu contributo no PEI?		
Categoria 12: Programa Educativo Individual: Contributo		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Colabora	"Colaboro."
	Encontro de opiniões	"Ouço a opinião do professor de ensino especial e dou a minha opinião em relação aquilo que me é dito."
Prof. 2	Colabora	"Sim(..)".
	Definição de objetivos	"(..) definindo .. não sei se é objetivos .. objetivos que a aluna terá de atingir nesse programa educativo."
Prof. 3	Colabora	"Participo(..)".
	Caracterização do aluno; Definição de medidas educativas	"(..) identificação e histórico da criança até às adequações curriculares e à modalidade de avaliação."
Prof. 4	Colabora	Não responde: resposta implícita.
	Caraterização do aluno; Definição de medidas educativas	"(..) caracterização do aluno" "definição de estratégias de metodologias de trabalho" "depois mais tarde na própria avaliação no final(..)"
Prof. 5	Colabora	"Sim(..)".
	Caracterização do aluno, definição de medidas educativas	"(..) em colaboração com o professor de educação especial e outros técnicos (..) definir as estratégias, caracterização do aluno nas medidas (..)"
Prof. 6	Colabora	"(..) participei(..)".
	Definição de medidas educativas	"(..) nas adequações curriculares (..) foi só dar uma continuidade (..) em conjunto com a professora do ensino especial reformulámos(..)"
Prof. 7	Colabora	"(..) participo(..)".
	Elaboração de relatórios; participação em reuniões	"(..) contributo para relatórios, reuniões (..)"
Prof. 8	Colabora	"(..) Participo(..)".
	Definição de medidas educativas; participação em reuniões	"(..) Elaborando as adequações curriculares (..) nas reuniões que fazemos com os encarregados de educação (..)"
Prof. 9	Colabora	"Nunca participei na integra na elaboração, mas fiz algumas atualizações com a professora de ensino especial(..)".
	Encontro de opiniões	"(..) fazia as atualizações e depois dava-me para eu ter conhecimento e (..) para alterar aquilo que achasse pertinente alterar."
Prof. 10	Colabora	"Portanto nunca participei desde o início mas tenho participado nas adequações curriculares (..)"
	Definição de medidas educativas	"(..) atualização de alguns dados mas, essencialmente, nas adequações curriculares e na avaliação das mesmas."
Prof. 11	Colabora	"Colaboro sempre(..)".
	Em todas as fases (não especifica)	"(..) na construção do próprio relatório do início ao fim eu tento fazer sempre em parceria com a colega (..)"

Objetivo: Identificar as responsabilidades que o Professor de 1º Ciclo atribui aos vários agentes da comunidade educativa de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro;		
Questão: De acordo com o DL3/2008 de 7 de janeiro "o programa deve ser revisto e (...) deve ser elaborado um relatório circunstanciado". Quem deverão ser os intervenientes nesta fase?		
Categoria 13: Relatório Circunstanciado: Intervenientes		
Prof.	Informação	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Professor de Educação Especial, Professor de titular de turma	"O professor do ensino especial e o professor titular."
Prof. 2	Professor de Educação Especial	"A professora de educação especial."
Prof. 3	Equipa Multidisciplinar	"(...) aqueles que trabalharam diretamente com a criança (...)"
Prof. 4	Equipa Multidisciplinar	"(...) os técnicos, os professores de educação especial, professor titular (...)"
Prof. 5	Equipa Multidisciplinar	"(...) os intervenientes deverão ser os mesmos que já foram citados nas respostas anteriores."
Prof. 6	Equipa Multidisciplinar	"Deverão ser o professor do ensino especial e o professor titular e os terapeutas."
Prof. 7	Professor de Educação Especial e Professor Titular de turma	"(...) professor titular de turma e o professor de educação especial (...)"
Prof. 8	PTT, PEE e Profesor de Apoio.	"(...) o professor titular de turma, o professor de educação especial o professor de apoio se houver."
Prof. 9	Professor de Educação Especial e outros técnicos	"(...) professora de educação especial e de algumas técnicas (...)."
Prof. 10	Equipa Multidisciplinar + Enc. Educação	"(...) professora de educação especial, a professora de ensino regular e provavelmente o encarregado de educação (...)."
Prof. 11	Equipa Multidisciplinar + Enc. Educação	"Professor de educação especial, professor de ensino regular e (...) outros técnicos (...) encarregado de educação (...) medico de familia(...)"

Objetivo: Analisar o contributo do Professor de 1º Ciclo na operacionalização da Educação Especial de acordo com o Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro.		
Questão: - Colabora na sua concretização? De que modo?		
Categoria 14 : Relatório Circunstanciado: Contributo		
Prof.	Informação/Subcategorias	Excerto da resposta em entrevista.
Prof. 1	Não colabora	"Não, "
		"(...) apenas assino um relatório que me é apresentado(...)"
Prof. 2	Não colabora	"Não."
	Participa na avaliação	"(...) realizo uma avaliação trimestral do aluno(...)"
Prof. 3	Colabora	"Sim, participo (...)"
	Participa na avaliação	"(...) menciono as competências e as aquisições feitas durante o ano letivo (...)"
Prof. 4	Colabora.	Não responde: resposta implícita.
	Participa na avaliação	"participo(...) na parte da avaliação (...) tentamos ir ao encontro daquilo que foi alcançado(...) delinear algumas estratégias extra(...)"
Prof. 5	Não explícita	(...) não o conheço por tal (...)
	Participa na avaliação	"(...) é feita uma avaliação periódica, juntamente com a professora de educação especial, para avaliar realmente se as medidas implementadas (...)"
Prof. 6	Não colabora	"Nunca participei..."
		"(...) nunca participei na elaboração de nenhum relatório circunstanciado (...)."
Prof. 7	Colabora	"Participo sim senhora(...)"
	Não explícita	Não explícita.
Prof. 8	Não explícita	Não explícita.
	Participa na avaliação	"(...) no final de cada período as adequações são revistas são avaliadas vimos o que ele atingiu e o que ele não atingiu (...)"
Prof. 9	Não colabora	"(...) não, não participo."
	Não aplicável	Não aplicável.
Prof. 10	Colabora	"(...) relatório propriamente formal não foi feito por mim mas sim pela colega (...)"
	Participa na avaliação	"(...) com a professora de ensino especial fazemos o balanço no final do período se foram atingidos os objetivos (...)"
Prof. 11	Colabora	Não responde: resposta implícita.
	Participa na avaliação	"(...) se atingiu se não atingiu e se é necessário fazer alterações para o ano seguinte."

